

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**  
**INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ**  
**CAMPUS PALMAS**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

Autorizado pelo Decreto 89.186, de 16/12/1983, DO 19/12/1983.  
Reconhecido pela Portaria 137/87, de 10/03/1987, DO de 11/03/1987.  
Renovação de Reconhecimento pela Portaria 3.273, de 27/11/02, DO 231, de 29/11/2002.  
Renovação de Reconhecimento pela Portaria 1.278, de 17/05/2004, DO 94 de 18/05/2004.  
Autorizado pela Resolução de Autorização do CONSUN nº. 09/2005 de 23/09/2005.  
Reconhecido pela Portaria SESU/MEC nº. 280/2009 de 06/02/2009, DOU de 05/03/2009.  
Transferido para o IFPR pela Resolução 010/2010 – CONSUP/IFPR (retificada pela Resolução 154/2011 - CONSUP/IFPR).  
Aprovado pelo CONSEPE/IFPR por meio da Resolução nº04 de 25 de novembro de 2014.

## **INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ**

**Reitor Pró-tempore**  
Odacir Antonio Zanatta

**Pró-Reitor de Ensino**  
Amarildo Pinheiro Guimarães

**Diretor de Ensino Superior e Pós-Graduação**  
Paulo César Medeiros

**Coordenadora de Ensino Superior**  
Luciana dos Santos Rosenau

**Direção Geral do Campus**  
Luciano Martignoni

**Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus**  
Frank Silvano Lagos

**Coordenador de Curso**  
Kleber Farinazo Borges

**Núcleo Docente Estruturante**  
Kleber Farinazo Borges  
Aluísio Menin Mendes  
Renato Salla Braghin  
Diogo Bertella Foschiera  
Gesiliane Aparecida Lima Kreve

## SUMÁRIO

<b>1. IDENTIFICAÇÃO E LOCAL DE FUNCIONAMENTO DO CURSO.....</b>	<b>4</b>
<b>2. APRESENTAÇÃO DO PROJETO .....</b>	<b>4</b>
<b>3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA .....</b>	<b>13</b>
<b>4. CORPO DOCENTE .....</b>	<b>87</b>
<b>5. INSTALAÇÕES FÍSICAS .....</b>	<b>97</b>
<b>6. PLANEJAMENTO ECONÔMICO FINANCEIRO .....</b>	<b>101</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>102</b>
<b>CAPÍTULO III.....</b>	<b>115</b>
<b>110</b>	

## **1. IDENTIFICAÇÃO E LOCAL DE FUNCIONAMENTO DO CURSO**

**Curso:** Licenciatura em Educação Física

**Forma de Oferta:** Presencial

**Área do Conhecimento/Eixo Tecnológico:** Ciências da Saúde

**Número de vagas ofertadas:** 40

**Turno de oferta:** noturno

**Horário de oferta do curso:** 19h30min às 23h05min

**Carga horária total do curso:** 3210 horas

Componentes Curriculares: 2210 horas

Prática como Componente Curricular: 400 horas

Estágio Supervisionado: 400 horas

Atividades Complementares: 200 horas

**Escolaridade mínima exigida:** Ensino Médio

**Tipo de Matrícula:** Por componente curricular

**Regime Escolar:** Semestral

**Prazo de Integralização Curricular:** tempo mínimo - quatro anos; tempo máximo - sete anos.

**Local de Funcionamento:** PRT 280, Trevo da Codapar, Palmas - PR.

## **2. APRESENTAÇÃO DO PROJETO**

Este documento apresenta as diretrizes norteadoras das ações afetas ao Curso de Licenciatura em Educação Física, do Instituto Federal do Paraná, Campus Palmas, com característica de formação ampla, e foi construído a partir de um processo inédito no Brasil, o de federalização de uma instituição de ensino superior com toda a complexa estrutura que lhe é característica.

A comunidade acadêmica poderá buscar, neste documento, os subsídios necessários para encaminhar a dinâmica pedagógica do curso, manifesta em suas ações de ensino, pesquisa e extensão, identificando, compreendendo e incorporando a origem e os objetivos do curso e envolvendo-se em seu constante aprimoramento de forma consciente e crítica.

Trata-se não de um caminho único a seguir que venha a cercear o direito a vida em um mundo em constante movimento e desenvolvimento, mas de possibilidades, marcos indicadores, dentro dos quais, ou a partir dos quais, os conhecimentos dos docentes, as demandas da sociedade e a busca por formação de qualidade pelos acadêmicos possam ser articulados com vistas a objetivos possíveis.

Importante situar o Curso no contexto regional em que se insere para depois apresentá-lo em suas características e peculiaridades, bem como sua base legal e científica, sua forma de funcionamento no entorno da sua matriz curricular e as concepções de avaliação que permitirão avançar e manter-se conectado de forma estreita com a sociedade que justifica a existência deste curso.

Destaca-se, desde já, que o trabalho de reflexão sobre as ações institucionais e do próprio curso deve ser constante, como forma de acompanhar a dinâmica do mundo no qual se inserem e que devem atender, estando, portanto, em permanente processo de reconstrução. Com vista a isto, o acompanhamento do Núcleo Docente Estruturante e, de forma mais próxima, do Colegiado de Curso se tornam ferramentas de grande relevância por se constituírem nos fóruns adequados das discussões afetas a este Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

## **2.1 O INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ**

O Instituto Federal do Paraná teve origem a partir da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 que instituiu a rede federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

O Art. 2º da Lei 11.892/2008 caracteriza os Institutos Federais como sendo:

[...] instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas

diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

O parágrafo 2º desse artigo salienta que “para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais.”.

Em todo o Brasil, existem 38 Institutos que constituem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC). O Art. 5º da Lei 11.892/2008 determina a presença dos Institutos Federais nas diferentes unidades da federação, indicando em seu inciso XXV a criação do Instituto Federal do Paraná, mediante a transformação da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná.

As finalidades e características dos Institutos Federais e, portanto, do Instituto Federal do Paraná (IFPR) são descritas nos incisos do Art. 6º da referida Lei, como sendo:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente. (Lei 11.892/2008- de 29 de dezembro de 2008)

A partir disso, estabelecem-se os objetivos dos Institutos Federais, descritos no Art. 7º da mesma Lei:

“I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;  
II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;  
III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;  
IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;  
V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e  
VI - ministrar em nível de educação superior.” (Lei 11.892/2008- de 29 de dezembro de 2008)

O grande diferencial dos Institutos Federais é a oferta de todos os níveis de ensino na mesma instituição. Pela primeira vez é possível oferecer, no mesmo local, desde a Educação Básica (cursos de nível médio e técnico) até a Pós-Graduação (especialização, mestrado e doutorado). O Ensino Superior será ministrado nos Institutos Federais, observando o disposto nas alíneas do Art. 7º, inciso VI, que dá a abrangência de atuação desse nível nas instituições vinculadas à Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia:

“a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;  
b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;  
c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;  
d) cursos de pós-graduação *Lato Sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e  
e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.” (Lei 11.892/2008- de 29 de dezembro de 2008)

O Instituto Federal do Paraná (IFPR) conta com 28 *campi* em todo Paraná, distribuídos em todas as 10 (dez) macrorregiões geográficas do estado. Os campus do IFPR estão localizados nos municípios de Assis Chateaubriand, Astorga, Bandeirantes, Barracão, Campo Largo, Capanema, Cascavel, Colombo, Coronel Vivida, Curitiba, Foz do Iguaçu, Guaíra, Goioerê, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Jaguariaíva, Lapa, Londrina, Palmas, Paranaguá, Paranaíba, Pinhais, Pitanga, Quedas do Iguaçu, Telêmaco Borba, Umuarama e União da Vitória.

O IFPR potencializa o acesso da população à educação profissional, científica e tecnológica, pública, gratuita e de qualidade em no mínimo 50% das 39 microrregiões políticas do Estado e 100% das macrorregiões. Foram implantados Campus Avançados: unidades que prioritariamente ofertam ensino técnico, cursos de formação inicial e continuada (FIC) e de Educação a Distância (EaD), atendendo as ações que integram o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), com, cinco unidades em funcionamento.

O Paraná é um dos estados brasileiros que mais se destaca no crescimento econômico e na qualidade de vida, conforme revela seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio. A economia paranaense é a quarta maior do País. O Estado responde atualmente por 6,3% do PIB nacional, registrando uma renda per capita de R\$ 30,3 mil em 2013, acima do valor de R\$ 26,4 mil referente ao Brasil (IPARDES, 2014).

Na composição do PIB paranaense, o setor de comércio e serviços é o que mais se destaca, correspondendo a 50,9 % do total, seguido dos setores industrial, agropecuário e de administração pública que participam, respectivamente, com 26,2%, 10,4% e 12,5% (IPARDES, 2014).

O Paraná é o maior produtor nacional de grãos, apresentando uma pauta agrícola diversificada, na qual se destacam a soja, o milho, o trigo, o feijão e a cana-de-açúcar. Na pecuária, o maior destaque é da avicultura, que corresponde a 29,18% do total de abates do País. Nos segmentos de bovinos e suínos, a participação do Estado atinge 4,18% e 19,14%, respectivamente (IPARDES, 2014).

No setor industrial, predominam os segmentos de alimentos e bebidas, refino de petróleo e fabricação/ montagem de veículos automotores.

O IFPR oferece condições adequadas para a produção de conhecimento e para a qualificação da força de trabalho, necessárias ao estímulo do desenvolvimento socioeconômico do Paraná. Por isso, a distribuição espacial dos campus procurou contemplar o estado como um todo, situando as unidades em municípios considerados polos de desenvolvimento regional. Nesse ínterim, já está prevista a ampliação da rede por meio da implantação de novos campus e núcleos avançados, vinculados diretamente aos campus instalados, sendo que a expansão futura deverá contemplar as regiões com carência de atendimento e com baixo IDH.



## **O MUNICÍPIO DE PALMAS**

A história de Palmas iniciou-se há quase três séculos. Em 1855 foi elevada à categoria de Freguesia, em 1877, tornou-se “Vila do Senhor Bom Jesus dos Campos de Palmas” e, algum tempo depois, município autônomo.

A região de Palmas, que era habitada inicialmente por povos indígenas, sofreu imigração de portugueses e negros escravos. Após 1880, ocorreu a chegada de alemães, italianos, poloneses, espanhóis e sírio-libaneses.

Localizada na região dos Campos do Centro-Sul do estado, faz parte do chamado Paraná Tradicional de economia pecuarista. Entre as outras atividades econômicas da região, estão a agricultura, indústria, fruticultura (destaque a produção de maçã), silvicultura, cunicultura, apicultura, sericultura, extração vegetal, além do setor terciário de comércio e serviços.

A cidade conta com algumas atrações turísticas e culturais, entre as quais destacam-se o artesanato, o Rodeio Interestadual, Centros de Tradição Gaúcha, a Expopalmas, Cavalhadas, além das comidas típicas e de diversos outros eventos. Outra atração de destaque em Palmas são suas fazendas históricas, que preservam as características do passado. Algumas delas existem a mais de um século, guardando a arquitetura e utensílios da época.

Palmas foi, durante muito tempo, o mais importante polo de ensino superior do sudoeste do estado. Ainda hoje concentra boa parte das vagas disponíveis para a região.

Palmas é, socialmente, uma das mais desiguais cidades do Paraná. Entre 1991 e 2000, o Índice Gini do município disparou de 0,610 para 0,660. De fato, Palmas é o 15º município mais desigual do Sul do Brasil e o 9º, neste quesito, no estado do Paraná. No ano 2000 a porção da renda abocanhada pelos 10% mais ricos da população era de 56,5% da renda total, contra apenas 7,3% dos 40% mais pobres.

### **O CAMPUS PALMAS DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ**

É nesse contexto que se instaura o Campus Palmas do IFPR, cuja origem advém da transformação do Centro Universitário Católico do sudoeste do Paraná – UNICS, de Palmas, em março de 2010, que passava por grandes dificuldades financeiras. Para não prejudicar os alunos, bem como toda a região, o Governador do estado do Paraná, Roberto Requião, determinou a desapropriação do imóvel e, imediatamente, fez convênio com o Ministério da Educação para que lá fosse criada uma instituição federal de ensino, que ofertasse educação superior, de qualidade e gratuito, para toda a região.

O Instituto Federal do Paraná – IFPR – Campus Palmas nasceu, portanto, da desapropriação dos bens imóveis e laboratoriais do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS, instituição de natureza privada, mantida pelo Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos – CPEA.

Registros históricos relatam que no ano de 1968 aconteceu a instalação e autorização de funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI, pelo Decreto Federal 63583/68 – com quatro cursos: Filosofia, História, Pedagogia e Letras.

Em 1972, em Assembleia Geral Extraordinária, o Diretor-Presidente do CPEA propôs a criação da Universidade do Sudoeste do Paraná, com sede em Palmas, propugnando pela implantação de uma Universidade que unificasse e expandisse o Ensino Superior na região, projeto que acabou não se concretizando.

Entre 1979 e 1980 foram criadas e autorizadas as Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas – FACEPAL, instaladas com apoio do Poder Público Municipal – Lei Municipal Nº 654/79 – Decreto Federal 84784/80 – sob a Administração do CPEA e com os cursos iniciais: Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas – depois Licenciatura em Educação Física e em 1985, Administração Rural e Licenciatura em Ciências – Habilitações: Matemática, Biologia e Química.

Em 1987 a administração do CPEA/Faculdades de Palmas voltou-se para a expansão das instalações físicas, com aquisição de uma área de 30 alqueires, com abertura dos primeiros caminhos no terreno e início da construção do Campus II na PRT 280.

Em 1990 houve esforço para instalação de uma Universidade Regional, a Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu – UNIVALE, integrando as instituições FAFI e FACEPAL de Palmas, FAFI e FACE de União da Vitória, FUNESP de Pato Branco e FACIBEL de Francisco Beltrão, todas localizadas no Sul e Sudoeste do Paraná.

Diante da impossibilidade colocada pelo governo em cumprir o que estava legalmente certo e definido, as Instituições de Ensino Superior que integraram o projeto da UNIVALE, buscaram outros caminhos. Assim em 1992 as Faculdades de Palmas assinaram em convênio de Amparo Técnico e Financeiro com o Estado, destinado ao subsídio das mensalidades e a compra de equipamentos, materiais e instrumentais.

Em outubro de 1993, sem abandonar a proposta de uma Universidade Regional, as Faculdades de Palmas protocolaram em Brasília um novo Processo, solicitando via reconhecimento do CFE/MEC, a implantação da Universidade Católica do Sudoeste do

Paraná, com proposição de vários cursos novos. O processo foi arquivado em razão do fechamento do Conselho Federal de Educação, pelo Presidente da República.

No decorrer de 1998, estruturado o novo Conselho Nacional de Educação, pautado em Políticas Nacionais redefinidas com base na Lei 9394/96, foi encaminhado um processo solicitando a transformação da FAFI/FACEPAL em Centro Universitário. Para a instrumentalização do Processo foi necessário solicitar a mudança de categoria de Faculdades isoladas, para Faculdades Integradas de Palmas, o que foi aprovado em 15 de fevereiro de 2001 – Portaria MEC 285/2001.

Em 2002, através da Portaria do MEC 2993/2002 as Faculdades Integradas de Palmas, passaram a denominar-se Faculdades Integradas Católica de Palmas e em maio de 2004 pela Portaria Ministerial 1274/04 – são transformadas em Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná – UNICS, com alteração posterior do nome para Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná.

A partir de 2004, com a autonomia concedida aos Centros Universitários pela legislação em vigor, o UNICS, instalou novos cursos tais como Farmácia, Enfermagem, Direito, Engenharia Civil e Agronomia.

No início de 2009 a administração do CPEA/UNICS, passou a focar-se na inclusão da IES no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, programa novo do Governo Federal de expansão do Ensino Superior, Técnico e Tecnológico lançado em dezembro de 2008. Esta iniciativa contou, desde o princípio, com a integração de lideranças políticas locais, regionais e nacionais, pessoas representativas de diversos movimentos, associações e outras, que deixando de lado ideologias e agremiações partidárias se uniram em torno da causa da Federalização do UNICS, por entenderem que esta conquista seria uma importante alavanca para o desenvolvimento de Palmas e Região.

Em 17 de março de 2010, aconteceu no Campus II, do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS, o ato oficial de desapropriação dos bens imóveis e laboratoriais do UNICS e a Instalação do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – IFPR – Complexo Tecnológico D. Agostinho José Sartori.

No dia 14 de junho de 2010, a Secretaria de Educação Superior do Ministério de Educação, através da Portaria Nº 728/2010, publicada no DOU Nº112 de 15 de junho de 2010, aprovou a incorporação dos cursos e alunos pelo IFPR, e declarou extinto o Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS.

Desta forma o Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos – CPEA, mantenedora do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS, contando

com o relevante e abnegado papel do Bispo Diocesano, do Bispo Emérito e a aprovação da Santa Sé abriu mão da condição de Institucional Católica, por uma causa maior.

Com os olhos voltados para a população mais carente, e principalmente diante da importância de um Instituto Federal em Palmas, não só como propulsor ao desenvolvimento socioeconômico de Palmas e da Região, mas, também, pela socialização do acesso ao ensino superior gratuito, tomou diante do atual contexto, a decisão que julgou mais viável e justa, deixando um profundo agradecimento a todos que tornaram esta causa possível.

## **2.2 MISSÃO, VISÃO E VALORES**

Prevendo a ampla participação da sociedade em todas as suas esferas, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), foi elaborado no ano de 2014 apontando a necessidade de parceria com os movimentos sociais, as entidades ou instituições públicas e privadas representativas das classes patronal e trabalhadora. Essa relação certamente trará ao processo educativo e formativo, significativa contribuição em relação à compreensão dos valores sociais do trabalho e da dignidade da humana.

O referido documento entende a participação da comunidade como

Essencial ao processo educacional que se munirá de condições de despertar nas pessoas a consciência cidadã voltada para a compreensão da realidade social em que vivem e a importância da participação no processo de transformação desta realidade, para que se possa construir uma sociedade mais livre, igualitária, justa, fraterna, solidária e soberana. (PDI, 2014, p. 24)

Com essa perspectiva de ampla participação social e de transformação da realidade, a missão do IFPR se constitui em:

Promover a educação profissional e tecnológica, pública, de qualidade, socialmente referenciada, por meio do ensino, pesquisa e extensão, visando à formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com a sustentabilidade (PDI, 2014, p. 26).

Dessa missão, deriva-se a visão institucional: “Ser referência em educação profissional, tecnológica e científica, reconhecida pelo compromisso com a transformação social.” (PDI, 2014, p. 26)

Os valores definidos pelo Plano de Desenvolvimento Institucional são os que seguem:

- Educação de qualidade e excelência;
- Eficiência e eficácia;
- Ética;

- Pessoas;
- Sustentabilidade;
- Visão sistêmica;
- Qualidade de vida;
- Diversidade humana e cultural;
- Inclusão social;
- Empreendedorismo e inovação;
- Respeito às características regionais;
- Democracia e transparência. (PDI, 2014, p. 26)

A partir do compromisso social, que se evidencia na missão, na visão e nos valores institucionais, o IFPR se propõe a ofertar uma formação sólida, com base na ética e nos valores democráticos como princípios fundamentais à educação e à produção de conhecimentos, permitindo uma integração efetiva entre os membros da comunidade escolar, a sociedade e o mundo do trabalho.

### **3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA**

#### **3.1 CONCEPÇÃO DO CURSO**

O Curso de Licenciatura em Educação Física, do Instituto Federal do Paraná, Campus Palmas, iniciou suas atividades no segundo semestre de 2010, a partir da Federalização do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS. Portanto, apesar da história recente enquanto IFPR apresenta origem em uma história construída por outra instituição. Isto torna necessário um retorno ao tempo da mesma e à sua história, para compreender os processos realizados ao longo deste período, no que tange aos processos formativos por ela realizados, e que desembocaram no cenário atualmente verificado.

O Curso de Educação Física foi criado no ano de 1983, e utilizava inicialmente para as suas aulas práticas, a estrutura de ginásios, pista, campos e piscina existentes no município, pois não possuía, ainda, todas as instalações para seu adequado funcionamento no âmbito da instituição. Ao ser transferido para o local atual, gradativamente, a infraestrutura foi construída para atender aos projetos de formação elaborados pelos coletivos que os pensavam e implementavam.

Era um dos poucos cursos de formação de Professores de Educação Física no interior do Paraná e atendia acadêmicos de uma grande região, desde o noroeste e norte do Rio Grande do Sul, passando pelo centro e oeste de Santa Catarina, oeste e sudoeste do Paraná e o sul do Mato Grosso do Sul.

Ao longo dos 27 anos de funcionamento, formou aproximadamente mil e quatrocentos profissionais, cujo trabalho contribuiu para o desenvolvimento de toda essa grande região, no que se refere à atividade física, principalmente à prática esportiva, nos diferentes campos de atuação profissional. Assim, formou professores de Educação Física para as escolas, academias, clubes, departamentos de esporte, empresas, entidades públicas e privadas, além de trabalhos autônomos na área.

No aspecto curricular a trajetória do curso de Educação Física do UNICS se assemelha a de muitos cursos da área. Surge atrelado ao paradigma da aptidão física e do esporte, adequado as formas sociais de organização da produção e reprodução da vida moderna, nesse sentido os cursos de Educação Física deveriam formar para um corpo, segundo Bracht (1999, p.71) “alvo das necessidades produtivas (corpo produtivo), das necessidades sanitárias (corpo “saudável”), das necessidades morais (corpo deserotizado), das necessidades de adaptação e controle social (corpo dócil).

Mesmo com algumas alterações curriculares no sentido da inclusão de disciplinas das ciências humanas, sociais e da psicologia, a primazia da formação técnica sobre a política e social não permitiu que o curso superasse o paradigma inicial pautado na aptidão física e no esporte em direção ao paradigma crítico e culturalista.

Ainda neste novo cenário, os candidatos passaram a priorizar o fator econômico, visto os valores de mensalidades praticados pelo UNICS serem, muitas vezes, superiores aos das demais instituições, o que, somado às despesas com deslocamentos e alimentação resultava em valores incompatíveis com a realidade de grande parte dos candidatos, que passaram a optar, assim, por instituições mais próximas de suas residências e com mensalidades mais baixas. Em decorrência deste fenômeno, a procura pelos cursos de Educação Física da antiga instituição diminuiu.

Com a criação do Instituto Federal do Paraná, o fator econômico novamente passa a ser considerado, neste momento no sentido inverso, visto ser uma instituição pública e gratuita, atendendo anseios da comunidade regional e criando condições favoráveis à nova ampliação da área de abrangência do curso de Licenciatura em Educação Física. Somando-se ao fator econômico, a perspectiva de qualificação do projeto e da dinâmica pedagógica do curso, com um corpo docente com possibilidades de expansão gradativa, a proposta de um novo curso de Licenciatura em Educação Física,

atendendo aos dispositivos legais vigentes, qualifica seu egresso para atuar na educação básica, apresentando atrativos suficientes para garantir sua continuidade pela consequente ampliação da demanda.

### **3.2 JUSTIFICATIVA**

A reestruturação curricular do curso de Licenciatura em Educação Física ora proposta foi desencadeada a partir do processo de federalização do UNICS, já descrito anteriormente. O fato de o IFPR Campus Palmas se constituir na única instituição pública a oferecer o referido curso, de forma gratuita, principalmente para as populações do sudoeste e sul do Paraná, Oeste de Santa Catarina e norte do Rio Grande do Sul, abrangendo aproximadamente dois milhões de pessoas em um raio de 200 Km, é fator preponderante para a manutenção do curso, e ponto de partida para os ajustes necessários que garantam qualidade na formação técnica, científica e política, que atendam as necessidades socioeconômicas e culturais da região.

Outro fator que justifica a manutenção de um curso de Licenciatura em Educação Física amplo, público e gratuito na região, é a consolidação do trabalho do professor desta área na educação formal, com uma demanda emergente em todos os níveis de ensino da educação básica, não só na região, mas em todo o Brasil. Nesse sentido, os ajustes propostos além de atenderem as diretrizes para a formação docente na Educação Básica atendem também as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004), a Resolução CNE/CP 01/2012 que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e a Resolução CNE/CP 02/2012 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Na mesma direção, justifica-se a existência deste curso em uma sociedade em que o tema da saúde e qualidade de vida se torna cada vez mais importante, pelo papel que cabe ao professor de Educação Física neste contexto, além de outras demandas relacionadas à administração e gestão escolar, a recreação e lazer e ao atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais.

Justifica-se, também, a manutenção do curso de Licenciatura em Educação Física do IFPR Campus Palmas, em razão da infraestrutura física existente e que comporta atualmente atividades de extensão e projetos comunitários para atender aos mais

diversos públicos (crianças, adultos e idosos), possibilitando aos acadêmicos em formação as vivências do exercício do papel do professor.

Nesse sentido, a reestruturação curricular aqui justificada faz parte das proposições de melhorias que estão sendo estruturadas a partir do relatório de avaliação da renovação de reconhecimento realizada em agosto de 2011, no aspecto que tange a organização didático pedagógica.

### **3.3 OBJETIVOS**

#### **3.3.1 Objetivo Geral**

O objetivo do Curso de Licenciatura em Educação Física do Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas é formar professores de Educação Física para atuar em um mundo do trabalho em constante mudança, a partir de uma visão histórico-crítica, como protagonistas da transformação social.

#### **3.3.2 Objetivos Específicos**

- Habilitar professores para o trabalho relacionado à organização, planejamento, administração, avaliação e atuação pedagógica, científica e técnica, além de propiciar uma formação generalista, assegurando ao profissional a atuação e o desenvolvimento de ações político-pedagógicas nas instituições públicas e privadas no que se refere ao atendimento das necessidades sociais em educação, saúde, lazer, esporte, dança, lutas, ginástica e demais temas que possuem como objeto a cultura corporal de movimento.
- Otimizar por meio da associação entre os processos de ensino, pesquisa e extensão, uma aproximação com a comunidade, em que sejam propostos projetos e atividades técnicas e científicas que tenham impacto transformador na realidade atual da sociedade em que se insere, e que contribuam também significativamente para o processo formativo dos acadêmicos.
- Proporcionar aos acadêmicos a construção de conhecimentos básicos, fundamentados no conhecimento científico, integrando e tensionando teoria e prática, a partir do conhecimento do homem e da sociedade, do conhecimento científico-tecnológico e do conhecimento do corpo humano e seu desenvolvimento.



- Possibilitar uma formação específica à área da Educação Física, constituída pelo conhecimento didático-pedagógico, conhecimento técnico e conhecimento sobre a cultura corporal de movimento.
- Criar demanda para cursos de pós-graduação na área da Educação Física, conforme necessidades regionais, principalmente considerando os campos de inserção emergentes, cujos conhecimentos não foram objeto de tratamento no processo de formação inicial dos profissionais que já atuam no mundo do trabalho, atendendo um pressuposto importante dos institutos federais, que é ofertar cursos que efetivem a verticalização do ensino, onde se deve destacar que os profissionais atuantes na Licenciatura em Educação Física também atuarão junto aos cursos propostos no IFPR Campus Palmas, assim como nas pós-graduações ofertadas na área educacional e das ciências da saúde.

### **3.4 FORMAS DE ACESSO, PERMANÊNCIA E MOBILIDADE ACADÊMICA**

O acesso ao Curso de Educação Física do Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas será realizado por meio de processo seletivo normatizado por Edital Próprio, regulamentado pela Pró-Reitoria de Ensino em conjunto com o *Campus* e por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU), em percentual definido pela instituição anualmente. Havendo vagas remanescentes, poderão ser oferecidas vagas para transferências internas e externas, mediante a publicação de edital específico com os critérios para este processo, conforme a Resolução IFPR 55/2011, que dispõe sobre a Organização Didático Pedagógica da Educação Superior no âmbito do Instituto Federal do Paraná – IFPR.

A mobilidade acadêmica é possibilitada pela adesão do Instituto Federal do Paraná ao Programa ANDIFES de Mobilidade Acadêmica, que alcança somente alunos regularmente matriculados em cursos de graduação de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras, que tenham integralizado todos os componentes curriculares previstos para o primeiro ano ou 1º e 2º semestres letivos do curso, na IFES de origem, e possuam, no máximo, uma reprovação por período letivo (ano ou semestre).

Este Convênio não se aplica a pedidos de transferência de alunos entre as IFES, que serão enquadrados em normas específicas. O aluno participante deste Convênio terá vínculo temporário com a IFES receptora, dependendo, para isto, da existência de disponibilidade de vaga e das possibilidades de matrícula na(s) componente(s) curricular (es) pretendido(s).

A mobilidade acadêmica, de acordo com a Instrução Interna de Procedimentos N° 02/2014 – IFPR/PROENS, que cria e regulamenta as normas e procedimentos para a

Mobilidade Estudantil do Instituto Federal do Paraná, permitirá ao acadêmico ampliar seus horizontes formativos, interagindo com outras realidades e contextos, e possibilitando o necessário distanciamento da sua própria, para melhor compreensão e posterior tomada de decisão. Esta mobilidade acadêmica pode ser ampliada para convênios internacionais, permitindo o intercâmbio de acadêmicos com instituições de ensino superior de outros países.

### **3.4.1 Bolsas de Pesquisa, Bolsas de Extensão e Inclusão Social**

A Política de Apoio Estudantil do IFPR compreende o conjunto de ações voltadas aos estudantes e que atendam aos princípios de garantia de acesso, permanência e conclusão do curso de acordo com os princípios da Educação Integral (formação geral, profissional e tecnológica) em estreita articulação com os setores produtivos locais, econômicos e sociais e é posta em prática, através da oferta periódica de vários Programas de Bolsas de Estudos, sendo regulamentada através da Resolução CONSUP Nº 011 /2009 e Nº 53/2011.

Essa Política tem como premissa a respeitabilidade a diversidade social, étnica, racial e inclusiva na perspectiva de uma sociedade democrática e cidadã, pautando-se nos seguintes princípios:

- I. Educação profissional e tecnológica pública e gratuita de qualidade;
- II. Igualdade de oportunidade no acesso, permanência e conclusão de curso;
- III. Garantia de qualidade de formação tecnológica e humanística voltada ao fortalecimento das políticas de inclusão social;
- IV. Defesa do pluralismo de ideias com reconhecimento a liberdade de expressão;
- V. Eliminação de qualquer forma de preconceito ou discriminação;

São Programas de Bolsas de Estudos do IFPR: o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do IFPR – PIBIC e PIBIC-Jr, o Programa de Bolsas de Extensão – PIBEX, o Programa de Bolsas de Inclusão Social – PBIS e o PIAP, além do Programa de Auxílio Complementar ao Estudante – PACE e do PIBID.

O PIBIC está inserido no Programa Institucional de Iniciação Científica (PIIC), que é voltado para o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa de estudantes de graduação e integra todos os programas de iniciação científica de agências de fomento.

Este programa tem como objetivos despertar vocação científica e incentivar novos talentos potenciais entre estudantes de graduação, propiciar à Instituição um instrumento de formulação de política de iniciação à pesquisa para alunos de graduação, estimular uma maior articulação entre a graduação e pós-graduação, contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa, contribuir de forma decisiva para reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na pós-graduação, estimular pesquisadores produtivos a envolverem alunos de graduação nas atividades científica, tecnológica, artística e cultural, proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa, além de contribuir para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional. O PIIC do IFPR é regulamentado através da Resolução CONSUP Nº 11/11.

O PIBIC-Jr, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior, é um programa da Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação (PROEPI) destinado a alunos do Ensino Técnico Integrado, Subsequente e Concomitante, que tem por finalidade despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais nos alunos mediante sua participação em atividade de pesquisa, orientada por pesquisador qualificado. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM) do CNPq é um programa dirigido aos estudantes do ensino médio e profissional, com foco na criação de uma cultura científica e finalidade de contribuir para a formação de cidadãos plenos, conscientes e participativos, despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais.

O Programa de Bolsas de Extensão tem por objetivos principais incentivar as atividades de extensão com vistas a produção e divulgação do conhecimento a partir da realidade local, contribuir com a formação do estudante em seus aspectos técnico tecnológico e humano, promover a participação de servidores e estudantes em atividades de integração com a sociedade, incentivar a interação entre o conhecimento acadêmico e o popular contribuindo com políticas, públicas, assim como, colaborar com a articulação entre ensino pesquisa e extensão.

Programa de Bolsas de Inclusão Social – PBIS consiste em oportunizar aos alunos, com vulnerabilidade socioeconômica, remuneração financeira como incentivo à participação em propostas acadêmicas, que contribuam com a sua formação. Para a participação no referido programa será considerado, além da avaliação socioeconômica, o risco de abandono, reprovação ou dificuldades de desempenho do estudante no curso.

O estudante poderá participar do Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social através de diversas atividades vinculadas ao ensino, pesquisa, extensão ou ainda àquelas atividades administrativo pedagógicas, tais como: coordenações de curso, bibliotecas, laboratórios, unidades administrativas (tanto nos *Campi* como nas Pró-Reitorias, Gabinete do Reitor e Assessorias da Reitoria) entre outros, sendo que, em qualquer um dos projetos/propostas ou atividades em que o estudante for selecionado será obrigatória a orientação direta de um responsável docente ou técnico-administrativo. A regulamentação do Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social está expressa na Resolução CONSUP N° 64/10.

O PIAP, Programa Institucional de Apoio à Pesquisa, tem por finalidade fomentar projetos de pesquisa desenvolvidos no IFPR, bem como custear atividades relacionadas aos mesmos.

Os recursos provenientes desse programa destinam-se a manutenção e melhoria das atividades necessárias ao desenvolvimento da pesquisa proposta podendo ser aplicados em despesas relativas ao projeto de pesquisa contemplado, tais como aquisição de material de consumo e/ou permanente e inscrição em congressos e eventos científicos para apresentação de seus resultados.

O Programa de Auxílio Complementar ao Estudante - PACE está regulamentado pela Resolução da Política de Apoio Estudantil e pela Instrução Interna de Procedimentos N° 20/PROENS, de 27/02/2012. O PACE objetiva oferecer apoio aos estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais em situação de vulnerabilidade socioeconômica, propiciando recurso financeiro mensal, por meio da oferta de auxílio moradia, auxílio-alimentação e auxílio-transporte, contribuindo para sua permanência e conclusão do curso.

O Programa de Apoio a Eventos Estudantis, por sua vez, consiste em oportunizar aos estudantes enriquecimento em sua formação profissional e humanística, através de apoio financeiro ou logístico aos estudantes regularmente matriculados no IFPR para participarem de eventos locais, estaduais e nacionais, de natureza acadêmica, científica, cultural e esportiva. Este programa está regulamentado através da Resolução 65/2010 e é ofertado através de edital, com inscrições ao longo do ano letivo.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), gerenciado pela CAPES, consiste numa iniciativa que visa à qualificação da formação dos futuros docentes e a melhoria da educação básica. Neste sentido o curso de Educação Física.

### **3.4.2 Aproveitamento de Estudos Anteriores**

De acordo com a Resolução CONSUP/IFPR N° 55/2011, o aproveitamento de estudos anteriores compreende o processo de aproveitamento de componentes curriculares ou etapas (séries, módulos, blocos) cursadas com êxito em outro curso. Nos cursos de Graduação, o aproveitamento de ensino compreende a possibilidade de aproveitamento de componentes curriculares cursados em outro curso de ensino superior, quando solicitado pelo aluno.

A equivalência de estudos, para fins de aproveitamento do componente curricular cursado, somente será concedida:

I. quando houver correspondência entre a instituição de origem e o IFPR em relação às ementas, ao conteúdo programático e à carga horária cursados. A carga horária cursada não deverá ser inferior a 75% daquela indicada na disciplina do curso do IFPR;

II. além da correspondência entre os componentes curriculares, o processo de aproveitamento de estudos poderá envolver avaliação teórica e/ou prática acerca do conhecimento a ser aproveitado.

O pedido de aproveitamento de estudos deve ser protocolado na Secretaria Acadêmica do Campus, durante o prazo estabelecido no calendário acadêmico, por meio de formulário próprio, acompanhado de histórico escolar completo e atualizado da instituição de origem, da ementa e do programa do componente curricular, autenticados pela Instituição de ensino credenciada pelo MEC.

É vedado o aproveitamento de estudos entre níveis de ensino diferentes.

Quando dois ou mais componentes curriculares/unidades de estudo cursadas forem aproveitadas para uma única componente curricular/unidade de estudo de curso do IFPR, a nota a ser registrada será a média aritmética simples das notas dos componentes curriculares considerados.

Quando houver aproveitamento de componente curricular cursado em outra instituição de ensino, no histórico escolar constará como Dispensada – sob o código DI e será registrada no sistema de gestão acadêmica.

O aproveitamento de estudos é da competência do Coordenador de Curso, sendo que o mesmo poderá solicitar parecer do docente responsável pelo componente curricular correspondente, quando necessitar de opinião especializada.

No pedido de aproveitamento de estudos o aluno deverá anexar seu histórico escolar e os planos de ensino dos componentes curriculares cursados a aproveitar. No

processo de aproveitamento de estudos será utilizado formulário próprio, conforme modelo disponível na secretaria acadêmica do *Campus*.

*No caso de ingresso como portador de diploma, o acadêmico deverá apresentar, também, o diploma do título obtido em nível superior, em curso reconhecido pelo Ministério da Educação. Para as solicitações de aproveitamento de estudos o coordenador de curso deverá encaminhar à secretaria uma relação com as equivalências dos componentes curriculares dispensados para atualização no sistema de gestão acadêmica.*

### **3.4.3 Certificação de Conhecimentos Anteriores**

De acordo com a Resolução CONSUP/IFPR N° 55/2011, entende-se por Certificação de Conhecimentos Anteriores a dispensa de frequência em componente curricular do curso do IFPR em que o estudante comprove excepcional domínio de conhecimento através da aprovação em avaliação. A avaliação será realizada sobre responsabilidade de Comissão composta por professores da área de conhecimento correspondente, designada pela Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus, a qual estabelecerá os procedimentos e os critérios para a avaliação, de acordo com a natureza do conhecimento a ser certificado.

A avaliação para Certificação de Conhecimentos Anteriores poderá ocorrer por solicitação fundamentada do estudante, que justifique a excepcionalidade, ou por iniciativa de professores do curso. Não se aplica a Certificação de Conhecimentos Anteriores para o componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ou Monografia, bem como para o Estágio Supervisionado.

### **3.4.4 Expedição de Diplomas e Certificados**

Conforme resolução 55/11, capítulo XIV, artigo 114 o estudante que frequentar todos os módulos/unidades curriculares previstos no curso, tendo obtido aproveitamento em todos eles, frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) das horas-aula e Trabalho de Conclusão de Curso ou relatório de Estágio aprovado, quando o curso exigir, antes do prazo para jubileamento, receberá o diploma de concluinte do curso, que será obtido junto à Secretaria Acadêmica de seu *Campus*, após ter realizado a colação de grau na data agendada pela Instituição.

Concluído o curso, o acadêmico terá outorgado pelo Magnífico Reitor ou seu

representante o grau de Licenciado em Educação Física podendo, a partir de então, exercer a profissão. A comprovação de titularidade se dará através de diploma, expedido após a cerimônia de colação de grau, mediante o preenchimento de todos os requisitos acadêmicos previstos para esse fim. Os trâmites legais para a expedição de diplomas e certificados ficam a encargo da Secretaria Acadêmica que atuará com base nos preceitos de seu regulamento.

Os diplomas relativos a cursos de graduação conferirão os títulos especificados em cada currículo. O diploma conterà, no anverso, o título geral correspondente ao curso, especificando-se no verso, as habilitações. As novas habilitações, adicionais ao título já concedido, serão igualmente consignadas no verso, dispensando-se a expedição de novo diploma.

O ato coletivo de colação de grau dos concluintes de curso de graduação será realizado em sessão solene, em dia, hora e local previamente designados pelo reitor. Os acadêmicos concluintes que não colarem grau na cerimônia de formatura poderão fazê-lo, em dia e hora designados pelo reitor, na presença de, pelo menos, dois professores, em sessão solene realizada em gabinete.

A mesma resolução trata do Art. 115 que o estudante concluinte de curso poderá requerer, após a sua Formatura, declaração de Conclusão de Curso junto à Secretaria Acadêmica de seu *Campus*.

### **3.5 PERFIL DO EGRESSO**

O Licenciado em Educação Física deve ter uma formação humana na perspectiva omnilateral, com uma consistente base teórica, sendo qualificada para o exercício de atividades profissionais que tenha como objeto as atividades corporais e esportivas da cultura corporal, parte importante do patrimônio histórico da humanidade e do processo de construção da individualidade humana entendida como um campo de estudo e ação profissional multidisciplinar, cuja finalidade é possibilitar a todo cidadão o acesso aos meios e ao conhecimento deste acervo na perspectiva da transformação social e compreendido como direito inalienável de todos os povos.

Para tanto, o egresso do curso de Licenciatura em Educação Física do IFPR – Campus Palmas, deverá evidenciar um perfil pessoal e profissional capaz de:

1) manter-se atualizado na área de sua formação, não só nos aspectos científicos e tecnológicos, mas também no âmbito comportamental, para compreender as mudanças decorrentes da vida social e produtiva;

2) dominar instrumentos, métodos e técnicas que permitam enfrentar os desafios da profissão, com comportamento ético, atuando como agente de transformação social nos diferentes cenários da prática profissional;

3) intervir com capacidade crítica, criativa, reflexiva e analítica nas questões relativas ao exercício profissional e ao contexto socioeconômico local, regional e nacional;

4) apreender a dinâmica cultural e seus processos de inovação científica e tecnológica, visando atuar adequadamente em relação ao conjunto de significados que as constituem;

5) implementar práticas democráticas e éticas nas relações sócio-profissionais;

6) ter iniciativa empreendedora, planejando e desenvolvendo projetos públicos ou privados, compartilhando responsabilidades, informações e conhecimentos de interesses coletivos;

7) reconhecer e valorizar o outro, a partir das interdependências das relações sociais que expressam o movimento uno e diverso das identidades pessoais e heteropessoais, no respeito e tolerância ao pluralismo das manifestações éticas, estéticas, culturais, de gênero, rejeitando e resistindo a qualquer forma de discriminação ou de exclusão social.

A partir disso entende-se que o egresso deverá atuar de forma crítica, participativa e autônoma, com competência política, filosófica, técnica, ética, pedagógica, científica e lúdica.

Deverá, também, ser agente multiplicador de ações educativas que possam contribuir no enfrentamento dos problemas sociais e na otimização de possibilidades para ampliar, diversificar e democratizar o campo da Educação Física escolar, transformando a realidade pessoal, social e cultural, com conhecimento diversificado, atendendo às peculiaridades de demanda do mundo atual.

Para dar cumprimento a este perfil, deve saber planejar, organizar, administrar, avaliar e atuar pedagógica, científica, ética e tecnicamente no âmbito atual e emergente do movimento humano/esporte e lazer, buscando qualidade política e qualidade formal em suas intervenções, produzindo, socializando e articulando conhecimentos teórico-práticos de diversas áreas de conhecimento.

Deve estar, portanto, atento ao constante aperfeiçoamento do saber e articulação do ensino e pesquisa na produção do conhecimento e da prática profissional.



### **3.5.1 Áreas de Atuação do egresso**

A Educação Física é um campo profissional tradicional e contraditório existente no Brasil. Sofre, como todos os campos de atuação profissional, os mesmos determinantes próprios de uma sociedade organizada em classes onde a maioria da população não tem acesso aos bens culturalmente produzidos. Está localizada enquanto área de conhecimento em campos que fazem interface com o das ciências humanas e sociais, saúde e ciências da terra, com a filosofia e as artes.

Atendendo às Diretrizes contidas no Parecer CNE/CES nº 776/97, nas Resoluções CNE/CP nº 01/2002, CNE/CP nº 02/2002 e CNE/CES nº 07/2004, alterada pela Resolução CNE/CES nº 07/2007 e demais textos legais relacionados à formação de professores de Educação Física, o egresso do curso de Licenciatura em Educação Física do IFPR – Campus Palmas poderá atuar tendo como objeto a cultura corporal: 1) na Educação Básica, em todos os níveis e modalidades de ensino. Poderá, ainda, atuar em atividades de pesquisa, produção de material técnico/pedagógico, consultoria, edição de revistas ou periódicos especializados, relacionados a sua formação.

No entanto, para além da relevância e da legalidade, a legitimidade da Educação Física como agente de transformação social se dará a partir do enfrentamento da contradição onde, um bem cultural, produzido historicamente, portanto, um patrimônio cultural da humanidade, tenha sua socialização restrita a determinadas classes sociais. Nesse sentido, o egresso do Curso de Licenciatura em Educação Física do IFPR Campus Palmas, tem como principal área de atuação, para além dos espaços que a lei lhe garante, a transformação social, através da socialização irrestrita e igualitária da cultura corporal de movimento, direito de todos os cidadãos independente de classe, etnia ou qualquer restrição social.

### **3.5.2 Acompanhamento de Egressos**

Uma das propostas de Acompanhamento de Egressos do Curso de Licenciatura em Educação Física do Instituto Federal do Paraná, Campus Palmas, tem o propósito de acompanhar os egressos em sua vida profissional, com a criação de comunidades nas redes sociais, que possibilita o intercâmbio de conhecimentos e a construção coletiva, desde eventos até ações de formação continuada.

Da mesma forma, institucionalmente, através do banco de dados centralizado na secretaria acadêmica, por seu sistema de registro e controle, que poderá ser alimentado

de informações advindas dos demais processos. As informações básicas dos acadêmicos, após a conclusão do curso, necessitam ser atualizadas, mediante a criação de um canal de comunicação, seja no site do IFPR, seja colhendo-as através do uso das redes sociais. Esta atualização possibilitará detectar demandas específicas de formação continuada por parte dos egressos, bem como aproximá-los dos acadêmicos com suas experiências de ação docente.

Poderão ser efetuadas, a critério da coordenação de curso, avaliações parciais internas, que visem a melhoria das condições e andamento do curso.

### **3.5.3 Registro Profissional**

Os formandos do curso de Licenciatura em Educação Física têm o direito de obter o registro profissional junto ao Conselho Regional – CREF. O registro profissional é concedido aos portadores de diplomas de curso superior de Educação Física, devidamente autorizado e reconhecido pelo MEC. Tal registro é prerrogativa para atuar na área de Educação Física, como prevê o art. 1º da Lei Federal 9696/98.

## **3.6 PERFIL DO CURSO**

O Curso de Licenciatura em Educação Física do Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas foi construído a partir das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de formação de professores e se orienta por princípios educacionais atualmente discutidos no ensino superior e assumidos pela instituição, com vistas ao atendimento do perfil de egresso que se propõe a formar.

O Curso é noturno e tem um período mínimo de integralização de oito semestres e um máximo de quatorze semestres, sendo oferecidas 40 vagas anuais, contemplando as cargas horárias determinadas pela Resolução CNE/CP nº 02 de 2015, e CNE/CES nº 07/2004, alterada pela Resolução CNE/CES nº 07/2007, com 3210 horas/relógio, estruturadas com vistas a uma formação integral.

Esta formação tem como eixo articulador o estágio curricular supervisionado e a prática enquanto componente curricular a serem instrumentalizados de forma refletida por meio das práticas de ensino, integradoras dos diversos componentes curriculares, garantindo unidade e sequência lógica ao curso, justificando a presença de cada componente curricular por meio de sua integração com os demais.

O perfil almejado compreende, portanto, a própria concepção de formação humana e profissional entendida como processo amplo de preparação científica, pedagógica, moral, ética, estética, política e técnica para responder às demandas e reivindicações sociais, de produção do conhecimento e de formação continuada, em termos de atualização para o exercício profissional, considerando as modificações conjunturais/estruturais que se exprimem nas demandas postas à profissão e exigem respostas.

O curso de Educação Física, ainda sob a manutenção do UNICS, foi autorizado pelo Decreto 89.186 de 16/12/1983, publicado no DO de 19/12/1983 e foi reconhecido pela Portaria de Reconhecimento 137/87, de 10/03/1987, publicada no DO de 11/03/1987. Teve seu reconhecimento renovado pela primeira vez pela Portaria 3.273, de 27/11/02, publicada no DO 231, de 29/11/2002, e um segundo processo de Renovação de Reconhecimento que culminou com a publicação da Portaria 1.278, de 17/05/2004, encontrada no DO 94 de 18/05/2004. A Renovação de Reconhecimento deve respeitar os ciclos avaliativos e, frente a isto, os trâmites para a Renovação do Reconhecimento iniciaram-se em 11/08/2008. Entretanto, com o processo de federalização do Centro Universitário Católico de Palmas, que mantinha o curso, este processo permaneceu parado, reiniciando-se uma vez estabelecido o Instituto Federal do Paraná, Campus Palmas. A transferência do UNICS para o IFPR se deu através da resolução 19/10 CONSUP/IFPR, retificada pela resolução 154/2011, do CONSUP/IFPR.

O processo de construção do atual Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física tem por base legal as Resoluções CNE/CP nº 02/2015 e CNE/CES nº 07/2004, alterada pela Resolução CNE/CES nº 07/2007, em consonância com a LDB 9.394/96. E é respaldado pelo Parecer CNE/CES n.º 400/2005 e pelo Parecer CNE/CES n.º 274/2011. Compreende-se, a partir das diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores, que a formação, em nível de graduação, supõe certo tipo de conhecimentos, habilidades e competências, capazes de fortalecer a unidade teórico-prática dessa formação inicial. Parte-se do pressuposto de que, em qualquer dos campos de atuação, será sempre um professor de Educação Física que estará atuando, a partir de saberes, conhecimentos, competências e habilidades comuns a todos eles, como formação geral, e outros que conferem a especificidade a cada campo, com seus aprofundamentos historicamente construídos.

Os pressupostos curriculares indicam a necessidade de buscar uma formação geral sólida e articulada aos diferentes tipos de aprofundamentos naquelas áreas consideradas fundamentais para o exercício profissional, favorecendo a construção de um

PPC que articule diferentes abordagens das ciências humanas, contribuindo para a ação e reflexão da prática pedagógica.

## HISTÓRICO DO CURSO EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE INSCRITOS E APROVADOS NOS ÚLTIMOS 3 ANOS.

Em 2014 o número de inscrições no Processo Seletivo foi de 161 candidatos para 39 vagas disponíveis. Neste ano, entre retidos e evadidos, o curso teve um total de 14 alunos. No ano de 2015 o número de inscritos no processo seletivo foi de 226 para um total de 40 vagas disponíveis. Para o mesmo período, o número de retidos e evadidos foi de 17 alunos. Em 2016 foram 318 inscritos para 40 vagas ofertadas e um total de 18 alunos, entre retidos e evadidos.

## PRINCÍPIOS NORTEADORES

A construção deste Projeto Pedagógico de Curso ocorreu a partir dos referenciais curriculares propostos pela legislação educacional, em especial pelos indicadores encontrados no parecer nº 776/97, consonantes com a LDB nº 9394/96. Desta forma, parte-se do entendimento de que a formação do Licenciado em Educação Física deve supor saberes, conhecimentos, habilidades e competências, que apontem para o fortalecimento da unidade teoria-prática na formação inicial.

Os pressupostos curriculares indicam a necessidade de uma sólida formação geral articulada a diferentes tipos de aprofundamentos em áreas específicas demandadas para o exercício profissional. Estes indicativos encaminham a construção de um projeto pedagógico que pressupõe articulações entre diferentes abordagens das ciências humanas, contribuintes do processo de ação-reflexão-ação sobre a própria prática pedagógica.

Esta prática também será subsidiada pelos saberes produzidos nas abordagens das ciências naturais, imprescindíveis para a intervenção pedagógica ao considerarem os sentidos elaborados com base nos saberes advindos das humanidades, pois todas as ciências são humanas, portanto, práticas sociais orientadas pelos sentidos nela impressos no seu processo de construção sócio-histórica.

A formação básica, articulada aos elementos norteadores do aprofundamento, aponta uma integralização de proposta curricular que garanta “uma sólida formação

básica e aplicada à tradição da cultura do movimento, em estreita vinculação com o campo definido de aplicação profissional” (COESPE-EF, 1998, p.43).

As Diretrizes Curriculares enfatizam a articulação das disciplinas que compõe o núcleo de estudos de formação geral, aprofundamento e integração. Isto evidencia a compreensão da indissociabilidade do movimento teórico-prático que funda os respectivos componentes curriculares. Desta forma, a teoria será permanentemente confrontada com o concreto social da prática profissional.

A formação de professores de Educação Física implica compreender que a vinculação teoria-prática se manifesta a partir do trabalho docente, visto que será um professor que estará atuando e que, metodologicamente, buscará mediar o processo de construção de conhecimento numa perspectiva interdisciplinar. Para tanto, os conteúdos disciplinares são os resultantes dos conhecimentos historicamente acumulados e socialmente transmitidos enquanto expressão de produções culturais.

A perspectiva interdisciplinar, decorrente da própria concepção das Diretrizes Curriculares onde amplia as possibilidades para “ler” o real e interferir sobre ele. Assim, o diálogo interdisciplinar evidenciará que, embora sujeitos falem de pontos de vista diferentes, estes olhares sobre o real são confrontados, construindo novas formas de intervenção sobre o mesmo (BAKHTIN, 1982).

Assim, o campo disciplinar de formação básica tem o compromisso de vivenciar a orientação científica no campo do conhecimento do homem, da cultura e da sociedade, desenvolvendo saberes, conhecimentos, habilidades e competências e promovendo um contínuo diálogo com a formação específica, que, por sua vez, aprofundará o estudo das diferentes manifestações da cultura corporal.

A formação básica e a formação específica se constituem em movimentos de sínteses interdisciplinares, ou seja, “a interdisciplinaridade, enquanto princípio norteador de comunicação entre as diferentes disciplinas, não poderá jamais ser elemento de redução a denominador comum, mas elemento teórico metodológico da diferença e da criatividade” (ETGES, 1993, p. 79).

O aprofundamento na Licenciatura tem a especificidade de aprofundar a formação em um conjunto de conhecimentos, habilidades e competências definidas para a aplicação profissional, estudando os princípios unificadores do planejamento, da execução, da orientação e da avaliação para o trabalho docente.

Projetar a formação deste professor de Educação Física pressupõe compreender o processo de ensino e aprendizagem a partir das teorias críticas da educação, que buscam refletir sobre a contribuição da Educação Física e sua dimensão prática, no

desenvolvimento dos alunos. Parte-se do entendimento de que o campo de conhecimento da Educação Física:

Ampliou a visão de uma área biológica, reavaliou e enfatizou as dimensões psicológicas, sociais cognitivas e afetivas, concebendo o aluno como ser humano integral. Abarcaram objetivos educacionais mais amplos (não apenas voltados para a formação de um físico que pudesse sustentar a atividade intelectual), conteúdos diversificados (não só exercícios e esportes) e pressupostos pedagógicos mais humanos (e não apenas adestramento) (PCN, MEC/SEF, 1997, p. 23-24).

A formação de professores requer um tipo de formação centrado na articulação de diferentes teorias pedagógicas, psicológicas, sociológicas, biológicas e concepções filosóficas, que contribuem para os campos de ação e reflexão para a área da Educação Física, buscando integrar as múltiplas dimensões do ser humano.

Compreende-se que a Educação Física tem como princípios fundantes as manifestações da cultura corporal, contemplando múltiplos conhecimentos produzidos e usufruídos pelas sociedades com finalidades de lazer, expressão de sentimentos, afetos e emoções, e com possibilidades de promoção, recuperação e manutenção da saúde (PCN, 1997).

As propostas para o ensino da Educação Física requerem um tipo de trabalho docente capaz de sistematizar situações de aprendizagem que ofereçam aos alunos possibilidades de apropriação de diversas manifestações da cultura corporal, seja nas manifestações de jogo, esporte, dança, ginástica e luta, enquanto instrumentos de comunicação, expressão, lazer e cultura.

Também é necessário considerar, para o trabalho docente, que as dimensões cognitiva, corporal, afetiva, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social dos alunos, devem estar presentes no ritual pedagógico.

### **3.6.1 Relação entre Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação**

O Estatuto do IFPR institui o seu currículo como fundamentado em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no seu projeto político institucional. Sendo norteado pelos princípios da estética, da sensibilidade, da política da igualdade, da ética, da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação como processo de formação na vida e

para a vida, a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, educação, tecnologia e ser humano.

As ações de extensão e de interação com a sociedade constituem um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, para viabilizar uma relação transformadora entre o Instituto Federal e a sociedade. As atividades de extensão e de interação com a sociedade têm como objetivo apoiar o desenvolvimento social e cultural, através da oferta de cursos e realização de atividades específicas.

A pesquisa/Iniciação Científica no IFPR é um processo de produção de conhecimento que atende as demandas dos arranjos produtivos, social e cultural do território em que o *Campus* está inserido, e o interesse institucional. Deve ancorar-se em dois princípios: o princípio científico, que se consolida na construção da ciência; e o princípio educativo, que diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade. As ações de pesquisa constituem um processo educativo para a investigação e o empreendedorismo, visando à inovação e à solução de problemas científicos e tecnológicos, envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, com vistas ao desenvolvimento social. As atividades de pesquisa têm como objetivo formar recursos humanos para a investigação, a produção, o empreendedorismo e a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, sendo desenvolvidas em articulação com o ensino e a extensão, ao longo de toda a formação profissional.

As ações de inovação, pesquisa e extensão deverão buscar a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão-inovação, articulando-se entre si e tendo os alunos como protagonistas destas ações e processos, que poderão ocorrer, entre outras formas, por meio de projetos no âmbito da PROEPI (PIBIC, PIBEX, IFTECH E PIBIN) e no âmbito externo (Fundação Araucária de Apoio à Pesquisa e CNPQ).

A articulação entre o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação deverá estar presente em todos os componentes curriculares, em todos os momentos formativos, ou seja, na condução do processo pedagógico de ensino e de aprendizagem dos estudantes. Neste sentido, a PROENS oferece oportunidades de interação as ações através dos programas LIFE e PIBID, os quais podem subsidiar a pesquisa e a inovação no ensino.

O princípio da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação é fundamental no fazer acadêmico. Esta relação quando bem articulada, conduz a mudanças significativas nos processos de ensino e de aprendizagem, fundamentando didática e pedagogicamente a formação profissional, e discentes e docentes constituem-

se, efetivamente, em sujeitos do ato de aprender, de ensinar e de formar profissionais e cidadãos.

A pesquisa, a extensão e a inovação, em interação com o ensino, através dos diferentes componentes curriculares, em especial as Instrumentações para o Ensino de Ciências e Biologia, a Didática e a Metodologia Científica, com a instituição formadora e com a sociedade, possibilitam operacionalizar a relação entre teoria e prática, a democratização do saber acadêmico e o retorno desse saber à instituição de ensino, testado e reelaborado. Este processo é facilitado pelos programas de Bolsas disponibilizados pelo IFPR/PROENS/PROEPI como PIBIC, PIBIN, IFTECH, PIBIT, PBIS e PIBEX. Portanto, pensar e concretizar a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação constitui-se na afirmação de um paradigma de instituição formadora que deve produzir conhecimentos e, efetivamente, torná-los acessíveis à formação dos novos profissionais e aos mais variados segmentos da sociedade.

### **3.6.2 Metodologia e Estratégias Pedagógicas**

A partir da análise do contexto socioeconômico e cultural da região, suas necessidades e em consonância com o Projeto Político Pedagógica do IFPR Campus Palmas, a corrente pedagógica que mais se aproxima das práticas de ensino que até então são realizadas na instituição e com a qual o Campus irá declaradamente pactuar é a Pedagogia Histórico Crítica dos Conteúdos pois é a que melhor representa os interesses e necessidades do ensino na instituição.

A proposta pedagógica do curso considera o movimento teórico-prático como elemento articulador das áreas de conhecimento e, nesse entendimento, o encaminhamento metodológico é resultado dessa concepção.

O Curso de Licenciatura em Educação Física do Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas busca, em seu processo formador, tematizar os conhecimentos relacionados à cultura corporal, numa perspectiva teórico-prática, resgatando a historicidade das diferentes sociedades, ampliando os referenciais de mundo do educando e favorecendo o desenvolvimento de suas habilidades.

O trabalho docente, na dimensão teórico-prática, oportuniza a realização de atividades em que o educando identifica seu meio social e cultural, as transformações ocasionadas pelo trabalho do homem, suas consequências e as determinações históricas que ocasionaram as transformações. Essa reflexão e ação, de nível teórico e prático,



possibilitam ao aluno situar-se num determinado tempo e espaço social, tomando consciência de sua corporeidade nas dimensões cognitivas, afetivas, éticas, estéticas, de relação interpessoal e de inserção social.

Trata-se, então, de trabalhar o jogo, o esporte, a dança, a ginástica e a luta, entre outros, além dos benefícios fisiológicos e psicológicos delas decorrentes, em suas reais possibilidades de utilização como instrumentos de comunicação, expressão, saúde, lazer e cultura.

Ao tratar-se da formação deste Licenciado em Educação Física, o enfoque teórico-prático permite uma melhor compreensão do contexto de intervenção em que o futuro profissional estará se inserindo. Em síntese, esta relação pressupõe trazer a prática social como direcionadora da prática pedagógica, recuperando-se a necessária unicidade dialética teoria-prática.

Assim, os conhecimentos de que o licenciado necessita para o exercício da sua profissão, especificamente na área da Educação Física, devem articular os conhecimentos pedagógicos aos demais conhecimentos afetos à área.

Desta forma, o Curso de Licenciatura em Educação Física do Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas, aponta os Estágios como o “centro” em torno do qual todo o processo de formação é pensado, organizado e conduzido. Os estágios são realizados a partir do quinto período, e se constituem em um momento caracterizado pelo tensionamento teórico-prático, possibilitando ao acadêmico a compreensão dos papéis a serem desempenhados pelo professor de Educação Física nos diferentes contextos de intervenção.

Desta forma, o conjunto de componentes curriculares deve ter como pano de fundo de sua dinâmica, o contexto no qual o egresso irá atuar, apresentando-o gradativamente em sua complexidade, para que o papel de um professor pesquisador crítico-reflexivo seja apreendido e assumido, no decorrer do processo, pelos acadêmicos.

As diretrizes curriculares para a formação de professores, expressas nas resoluções CNE/CP nº 02 de 2015, e CNE/CES nº 07/2004 alterada pela Resolução CNE/CES nº 07/2007 preveem que os estágios, com um mínimo de 400 horas, sejam realizados a partir da segunda metade do curso, e se refletem nas Diretrizes de Estágios do Curso de Licenciatura em Educação Física do IFPR, Campus Palmas.

Estas Diretrizes apontam os marcos legais e conceituais dos Estágios, que se caracterizam como momento de tensionamento teórico-prático indispensável para uma sólida formação profissional. Estabelecem os contextos de inserção dos estagiários bem

como os procedimentos a serem realizados a cada momento e os papéis de cada um dos envolvidos no processo.

Apontam, ainda, para a necessária articulação com os demais componentes curriculares, que devem, por um lado, subsidiar as reflexões e decisões relacionadas ao processo, e por outro lado, “alimentando-se” das diversas situações reais, como potencializadoras do debate acadêmico.

O Curso de Licenciatura em Educação Física do Instituto Federal do Paraná, Campus Palmas, atento às discussões atuais em torno do Ensino Superior e às diretrizes para a formação do professor de Educação Física, que apontam para a interdisciplinaridade como princípio orientador do processo formativo, procurou construir uma proposta que permitisse aproximar/integrar os componentes curriculares de cada período do curso, bem como cada período entre si, permitindo aos acadêmicos e aos próprios professores uma visão de totalidade quanto à dinâmica de formação em que estão envolvidos.

Situando e subsidiando o acadêmico para as suas decisões, ao longo do curso, os diversos componentes curriculares serão articulados pelas Práticas como Componentes Curriculares, em torno das quais a identificação dos conhecimentos, saberes, competências e habilidades de um professor serão vivenciadas. Estas práticas se constituem em momentos de estabelecimento de “pontes” entre os conhecimentos apresentados, discutidos, refletidos, sistematizados, apreendidos no âmbito de cada um dos componentes curriculares e o contexto “real”.

Este movimento deve ocorrer considerando o conjunto de componentes curriculares que constam na matriz do curso para cada um dos períodos, cujos campos se interpenetram e complementam. Pensou-se, assim, em uma proposta centrada no processo a ser desenvolvido durante todo o curso, que tenha momentos de culminância que permitissem vivência, análise, discussão, reflexão, avaliação, socialização e reconstrução de saberes e conhecimentos. Ela é estruturada de maneira que os componentes curriculares “dialoguem” e estabeleçam constantemente as relações entre si, evidenciando suas implicações/interligações. Esta articulação será realizada no âmbito de componentes curriculares (Disciplinas de Prática de Ensino I a XII), servindo como importante subsídio ao desenvolvimento dos estágios.

Nessa proposta, cada professor desenvolverá os conteúdos sem perder de vista o contexto mais amplo que a cerca e que justifica a sua existência dentro do curso, possibilitando a experiência prática através de atividades que representam o processo

ensino-aprendizagem, explorando a aplicabilidade dos conteúdos que compõem o corpo de conhecimento da Educação Física.

A sistematização e socialização dos conhecimentos e das experiências vivenciadas, em momentos específicos, enriquecerão o processo, pelo caráter de construção coletiva que o cerca.

Este percurso será registrado, relatado, sistematizado e socializado, permitindo avaliações e reconstruções com vistas à sua ampliação e aprofundamento. A socialização se dará através de ações envolvendo docentes e discentes, como seminários, painéis, comunicações, eventos e elaboração de material didático.

Por sua vez, os docentes de cada período, articulados pelas Práticas como Componentes Curriculares (dispostas nas disciplinas Práticas de Ensino I a XII), discutirão seus encaminhamentos metodológicos pensando no todo do processo de formação, estabelecendo os vínculos entre os conhecimentos afetos à sua disciplina com os conhecimentos das demais e com as demandas postas socialmente ao profissional que está sendo formado. Desta forma, o curso assume o caráter de verdadeira “construção coletiva” do processo de formação, saindo da lógica da formação fragmentada, compartimentalizada, que já deu mostras de ineficiência e ineficácia.

Pretende-se, ainda, envolver os professores de Educação Física, egressos ou não do curso, que atuam no contexto regional, possibilitando-lhes partilhar seus conhecimentos reaproximando-se e articulando-se com a instituição, o que pode se constituir em um importante meio para a formação continuada dos mesmos.

Outro enfoque relevante é o processo avaliativo conjunto a ser realizado ao longo de cada semestre, pelo coletivo de professores articulados em torno dos diferentes eixos, mediante a elaboração de instrumentos similares ao Exame Nacional de Desempenho do Estudante – ENADE. As questões construídas pelos docentes devem refletir situações e contextos cotidianos de um professor de Educação Física, sobre os quais o acadêmico deve exercitar sua interpretação, análise, reflexão, compreensão e tomada de decisão. Desta forma, amplia-se o horizonte avaliativo e aproxima-se do real de um profissional da área.

Desta forma, o processo de formação se configura em um desenho de espiral ascendente em que, a cada momento, novos conhecimentos, saberes, competências e habilidades são apreendidos pelo acadêmico, dando suporte para avançar na busca de outros, ampliando gradativamente, e com a necessária consistência, a sua condição de prosseguir no processo com a qualidade desejada.

Quanto aos componentes curriculares, devem ser pensados tendo sempre como pano de fundo o concreto real no qual o egresso irá atuar, procurando tornar, permanentemente, significativos os conhecimentos e saberes abordados. Assim, a pedagogia histórico-crítica (GASPARIN, 2009) se constitui em um caminho possível em que a prática social inicial é reconhecida, servindo de base para o necessário tensionamento teórico-prático, estabelecendo a problematização e instrumentalizando o acadêmico para que ele construa uma nova forma de entender a realidade na qual está inserido e possa intervir nela estabelecendo uma diferente prática social.

Este processo exige o diálogo permanente entre o corpo docente, pensando e planejando coletivamente as ações pedagógicas, bem como com a realidade em constante transformação e para a qual se está formando os professores. Este processo exige a desconstrução de conceitos arraigados no processo de formação dos próprios docentes, a humildade de partilhar limites e possibilidades para reconstruir-se e a coragem de buscar novas formas de fazer.

Essa proposta poderá ser ampliada, ajustada, alterada, complementada, modificada a partir das discussões suscitadas no decorrer do processo, sempre submetendo às instâncias deliberativas e dados os encaminhamentos necessários. Contempla-se desta forma, dentre outras, a necessária flexibilidade de uma proposta curricular.

### **3.6.3 Educação Inclusiva**

A preocupação com a inclusão se reflete no curso sob dois aspectos: 1) na matriz curricular, na qual encontramos componentes curriculares específicos que instrumentalizam o futuro professor para atuar de forma inclusiva; e 2) pelas ações institucionais com vistas à inclusão da comunidade, adequando acessos, equipamentos e instalações para o uso por pessoas com deficiências.

Por sua vez, o curso incluiu na Matriz Curricular os componentes curriculares Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva e LIBRAS, em cumprimento ao Decreto Nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que dispõe, no Capítulo II, *da inclusão da Libras como disciplina curricular*, Art. 3º, que “A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior”.

A instituição busca promover a inclusão constantemente mostrando-se

preocupada ao cumprir com o exposto no Decreto no. 5.296, de 02 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei Nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, e a Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, conforme segue:

Conforme o artigo 6º o atendimento prioritário compreende tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas de que trata o art. 5º.

§ 1º O tratamento diferenciado inclui, dentre outros:

I - assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis;

II - mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT;

III - serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdo cegas, prestado por guias intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento;

IV - pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas;

V - disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

VI - sinalização ambiental para orientação das pessoas referidas no art. 5º;

VII - divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

VIII - admissão de entrada e permanência de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento junto de pessoa portadora de deficiência ou de treinador nos locais dispostos no caput do art. 5º, bem como nas demais edificações de uso público e naquelas de uso coletivo, mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal; e

IX - a existência de local de atendimento específico para as pessoas referidas no art. 5º.

2º Entende-se por imediato o atendimento prestado às pessoas referidas no art. 5º, antes de qualquer outra, depois de concluído o atendimento que estiver em andamento, observado o disposto no inciso I do parágrafo único do art. 3 da Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso).

3º Nos serviços de emergência dos estabelecimentos públicos e privados de atendimento à saúde, a prioridade conferida por este Decreto fica condicionada à avaliação médica em face da gravidade dos casos a atender.

4º Os órgãos, empresas e instituições referidos no caput do art. 5º devem possuir, pelo menos, um telefone de atendimento adaptado para comunicação com e por pessoas portadoras de deficiência auditiva.

Art. 7º O atendimento prioritário no âmbito da administração pública federal direta e indireta, bem como das empresas prestadoras de serviços públicos, obedecerá às disposições deste Decreto, além do que estabelece o Decreto n 3.507, de 13 de junho de 2000.

Parágrafo único. Cabe aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal, no âmbito de suas competências, criar instrumentos para a efetiva implantação e o controle do atendimento prioritário referido neste Decreto.

Além das normas para promoção da acessibilidade, o IFPR conta com o programa da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), que criou o NAPNE, Núcleo de Apoio ao Portador de Necessidades Especiais, vinculado à Pró-Reitoria de Ensino (PROENS), com o objetivo de fomentar a implantação e consolidação de políticas inclusivas no Instituto, por meio da garantia do acesso, permanência e êxito do estudante com necessidades educacionais específicas IFPR, nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.

#### **3.6.4 Integração com a Pós-Graduação**

Os estudantes de Licenciatura em Educação Física receberão formação sólida e generalista para as diversas áreas de atuação na profissão de educador e áreas afins para o Profissional de Educação Física. Através dessa formação será possível a preparação para o ingresso em cursos de pós-graduação Lato Sensu e Stricto Sensu com o objetivo de formação continuada, uma vez que os conhecimentos na área da Educação Física estão em constante renovação o que indica a necessidade de busca por esses novos conhecimentos pelos profissionais da área.

Cursos de pós-graduação no âmbito do próprio Curso de Educação Física poderão ser ofertados em médio e longo prazo na modalidade *Lato Sensu* a partir da estruturação do Campus Palmas para abrigar linhas de pesquisa que possibilitem a viabilidade desta modalidade de ensino.

A formação continuada já está sendo realizada pelo Curso através de projetos de extensão junto à comunidade intra e extra acadêmica com objetivo de atualizar os docentes atuantes e futuros egressos do curso nos conhecimentos mais recentes da área da Educação Física.

### **3.6.5 Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação**

O Instituto Federal do Paraná - Campus Palmas possui cinco (5) laboratórios de informática, equipados com 40 computadores cada um, especialmente o LIFE, equipado com dois televisores, data shows, câmeras filmadoras e fotográficas, *tablets*, telas interativas entre outros, conforme descrito na estrutura da Instituição, compartilhado entre os demais cursos de Licenciatura e Bacharelado.

## **3.7 AVALIAÇÃO**

O IFPR Campus Palmas acredita na avaliação escolar como mecanismo para que a educação seja sinônimo de transformação social. Uma avaliação transformadora necessita ser emancipatória e, neste sentido, relacionada ao tipo de homem e sociedade que a instituição se propõe a formar.

A avaliação da aprendizagem no IFPR Campus Palmas observa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, e a Resolução nº 50 de 14 de julho de 2017 do Instituto Federal do Paraná, tendo, em ambos os documentos, seus fundamentos legais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) afirma que a avaliação do rendimento escolar do aluno deve ser contínua e cumulativa, predominando os aspectos qualitativos e prevalecendo o desempenho do aluno ao longo do período sobre eventuais provas finais.

A avaliação da aprendizagem envolve os seguintes processos de avaliação:

- I. Diagnóstica: detecta o nível geral de conhecimentos dos alunos, suas dificuldades e as medidas necessárias para supri-las;
- II. Formativa: é interna ao processo, contínua, interativa e centrada no aluno através de um diagnóstico individualizado; reavalia todas as etapas do processo ensino-aprendizagem, acompanhando a aquisição do domínio das conteúdos e competências;
- III. Somativa: avalia os objetos e competências pretendidos; apresenta os resultados de aprendizagens e rendimento dos alunos e seus dados subsidiam o replanejamento do ensino para a próxima etapa.

Assim, os meios para a operacionalização da avaliação serão: seminários, trabalhos individuais e em grupos, testes escritos e/ou orais, demonstração de técnicas em laboratórios, exercícios, dramatizações, apresentação de trabalhos de iniciação científica, artigos científicos, portfólios, resenhas, autoavaliação, participações em projetos, visitas técnicas, atividades em ambiente virtual de aprendizagem (AVA), participação em atividades de mobilidade nacional e internacional, Trabalhos de Conclusão Curso, entre outros. Serão utilizados pelo docente, ao menos, 2 (dois) instrumentos avaliativos diferentes ao longo de cada bimestre para emissão dos resultados parciais e finais.

Também serão avaliadas e consideradas dimensões humanas como a ética, a iniciativa, a valorização do ser humano, a assiduidade, a participação, a relação interpessoal e a solidariedade. O docente deverá observar as especificidades de seu componente curricular e estabelecer critérios para cada instrumento avaliativo, entendendo-os como o que se espera que os estudantes tenham aprendido durante os processos de ensino-aprendizagem.

Após a realização de cada instrumento avaliativo e ao final das etapas de avaliação, deverá ser realizada a avaliação do processo avaliativo, momento de discussão e apreciação coletiva entre docentes e estudantes da turma, considerando as metodologias e instrumentos utilizados e aperfeiçoando-os para o próximo período.

A avaliação do ensino-aprendizagem dos estudantes com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Transtornos do Espectro Autista, Altas Habilidades ou Superdotação, transtornos psiquiátricos, distúrbios e dificuldades de aprendizagem, preferencialmente, comprovadas por meio de laudos ou pareceres da respectiva área, deverá ser organizada pelos docentes juntamente aos profissionais da Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis, do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, NAPNE, e registrada no Plano de Trabalho do Estudante.

A recuperação de estudos como parte do processo ensino-aprendizagem deverá ser oferecida aos estudantes que apresentam dificuldade ou baixo rendimento escolar. Compreende a recuperação contínua, desenvolvida ao longo das aulas e a recuperação paralela realizada por meio de aulas e instrumentos definidos pelo professor, sendo ou não presencial.

A frequência para aprovação deverá ser igual ou superior a setenta e cinco por cento (75%) ao final do período letivo. Será considerado reprovado o aluno que não obtiver frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento (75%).



O Conselho de Classe, como órgão colegiado e instância avaliativa, será normatizado por Portaria própria e de acordo com a Resolução nº 50/17 do Instituto Federal do Paraná.

### 3.7.1 Avaliação da Aprendizagem

Para fins de avaliação da aprendizagem nos Cursos Superiores os resultados obtidos no processo serão expressos por conceitos, sendo:

I – conceito A – quando a aprendizagem do estudante for PLENA e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino;

II – conceito B – quando a aprendizagem do estudante for PARCIALMENTE PLENA e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino;

III – conceito C – quando a aprendizagem do estudante for SUFICIENTE e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino;

IV – conceito D – quando a aprendizagem do estudante for INSUFICIENTE e não atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino;

Os conceitos deverão ter emissão parcial após cada bimestre, conforme organização curricular, e emissão final após o término dos componentes curriculares, de acordo com o calendário do Campus.

A aprovação dos estudantes ocorrerá considerando os seguintes critérios:

I – obtenção de conceito A, B ou C no componente e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total do período letivo;

Os estudantes reprovados por frequência e/ou conceito deverão cursar novamente os componentes curriculares com obrigatoriedade de frequência.

### 3.7.2 Plano de Avaliação Institucional

O Plano de Avaliação Institucional do Instituto Federal do Paraná atende às orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei 10861/2004, e tem por objetivo a promoção da qualidade de ensino nesse nível de educação.

A Lei 10861/2004 prevê três dimensões para a avaliação institucional, quais sejam, a Autoavaliação Institucional, a Avaliação Externa *in loco*, e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

O Art. 3º da Lei 10861/2004 estabelece como objetivo da avaliação das instituições de ensino superior “identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais”. Como dimensões para essa avaliação, o mesmo artigo, em seus incisos, indica dez aspectos:

- I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- III – a *responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural*;
- IV – a comunicação com a sociedade;
- V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- VII – infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
- IX – políticas de atendimento aos estudantes;
- X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior. (LEI 10861/2004)

Para o acompanhamento, discussão e execução da Avaliação Institucional, a Lei 10861/2004 prevê a criação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), que, conforme o Relatório de Autoavaliação do IFPR (2010, p. 17), tem como atribuições “coordenar e articular o processo de Avaliação Institucional, bem como disponibilizar o resultado final à comunidade acadêmica.”.

A CPA do IFPR é composta por docentes, técnicos administrativos, discentes e representantes da comunidade paranaense. Por ser uma instituição *multicampi*, a CPA contém representantes dos diversos campus da instituição que, em seus trabalhos, pretendem levantar, anualmente, as potencialidades, as fragilidades e as ações estratégicas para a melhoria da qualidade do Ensino Superior no IFPR, levando em consideração as dimensões previstas na legislação para esse nível de ensino.

Para tanto, todos os envolvidos no processo educativo são consultados, através de instrumentos avaliativos específicos para docentes, discentes e técnicos administrativos. Após a coleta desses dados e sua análise, a CPA os sistematiza e divulga o relatório, disponível a toda a comunidade acadêmica.

### **3.7.3 Avaliação do Curso**

A avaliação do curso é pautada nos princípios avaliativos apontados anteriormente, sendo realizada de forma constante, nas reuniões de colegiado, reuniões com representantes de turma e com os responsáveis pelos diversos projetos existentes no curso. Esta dinâmica permite documentar os pontos positivos e negativos, as possibilidades e os limites, os avanços e as dificuldades, subsidiando a tomada de posição e a redefinição de rotas a seguir.

Para que esta dinâmica seja possível, os conceitos de avaliação incorporados neste PPC devem estar presentes de forma permanente, com vistas a possibilitar que sejam atingidos plenamente os objetivos do Curso.

Os documentos originados destas avaliações compreendem as atas das reuniões dos diversos colegiados e grupos existentes, bem como nos relatórios dos processos avaliativos institucionais.

### **3.7.4 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso**

Os processos avaliativos do Curso devem subsidiar as decisões no que se refere ao Projeto Pedagógico de Curso e as suas necessárias alterações e ajustes para dar conta dos objetivos propostos e até mesmo para a retomada da discussão e redefinição destes, via Núcleo Docente Estruturante.

A consideração dos diversos processos avaliativos deverá desencadear alterações sempre que necessário e respeitando-se os trâmites e exigências legais e institucionais, bem como informando, permanentemente, a comunidade acadêmica das transformações efetuadas.

### **3.7.5 Representação Gráfica do Processo Formativo**

Algumas representações gráficas do Curso de Educação Física do Campus Palmas do Instituto Federal do Paraná, com a carga horária distribuída entre Componentes Curriculares Obrigatórios, Estágio Supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e Atividades Complementares, num primeiro momento colocadas por períodos letivos e posteriormente representadas com suas cargas horárias totais.

Representação Gráfica do Processo Formativo

1º semestre	2º semestre	3º semestre	4º semestre	5º semestre	6º semestre	7º semestre	8º semestre
Prática de Ensino I - 40h NFI	Prática de Ensino II - 40h NFI	Prática de Ensino IV - 40h NFI	Prática de Ensino V - 40h NFI	Prática de Ensino VII - 40NFI	Prática de Ensino IX - 40h NFI	Prática de Ensino X - 40h NFI	Prática de ensino XII - 40h NFI
Ginástica - 40h NFG	Prática de Ensino III - 40h NFI	Sociologia da Educação - 80 NFG	Prática de Ensino VI - 40 NFI	Prática de Ensino VIII - 40 NFI	Ginástica Rítmica - 40h NA	Prática de Ensino XI - 40h NFI	Optativa I - 40h NA
Atletismo - 40h NA	Neuroanatomofisiologia - 80h NFG	Ginástica Artística - 40h NA	Fisiologia do Exercício - 80h NA	Cinesiologia - 80NA	Cineantropometria - 80h NA	Lutas - 40h NA	Esportes de Raquete - 40h NA
Bases Biológicas - 40h NFG	Metodologia da Pesquisa - 80h NFG	Ritmo e Expressão Corporal 40h NA	Psicologia da Educação - 80h NFG	Educação Física Escolar I - Educação Infantil e Ensino Fundamental - 80h NA	Estágio II - 40h NFI	TCC - 140h NA	TCC II - 40h NA
História da Educação Física 40h NA	Políticas educacionais e Legislação da Educação - 40h NFG	Desenvolvimento Humano - 80h NFG	Natação - 40h NA	Voleibol - 40h NA	Bioestatística - 40h NA	Estágio III - 40h NFI	Educação Física Adaptada - 80h NA
Brinquedos e Jogos 80h NA	Futebol - 40h NA	Basquetebol -40h NA	Dança - 40h NA	Estágio I - 40h NFI	Educação Física Escolar II - Ensino médio e EJA - 40h NA	Gestão de eventos e organização - 80h NA	Treinamento Esportivo Infanto-Juvenil - 40h NA
Língua portuguesa - 40h NFG	Educação e Direitos Humanos - 40h NFG	Didática - 80h NFG	Controle e Aprendizagem Motora - 40h NA	Currículo e Gestão da Educação Básica - 80h NFG	Handebol - 40h NA	Atividade Física na infância - 40h NA	Educação e Sustentabilidade - 40h NFG
Anatomia - 80h NFG	Primeiros Socorros - 40h NA		Libras - 40h NFG	Seminário de Pesquisa em Educação - 60h NA	Filosofia da Educação 80h NFG	Pedagogia do esporte - 40h NA	Avaliação da Aprendizagem - 40h NFG
							Práticas Corporais de Aventura - 40h NA

### 3.8 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular, em atendimento aos preceitos legais vigentes, as demandas sociais postas e às discussões no âmbito do Colegiado de Curso e do Núcleo Docente Estruturante será composta por uma carga total de 3.210 horas/relógio.

A integralização desta carga horária está prevista para no mínimo oito semestres e no máximo quatorze semestres letivos, sendo o regime escolar por componente curricular, possibilitando matrículas em diferentes períodos do curso, refletindo mais um dos aspectos relacionados à flexibilização do processo formativo oferecido pelo Curso.

COMPONENTE CURRICULAR	Aulas semanais	Hs/aula total	PCC/ Estágio	Horas total
ATIVIDADE ACADEMICA COMPLEMENTAR	-	-	-	200
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	6	120	301	400
PRÁTICA COM COMPONENTE CURRICULAR	24	480	-	400
DEMAIS COMPONENTES CURRICULARES	133	2660	-	2210
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO</b>	<b>163</b>	<b>3260</b>		<b>3210</b>

#### 3.8.1 Matriz Curricular

A organização dos componentes curriculares do Curso de Licenciatura em Educação Física do IFPR – Campus Palmas parte de uma nova perspectiva de construção de curso superior com vistas à formação de professores. Valoriza a integração entre todos os elementos que constituem o currículo, procurando organizá-los e distribuí-los ao longo do processo de formação de forma equilibrada oportunizando a efetividade do aprendizado.

A disposição dos elementos que compõe a estrutura curricular do curso ocorre através da integração de três núcleos com diferentes focos de formação. O núcleo I, denominado “Formação Geral” contempla conteúdos de formação básica, princípios à docência e conteúdos introdutórios à área específica da Educação Física. Denominado como “Aprofundamento”, o núcleo II apresenta o aprofundamento e a diversificação dos conteúdos pedagógicos e específicos da Educação Física. O núcleo III, denominado, “Integração” visa o enriquecimento curricular através de estudos integradores que abordam ações voltadas ao exercício da docência em Educação Física, integrando conteúdos pedagógicos e específicos. Ao longo dos oito semestres que foram o Curso de Educação Física observamos a integração dos três núcleos, ou seja, em todos os semestres os acadêmicos terão contato com componentes curriculares advindos dos três núcleos.

Na matriz curricular abaixo, observamos ao lado dos componentes curriculares a indicação do núcleo ao qual pertencem da seguinte forma: “NFG” refere-se ao Núcleo de Formação Geral (N I), “NA” refere-se ao Núcleo de Aprofundamento (N II) e “NI” refere-se ao Núcleo de Integração (N III). Desta forma todo o currículo do Curso apresenta-se disposto entre os três núcleos indicados, bem como respeita as cargas horárias mínimas indicadas nas Resoluções CNE/CP nº 02/2015 e IFPR nº 19/2017.

	Componente Curricular		Aulas semanais	Carga horária (h/a)	Hora relógio
<b>PRIMEIRO</b>	Prática de Ensino I	NI	2	40	33
	Ginástica	NFG	2	40	33
	Atletismo	NA	2	40	33
	Bases Biológicas	NFG	2	40	33
	História da Educação Física	NA	2	40	33
	Brinquedos e jogos	NA	4	80	67
	Língua Portuguesa	NFG	2	40	33
	Anatomia	NFG	4	80	67
				<b>20</b>	<b>400</b>

	Componente Curricular		Aulas semanais	Carga horária (h/a)	Hora Relógio
<b>SEGUNDO</b>	Prática de Ensino II*	NI	2	40	33
	Prática de Ensino III**	NI	2	40	33
	Neuroanatomofisiologia	NFG	4	80	67
	Metodologia da Pesquisa	NFG	4	80	67
	Políticas Educacionais e Legislação da	NFG	2	40	33
	Futebol	NA	2	40	33
	Educação em Direitos Humanos e	NFG	2	40	33
	Primeiros Socorros	NA	2	40	33
				<b>20</b>	<b>400</b>

\*Pré-requisito disciplina Ginástica.

\*\*Pré-requisito disciplina Atletismo.

	Componente Curricular		Aulas semanais	Carga horária (h/a)	Hora Relógio
<b>TERCEIRO</b>	Prática de Ensino IV *	NI	2	40	33
	Sociologia da Educação	NFG	4	80	67
	Ginástica Artística	NA	2	40	33
	Ritmo e Expressão Corporal	NA	2	40	33
	Desenvolvimento Humano	NFG	4	80	67
	Basquetebol	NA	2	40	33
	Didática	NFG	4	80	67
				<b>20</b>	<b>400</b>

\*Pré-requisito disciplina Futebol.

	Componente Curricular		Aulas semanais	Carga horária (h/a)	Hora Relógio
<b>QUARTO</b>	Prática de Ensino V*	NI	2	40	33
	Prática de Ensino VI**	NI	2	40	33
	Fisiologia do Exercício	NA	4	80	67
	Psicologia da Educação	NFG	4	80	67
	Natação	NA	2	40	33
	Dança	NA	2	40	33
	Controle e Aprendizagem Motora	NA	2	40	33
	LIBRAS	NFG	2	40	33
			<b>20</b>	<b>400</b>	<b>332</b>

\*Pré-requisito disciplina Ginástica Artística.

\*\*Pré-requisito disciplina Basquetebol.

	Componente Curricular		Aulas semanais	Carga horária (h/a)	Hora Relógio
<b>QUINTO</b>	Prática de Ensino VII *	NI	2	40	33
	Prática de Ensino VIII **	NI	2	40	33
	Cinesiologia	NA	4	80	67
	Educação Física Escolar I – Educação Infantil e Ensino Fundamental	NA	4	80	67
	Voleibol	NA	2	40	33
	Estágio I	NI	2	40	33
	Currículo e gestão da educação básica –	NFG	4	80	67
	Seminário de Pesquisa em Educação Física	NA	3	60	49
			<b>23</b>	<b>460</b>	<b>382</b>

\*Pré-requisito disciplina Dança.

\*\*Pré-requisito disciplina Natação.

	Componente Curricular		Aulas semanais	Carga horária (h/a)	Hora Relógio
<b>SEXTO</b>	Prática de Ensino IX *	NI	2	40	33
	Ginástica Rítmica	NA	2	40	33
	Cineantropometria	NA	4	80	67
	Estágio II	NI	2	40	33
	Bioestatística	NA	2	40	33
	Educação Física Escolar II – Ensino Médio e EJA	NA	2	40	33
	Handebol	NA	2	40	33
	Filosofia da Educação	NFG	4	80	67
			<b>20</b>	<b>400</b>	<b>332</b>

\*Pré-requisito disciplina Voleibol.

	Componente Curricular		Aulas semanais	Carga horária (h/a)	Hora Relógio
<b>SÉTIMO</b>	Prática de Ensino X*	NI	2	40	33
	Prática de Ensino XI**	NI	2	40	33
	Lutas	NA	2	40	33
	TCC I ***	NA	2	40	33
	Estágio III	NI	2	40	33
	Fundamentos teóricos/ metodológicos da educação especial e inclusiva	NFG	2	40	33

Gestão de Eventos e Organização	NA	4	80	67
Atividade Física na Infância e Adolescência	NA	2	40	33
Pedagogia do Esporte	NA	2	40	33
		<b>20</b>	<b>400</b>	<b>331</b>

\*Pré-requisito disciplina Handebol.

\*\*Pré-requisito disciplina Ginástica Rítmica.

\*\*\*Pré-requisito disciplina Metodologia da Pesquisa.

	Componente Curricular		Aulas semana	Carga horária (h/a)	Hora Relógio
<b>OTAVO</b>	Prática de Ensino XII*	NI	2	40	33
	Optativa I	NA	2	40	33
	Esportes de Raquete	NA	2	40	33
	TCC II**	NA	2	40	33
	Educação Física Adaptada	NA	4	80	67
	Treinamento Esportivo Infanto Juvenil	NA	2	40	33
	Educação e Sustentabilidade	NFG	2	40	33
	Avaliação da Aprendizagem	NFG	2	40	33
	Práticas Corporais de Aventura	NA	2	40	33
			<b>20</b>	<b>400</b>	<b>331</b>

\*Pré-requisito disciplina Lutas.

\*\* Pré-requisito disciplina TCC I.

### 3.8.2 Componentes Optativos

	Componente Curricular		Aulas semana	Carga horária (h/a)	Hora Relógio
	Tecnologias da Informação e Comunicação aplicadas a Educação Física.	NA	2	40	33
	Fundamentos do Lazer	NA	2	40	33
	Atividades Físicas Complementares	NA	2	40	33

### 3.9 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS

#### 1º Período

Componente Curricular		Língua Portuguesa	
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40 h/a
<b>Ementa:</b>			
Definição de texto. Concepção e níveis de leitura. Linguagem oral e linguagem escrita. Gêneros textuais e discursivos. O texto dissertativo-argumentativo. Os fatores da textualidade: coesão e coerência. Gêneros acadêmicos. Interpretação e produção de diferentes textos.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____. <b>Estética da criação verbal</b> . São. Paulo: Martins Fontes, 2003.			
KLEIMAN, Ângela. <b>Texto &amp; Leitor</b> . São Paulo: Pontes, 1997.			
KOCH, Ingedore G. V. <b>A coesão textual</b> . São Paulo: Contexto, 2003.			



KOCH, Ingedore. & TRAVAGLIA, Luis Carlos. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 2002.

MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane & ABREU-TARDELLI, Lílian Santos (Orgs.). **Planejar gêneros acadêmicos**. São Paulo: Parábola, 2005.

**Bibliografia Complementar:**

COSTA VAL, M. G. **Redação e Textualidade**. 2 ed. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Lições de texto: leitura e redação**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1997.

KOCH, Ingedore G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. 9ª. ed, São Paulo: Contexto, 2007.

KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; PAVANI, C. F. **Prática textual: atividades de leitura e escrita**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

THEREZO, Graciema Pires. **Redação e leitura para universitários**. 2ª edição. São Paulo: Alínea, 2008.

<b>Componente Curricular</b>		Ginástica	
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40 h/a
<b>Ementa:</b>			
Origem e processo evolutivo da ginástica. Fundamentação técnica da ginástica. A ginástica como manifestação da cultura corporal de movimento.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
NUNOMURA, Myrian; TSUKAMOTO, Mariana Harumi Cruz (Org). <b>Fundamentos das ginásticas</b> . Jundiaí: Fontoura, 2009.			
GAIO, Roberta ; GÓIS, Ana Angélica Freitas ; BATISTA, José Carlos Freitas (Org.). <b>A ginástica em questão: corpo e movimento</b> . 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Phorte, 2010.			
KOS; TEPLY; VOLRÁB; PAVANELLI, Carlos Alberto. <b>Ginastica: 1200 exercícios</b> . Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1989.			
ARAÚJO, Carlos. <b>Manual de ajudas em ginástica</b> . Canoas: ULBRA, 2004.			
CARVALHO, Sérgio. <b>Hora de ginástica: resgate da obra do professor Oswaldo Diniz Magalhães</b> . Santa Catarina: UFSM, 1994.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
CONCEIÇÃO, Ricardo Batista. <b>Ginástica escolar</b> . 3. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.			
MARTIN-LORENTE, E. <b>1000 Exercícios Ginásticos com Acessórios Fixos e Móveis</b> . Rio de Janeiro: Sprint, 2002.			
SANTOS, J. C. E. <b>Ginástica Geral: elaboração de coreografias e organização de festivais</b> . São Paulo: Fontoura, 2001.			
SCHEIDER, W.; TRISCHLER, T.; SPRING, H. <b>Mobilidade: teoria e prática</b> . São Paulo: Santos, 1995.			
AYOUB, E. <b>Ginástica geral e educação física escolar</b> . 1ed. Campinas: Unicamp, 2003.			

<b>Componente Curricular</b>		História da educação Física	
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40 h/a
<b>Ementa:</b>			
A Educação Física como uma construção moderna e seus vínculos com a cultura antiga e medieval. Os desdobramentos do processo de modernização numa			

perspectiva eurocêntrica e a Educação Física brasileira. A pesquisa histórica na área.
<b>Bibliografia Básica:</b>
CASTELANI FILHO, L. <b>Educação Física no Brasil: a história que não se conta.</b> 4 ed. Campinas: Papyrus, 1994.
FERREIRA NETO, A. <b>A Pedagogia no Exército e na Escola: a educação física brasileira (1880-1950).</b> Rio de Janeiro: FACHA, 1999.
GEBARA, A.; PILATTI, I. A. <b>Ensaio sobre História e Sociologia nos Esportes</b>
MOREIRA, W.W. (Org.). <b>Educação Física e Esportes: perspectivas para o século XXI.</b> 17. ed. Campinas: Papyrus, 2011.
SOARES, C. L. <b>Educação Física: raízes europeias e Brasil.</b> Campinas: Autores Associados, 2004.
<b>Bibliografia Complementar:</b>
FERREIRA NETO, A. <b>Pesquisa Histórica na Educação Física Brasileira.</b> Vitória ES: Proteoria, 2010.
HOBSBAWM, E. J. <b>Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991.</b> 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
KOLYNIAC FILHO, C. <b>Educação Física: Uma introdução.</b> São Paulo: Educ, 1996.
LOMBARDI J. C.; NASCIMENTO M. I. M. (Orgs.) <b>Fontes, História e Historiografia da Educação.</b> Campinas: Autores Associados, 2004.
PEREIRA, F. M. <b>Dialética da Cultura Física.</b> São Paulo: Ícone, 1988.

<b>Componente Curricular</b>	Bases Biológicas		
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40 h/a
<b>Ementa:</b>			
Células: organização estrutural e composição química. Relação entre estrutura e função celular. Citogenética. Tecido conjuntivo. Tecido muscular. Tecido nervoso. Atividade física e função celular.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
CARVALHO, F. H. <b>A célula.</b> Barueri: Manole, 2001			
DE ROBERTIS, E. M. F. <b>Bases da Biologia Celular e molecular.</b> Rio de Janeiro: Editora GuanabaraKoogan, 2006.			
JUNQUEIRA e CARNEIRO. <b>Biologia Celular e Molecular.</b> Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.			
JUNQUEIRA e CARNEIRO. <b>Histologia básica.</b> Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.			
WEINECK, J. <b>Biologia do esporte.</b> São Paulo: Manole, 2000.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
CORMACK, David H. <b>Fundamentos de histologia.</b> Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2003.			
DI FIORI, Mariano S. H. <b>Atlas de Histologia.</b> Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2001.			
SOBOTTA, J. <b>Atlas de Histologia. Citologia, histologia e anatomia microscópica.</b> Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.			
MAUGHAN, R. J.; GLEESON, Michael. <b>As bases bioquímicas do desempenho nos esportes.</b> Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.			
RIEGEL, Romeo Ernesto. <b>Bioquímica do músculo e do exercício físico.</b> 3. ed. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2006.			

<b>Componente Curricular</b>	Brinquedos e jogos		
<b>Aulas/semana:</b>	4	<b>Carga horária</b>	80 h/a

<b>Ementa:</b>			
Origens e processo evolutivo dos jogos, brinquedos e brincadeiras. O brincar como elemento pedagógico. Jogos: classificação e teorias. Organização e sistematização dos jogos, brinquedos e brincadeiras nos diferentes espaços. Uso de materiais alternativos para construção do brinquedo.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
CORREIA, W. R; BASSO, L. (Org.). <i>Pedagogia do movimento do corpo humano</i> . Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2013.			
HUIZINGA, J. <b>Homo ludens: o jogo como elemento da cultura</b> . 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.			
KISHIMOTO, T. M. (org.) <b>Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação</b> . 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.			
SILVA, P. A. da. <b>3.000 exercícios e jogos para educação física escolar</b> . 4.ed. Rio de Janeiro: Sprint, 201.			
FERREIRA, V. <b>Educação Física - Recreação, Jogos e Desportos</b> . Brasil: Sprint, 2003.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
ANTUNES, C. <i>O jogo e a Educação Infantil: falar e dizer, olhar e ver, escutar e ouvir</i> . 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.			
AWAD, H. <b>Brinque, jogue, cante e encante com a recreação</b> . 3.ed., rev. Várzea Paulista: Fontoura, 2011.			
CASELLATO, M. S. <b>Jogos e brinquedos para fazer e brincar</b> . São Paulo : Texto Novo, 1999. CAVALLARI, V. R.; ZACHARIAS, V. <b>Trabalhando com recreação</b> . 3ª ed. São Paulo : Ícone, 1998.			
KISHIMOTO, T. M. <b>Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação</b> . 08. ed. Petrópolis : Vozes, 2001.			
PAIVA, I. M. <b>Brinquedos cantados</b> . 3ª ed. Rio de Janeiro : Sprint, 2003.			
<b>Componente Curricular</b>	Prática de Ensino I		
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40h/a
<b>Ementa:</b>			
A caracterização da Educação Física como área de conhecimento científico. Compreensão do ato de ensinar. As problemáticas da intervenção sócio-pedagógica em Educação Física. Estudo das questões éticas profissionais da atuação do professor de Educação Física e sua relação com o mercado de trabalho.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
BARBOSA, C. L. de A. <b>Ética na Educação Física – Col. Ética nas Profissões</b> . Petrópolis: Vozes, 2013.			
CASTELLANI FILHO, L. <b>Educação física no Brasil :a história que não se conta /Lino Castellani Filho</b> . 18ª. ed., São Paulo: Papyrus,2010.			
MARQUES, M. O. <b>A formação do profissional da educação</b> . 4. ed. Ijuí: Unijuí, 2003.			
SOARES, C. L. [et al.]. <b>Metodologia do ensino de educação física/Carmem Lúcia Soares... [et al.]</b> . São Paulo:Cortez,2012.			
TARDIF, M. <b>Saberes docentes e formação profissional</b> . 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
DAOLIO, J. <b>Da cultura do corpo /Jocimar Daolio</b> . 17ª ed. Campinas :Papyrus,2011.			
GEBARA A. et al. <b>Educação Física &amp; Esportes: Perspectivas para o século XXI</b> . 06ª.ed., Campinas: Papyrus; 2001.			
GHIRALDELLI, P. J. <b>Educação Física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e da Educação Física brasileira</b> . 9ª ed. São Paulo: Loyola, 2004.			
GOERGEN, P. L.; SAVIANI, D. (Orgs.). <b>Formação de Professores: a experiência</b>			

**internacional sob o olhar brasileiro.** 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2000.  
KUNZ, E. (org.). **A didática da Educação Física** 3.2ª ed. Ijuí: Unijuí, 2010.

<b>Componente Curricular</b>	Atletismo		
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40 h/a
<b>Ementa:</b>			
Origem e processo evolutivo do atletismo. Fundamentação, estudo e vivência das provas do atletismo e sua normatização. Corridas, Saltos, Marcha, Arremesso e Lançamentos. O atletismo como manifestação da cultura corporal de movimento.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
FERNANDES, J. L.; <b>Atletismo: Arremessos.</b> São Paulo: EPU, 2003. FERNANDES, J. L.; <b>Atletismo: Corridas.</b> São Paulo: EPU, 2003. FERNANDES, J. L.; <b>Atletismo: Saltos.</b> São Paulo: EPU, 2003. MARIANO, Cecília <b>Educação Física – O atletismo no currículo escolar.</b> 2ª ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012. MATTHIESEN, S. Q.; (org.) <b>Atletismo: teoria e prática.</b> Rio de Janeiro, R: Guanabara Koogan, 2007.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
COICEIRO, G. A.; <b>Atletismo, 1000 exercícios e jogo.</b> Rio de Janeiro: Sprint, 2005. FRÓMETA, E. R.; <b>Guia Metodológico de Exercícios em Atletismo: formação, técnica e treinamento.</b> Porto Alegre: Artmed, 2004. KIRSCH, A.; KOCH, K.; ORO, U. <b>Antologia do atletismo: metodologia para iniciação em escolas e clubes.</b> Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984. MATTHIESEN, S. Q.; (org.) <b>Atletismo: se aprende na escola.</b> Jundiaí, SP: Editora Fontoura, 2005. PAES. R. R. <b>Pedagogia do Esporte: contexto e perspectivas.</b> Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.			

<b>Componente Curricular</b>	Anatomia humana		
<b>Aulas/semana:</b>	4	<b>Carga horária</b>	80 h/a
<b>Ementa:</b>			
Estudo da Anatomia geral; nomenclatura anatômica; artrologia e sistemas esquelético, muscular (organização, classificação), respiratório e sistema circulatório diante de uma visão estrutural e topográfica.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
DÂNGELO, J. G.; FATTINI, C. A. <b>Anatomia básica dos sistemas orgânicos: com a descrição dos ossos, juntas, músculos, vasos e nervos.</b> 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2009. MOORE, K.L.; DALLEY, A. F. <b>Anatomia orientada para a clínica.</b> 5a. ed. Rio de Janeiro, Guanabara-Koogan, 2007. NETTER, Frank H. <b>Atlas de anatomia humana.</b> 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. PAULSEN, F.; WASCHKE, J. S. <b>atlas de anatomia humana: anatomia geral e sistema muscular.</b> v.1. 23.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. SOBOTTA, J. <b>Atlas de Anatomia Humana.</b> 22ª/ ed., Rio de Janeiro, Guanabara-Koogan, 2006, Volumes 1 e 2. b) complementar			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
DÂNGELO, J. G; FATTINI, C. A. <b>Anatomia humana sistêmica e segmentar.</b> 3.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2011. LUTJEN-DRECOLL, Elke; ROHEN, Johannes W. <b>Anatomia funcional e topográfica</b>			

**do corpo humano: texto e atlas.** São Paulo: Manole, 2013.  
MACHADO, A.B.M. **Neuroanatomia Funcional.** 2ªed., São Paulo, Atheneu, 2005.  
NETTER, F.H. **Atlas de Anatomia Humana.** Porto Alegre, ArtMed.2008  
TORTORA, Gerard J.; DERRICKSON, Bryan. **Corpo humano: fundamentos de anatomia e fisiologia.** 8.ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

## 2º período

Componente Curricular		Metodologia da Pesquisa	
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40 h/a
<b>Ementa:</b>			
Estudo dos enfoques metodológicos e técnicos embasadores da iniciação científica na área de Educação Física.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
DEMO, P. <b>Pesquisa: princípio científico e educativo.</b> 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001.			
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. <b>Fundamentos de metodologia científica.</b> 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.			
SEVERINO, A. J. <b>Metodologia do trabalho científico.</b> 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996.			
SOARES, Carmen Lúcia (Org.). <b>Pesquisas sobre o corpo: ciências humanas e educação.</b> Campinas: Autores Associados, 2007 (11)			
BARROS, A. J. da S.; LEHFELD, N. A. de S. <b>Fundamentos de metodologia científica.</b> 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
ANDRADE, M. M. de. <b>Introdução à metodologia do trabalho científico:</b> elaboração de trabalhos na graduação. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.			
BRACHT, V. (et. AL.). <b>Pesquisa em ação:</b> educação física na escola. Ijuí : Ed. Unijuí, 2003.			
MATTOS, Mauro Gomes de; ROSSETTO JR., Adriano José; BLECHER, Shelly. <b>Teoria e prática da metodologia da pesquisa em educação física: construindo sua monografia, artigo e projeto de ação.</b> São Paulo: Phorte, 2004.			
D'ONOFRIO, S. <b>Metodologia do trabalho intelectual.</b> 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.			
THOMAS, J. R.; NELSON, J. K. <b>Métodos de pesquisa em atividade física.</b> 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.			

Componente Curricular		Políticas Educacionais e Legislação da Educação Básica	
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40 h/a
<b>Ementa:</b>			
Cidadania e direitos no Estado Moderno: contextos do direito à educação. Cidadania e direitos no Brasil: especificidades da consolidação da educação como direito. Aspectos históricos da legislação, da estrutura e da organização da educação brasileira. Financiamento da educação no Brasil. Bases legais e organização da educação escolar no Brasil.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
CARVALHO, José Murilo de. <b>Cidadania no Brasil:</b> o longo caminho. 2. ed. Rio de			

Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel**: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. 16 ed. Poto Alegre: L&PM, 2001.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. 220 p. (Biblioteca de ciências sociais).

SAVIANI, D. **A nova lei da educação**: trajetória, limites e perspectivas. Campinas-SP: Autores Associados, 1997.

SHIROMA, E. O. MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. 4 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

#### **Bibliografia Complementar:**

AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública**. 3 ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2004.

BIANCHETTI, R. G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e bases da educação nacional nº 9394/96**.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação – Lei nº 13005/14**.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FÁVERO, O. (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988**. Campinas-SP: Autores Associados, 1996.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

LENINE, V. I. **O estado e a revolução**. In: Obras escolhidas. Tomo 2. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

LOMBARDI, J. C.; JACOMELI, M. R. M.; SILVA, T.M.T. (Orgs.). **O público e o privado na história da educação brasileira**: concepções e práticas educativas. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR; UNISAL, 2005. P. 177-185.

MÉSZAROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo-SP: Boitempo, 2005.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao FUNDEB**. 2 ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2008.

<b>Componente Curricular</b>		Educação em Direitos Humanos e Diversidade	
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40h/a
<b>Ementa:</b>			
Referências teórico-históricas sobre os direitos humanos e a cidadania e os mecanismos internacionais de proteção dos direitos. Análise das políticas educacionais face ao ideal de direitos humanos, e o papel dos profissionais da escola para a construção do trabalho coletivo na escola atual. Educação e diversidade cultural. Estrutura social, poder e mecanismos de diferença e desigualdade - classe social, gênero e etnia. Educação afro – brasileira. Educação escolar indígena e quilombola. Estudos sobre a história indígena no Brasil. Aspectos da pluralidade cultural como uma fonte de riqueza para a compreensão do homem e o seu contexto social.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
PINSKY, J. <b>História da cidadania</b> . 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013			
AFONSO, M. L. M. <b>Jogos para pensar: educação em direitos humanos e formação para a cidadania</b> . Belo Horizonte: Autêntica, 2013.			
LUCAS, D. C. <b>Direitos humanos e interculturalidade: um diálogo entre a igualdade e a diferença</b> . 2.ed. revisada e ampliada. Ijuí: Unijuí, 2013.			

CARVALHO, J. M. de. <b>Cidadania no Brasil - o longo caminho</b> . 17 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
FERNANDES, F. <b>A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica</b> . 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.
<b>Bibliografia Complementar:</b>
SILVA, A. M. M. (Org.). <b>Educação superior: espaço de formação em direitos humanos</b> . São Paulo: Cortez, 2013.
TEIXEIRA, C. M. <b>Gênero e diversidade: formação de educadoras/es</b> . Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
MIRANDA, S. A. de. <b>Diversidade e ações afirmativas: combatendo as desigualdades sociais</b> . Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
BUFFA, E. <b>Educação e cidadania: quem educa o cidadão?</b> 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
BENEVIDES, M. V. M. <b>A cidadania ativa</b> . São Paulo: Ática, 2003.

<b>Componente Curricular</b>		Prática de Ensino II	
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40 h/a
<b>Ementa:</b>			
Metodologias aplicadas ao processo de ensino-aprendizagem da GINÁSTICA. Elementos teórico-metodológicos. O papel do profissional de educação física na tematização da Ginástica escolar.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
NUNOMURA, Myrian; TSUKAMOTO, Mariana Harumi Cruz (Org). <b>Fundamentos das ginásticas</b> . Jundiaí: Fontoura, 2009.			
GAIO, Roberta ; GÓIS, Ana Angélica Freitas ; BATISTA, José Carlos Freitas (Org.). <b>A ginástica em questão: corpo e movimento</b> . 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Phorte, 2010.			
CONCEIÇÃO, Ricardo Batista. <b>Ginástica escolar</b> . 3. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.			
ARAÚJO, C. <b>Manual de Ajudas em Ginástica</b> . Canoas: ULBRA, 2004.			
STRAUSS, C. <b>Ginástica: a arte do movimento</b> . São Paulo: Hemus, 1977.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
BATTISTA, E.; VIVES, J. <b>Exercícios de Ginástica: flexibilidade e força</b> . 5ª ed. São Paulo: Manole, 1984.			
DANTAS, E. H. M. <b>Flexibilidade: alongamento e flexionamento</b> . 4ª ed. Rio de Janeiro: Shape, 1999.			
HASELBACH, B. <b>Dança, improvisação e movimento: expressão corporal na educação física</b> . Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1989.			
MARTIN-LORENTE, E. <b>1000 Exercícios Ginásticos com Acessórios Fixos e Móveis</b> . Rio de Janeiro: Sprint, 2002.			
SANTOS, J. C. E. <b>Ginástica Geral: elaboração de coreografias e organização de festivais</b> . São Paulo: Fontoura, 2001.			

<b>Componente Curricular</b>		Neuroanatomofisiologia	
<b>Aulas/semana</b>	4	<b>Carga horária</b>	80h/a
<b>Ementa:</b>			

Estudo do sistema nervoso e suas subdivisões. Relações do sistema nervoso com as percepções e com o desenvolvimento corporal e motor. Estudo do Sistema Endócrino e relações hormonais com a prática desportiva.

**Bibliografia Básica:**

MACHADO, Angelo B. M. **Neuroanatomia funcional**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2004.  
GUYTON, A. C., HALL, J.E. **Tratado de fisiologia médica**. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.  
GRAAFF, V. D.; MARSHALL, K. **Anatomia humana**. 6. Ed. São Paulo, SP: Manole, 2003.  
KANDEL, E. R.; SCHWARTZ, J. H.; SIEGELBAUM, S. A. **Princípios de Neurociências**. 5. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.  
SOBOTTA, J. **Atlas de Anatomia Humana**. 22<sup>a</sup>. ed., Rio de Janeiro, Guanabara-Koogan, 2006, Volumes 1 e 2. b) complementar

**Bibliografia Complementar:**

AFIFI, A. K.; BERGMAN, R. A. **Neuroanatomia funcional**. 2<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Ed. Roca, 2008.  
DÂNGELO, J. G; FATTINI, C. A. **Anatomia humana sistêmica e segmentar**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2011.  
MENESES, M. S. **Neuroanatomia aplicada**. 2<sup>o</sup>Ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara-Koogan, 2006.  
NETTER, F. H. **Atlas de anatomia humana**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.  
RUBIN, M.; SADIEH, J, E. **Neuroanatomia essencial**. Ed. Elsevier, 2008.

<b>Componente Curricular</b>	Futebol		
<b>Aulas/semana</b>	2	<b>Carga horária</b>	40h/a
<b>Ementa:</b>			
Origem e processo evolutivo do futebol/futsal. Aspectos normativos. Fundamentação técnica-tática. O futebol/ futsal como manifestação da cultura corporal de movimento.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
WILSON, J. <b>A pirâmide invertida: a história da tática no futebol</b> . Campinas/SP. Grande Área, 2016. SANTOS FILHO, J. L. A. <b>Futebol e Futsal: A especificidade e modernidade do treinamento para homens e mulheres</b> . São Paulo. Phorte Editora, 2012. CUNHA, S. A. <b>Futebol: Aspectos multidisciplinares para o ensino e treinamento</b> . Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2011. BELLO, N. <b>Futsal: conceitos modernos</b> . São Paulo. Phorte Editora, 2007. KRÖGER, C; <b>Escola da bola: um ABC para iniciantes nos jogos esportivos</b> . 2. ed. São Paulo: Phorte, 2005. FERREIRA, R. L. <b>Futsal e a iniciação</b> . 5. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
DUARTE, O. <b>O futebol: Regras e Comentários</b> . São Paulo. Senac São Paulo, 2005 SALES, R. M. <b>Futsal &amp; futebol: bases metodológicas</b> . São Paulo: Ícone, 2011. SAAD, M. <b>Futsal, movimentações defensivas e ofensivas</b> . 2.ed. Florianópolis: Visual Books, 2005 VOSER, R. C. <b>Futsal: princípios técnicos e táticos</b> . 2.ed. Canoas: ULBRA, 2003. DRUBSKY, R. <b>O Universo Tático do Futebol: escola brasileira</b> . Belo Horizonte: Health, 2003. VENLIOLES, F. M. <b>Escola de futebol</b> . Rio de Janeiro: Sprint, 2001.			



MELO, R. S. de. **Trabalhos técnicos para futebol**. Rio de Janeiro: Sprint, 1999.  
 MELO, R. S. de. **1000 exercícios para futebol**. Rio de Janeiro: Sprint, 1997.

<b>Componente Curricular</b>	Prática de Ensino III		
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40 h/a
<b>Ementa:</b>			
Metodologias aplicadas ao processo de ensino-aprendizagem do Atletismo. Elementos teórico-metodológicos. O papel do profissional de educação física na tematização do atletismo escolar.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
FERNANDES, J. L.; <b>Atletismo: Arremessos</b> . São Paulo: EPU, 2003. FERNANDES, J. L.; <b>Atletismo: Corridas</b> . São Paulo: EPU, 2003. FERNANDES, J. L.; <b>Atletismo: Saltos</b> . São Paulo: EPU, 2003. MATTHIESEN, S. Q.; (org.) <b>Atletismo: se aprende na escola</b> . Jundiaí, SP: Editora Fontoura, 2005. MATTHIESEN, S. Q.; (org.) <b>Atletismo: teoria e prática</b> . Rio de Janeiro, R: Guanabara Koogan, 2007.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
COICEIRO, G. A.; <b>Atletismo, 1000 exercícios e jogo</b> . Rio de Janeiro: Sprint, 2005. KIRSCH, A.; KOCH, K.; ORO, U. <b>Antologia do atletismo: metodologia para iniciação em escolas e clubes</b> . Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984. LOHMANN, L.A. <b>Atletismo – manual técnico para atletas iniciantes</b> . Rio de Janeiro: Sprint, 2011. PAES. R. R. <b>Pedagogia do Esporte: contexto e perspectivas</b> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. NEWSHOLME, E. A.; LEECH, Tony; DUESTER, Glenda <b>Corrida: ciência do treinamento e desempenho</b> . São Paulo: Phorte, 2006.			

<b>Componente Curricular</b>	Primeiros Socorros		
<b>Aulas/semana</b>	2	<b>Carga horária</b>	40h/a
<b>Ementa:</b>			
O estudo do conceito de primeiros socorros. Os tipos de acidente e os procedimentos que cabem ao professor de Educação Física: choque elétrico, queimadura e ferimento, mordida e picada, tontura, desmaio e convulsão, entorse, contusão e fratura, hemorragias, bandagem, imobilização e transporte. A construção da autonomia acadêmico-científica.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
BERGERON, J. D.; <i>et al.</i> <b>Primeiros socorros</b> . 2 ed. São Paulo: Edit. Atheneu, 2017. BREM, Q.H et al. <b>Primeiros Socorros para estudantes</b> . São Paulo. 7ª ed. Ed. Manoel, 2002. FLEGEL, M.J. <b>Primeiros Socorros no Esporte</b> . Ed. Manole. São Paulo, 2002 (tradução: LOPES, F.A. – UNICAMP – 2002). GUIROTTTO, F.; NUEVO, I. M. <b>A turminha da saúde e primeiros socorros</b> . São Paulo: Phorte, 2004. KAWAMOTO, E. E. <b>Acidentes como socorrer e prevenir</b> . São Paulo: E.P.U. 2002.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
HAFEN, K. F; BRENT, K. <b>Primeiros Socorros para estudantes</b> . Manole, 2002, 7. <sup>a</sup> edição. MARTINS, H. S. <b>Pronto Socorro: Diagnóstico e Tratamento em Emergências</b> . São			

Paulo. Ed: 2008.  
 KARREN, K. J.; HAFEN, B. Q.; LIMMER, D; MISTOVICH, J. J. **Primeiros Socorros para Estudantes**. 10ª ed. São Paulo: Manole, 2013.  
 MELINDA, J.F. **Primeiros Socorros no Esporte**. 4ª ed. São Paulo, Manole, 2012.  
 VARELLA, Drauzio; JARDIM, Carlos. **Primeiros Socorros - Um Guia Prático**. São Paulo: Claro Enigma, 2011.

### 3º Período

<b>Componente Curricular</b>	Prática de Ensino IV		
<b>Aulas/semana</b>	2	<b>Carga horária</b>	40h/a
<b>Ementa:</b>			
Metodologias aplicadas ao processo de ensino-aprendizagem do futebol. O futebol como manifestação da cultura e sua implicação na escola.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
VOSER, R. C. <b>O futsal e a escola: uma perspectiva pedagógica</b> . 2 ed. Porto Alegre: Penso, 2015.			
CUNHA, S. A. <b>Futebol: Aspectos multidisciplinares para o ensino e treinamento</b> . Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2011.			
SANTANA, W. C. <b>Futsal: apontamentos pedagógicos na iniciação e na especialização</b> . 2 ed. Campinas, SP. Autores Associados, 2008.			
FREIRE, J. B. <b>Pedagogia do Futebol</b> . Campinas/SP. Autores Associados, 2006.			
KRÖGER, C. <b>Escola da bola: um ABC para iniciantes nos jogos esportivos</b> . 2. ed. São Paulo: Phorte, 2005.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
SALES, R. M. <b>Futsal &amp; futebol: bases metodológicas</b> . São Paulo: Ícone, 2011.			
COSTA, C. F. <b>Futsal: aprenda a ensinar</b> . 2.ed. Florianópolis: Visual Books, 2007.			
PAES. R. R. <b>Pedagogia do Esporte: contexto e perspectivas</b> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.			
VENLIOLES, F. M. <b>Escola de futebol</b> . Rio de Janeiro: Sprint, 2001			
FERREIRA, R. L. <b>Futsal e a iniciação</b> . 5. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.			

<b>Componente Curricular</b>	Ginástica Artística		
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40 h/a
<b>Ementa:</b>			
Origem e processo evolutivo da ginástica artística. Aspectos normativos. Fundamentação técnica-tática. A ginástica artística como manifestação da cultura corporal de movimento.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
BROCHADO, F. A.; BROCHADO, M. M. V. <b>Fundamentos de ginástica artística e de trampolins</b> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.			
NUNOMURA, M.; NISTA-PICCOLO, V.L. <b>Compreendendo a ginástica artística</b> . São Paulo: Phorte, 2005.			
PUBLIO, N.S. <b>Evolução histórica da ginástica olímpica</b> . São Paulo: Phorte, 2002.			
VIEIRA, Sílvia; FREITAS, Armando <b>O que é ginástica artística</b> . São Paulo: Casa da palavra, 2007.			
WERNER, P. H.; WILLIAMS, L. H.; HALL, T. J. <b>Ensinando ginástica para crianças</b> . 3ª ed. Barueri, SP: Manole, 2015.			

<b>Bibliografia Complementar:</b>
ARAÚJO, C. <b>Manual de ajudas em ginástica</b> . Canoas: Editora da ULBRA, 2003.
GAIO, R.; BATISTA, J. C. F. (org). <b>A ginástica em questão: corpo e movimento</b> . Ribeirão Preto: Tecmedd, 2006.
MOTA, L.S.; CUNHA, L.A. <b>Manual de ginástica artística masculina – exercícios de solo</b> . Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
NEDIALCOVA, G.; BARROS, D. <b>ABC da ginástica</b> . Rio de Janeiro: Grupo Palestra Sport, 1999.
SANTOS, C.R. <b>Gymnica 1000 exercícios</b> . Ginástica olímpica, trampolim acrobático, mini-trampolim e acrobática. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

<b>Componente Curricular</b>	Sociologia da Educação		
<b>Aulas/semana:</b>	4	<b>Carga horária</b>	80 h/a
<b>Ementa:</b>			
Ementa: Educação, cultura e sociedade. Sociologia e educação nos autores clássicos e contemporâneos. Educação, poder, desigualdade e mudança social. A importância da Sociologia da Educação no processo formativo do educador. Sociologia da Educação no Brasil. Sociologia e educação das relações étnico-raciais.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
ADORNO, T. <b>Educação e emancipação</b> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.			
BOURDIEU, P; PASSERON, J. <b>A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino</b> . Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.			
FERNANDES, F. <b>Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica</b> . 5 ed. São Paulo: Globo, 2006.			
LOMBARDI, J. C. (Org.). <b>Globalização, pós modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais</b> . Campinas: Autores associados, 2009.			
RODRIGUES, A. T. <b>Sociologia da educação</b> . 6 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.			
QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G. M. <b>Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber</b> . Belo Horizonte: UFMG, 2002			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. <b>Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos</b> . Rio de Janeiro: Zahar, 1985			
ALMEIDA, V. S. <b>Educação em Hannah Arendt: entre o mundo deserto e o amor ao mundo</b> . São Paulo: Cortez, 2011			
ARENDR, H. <b>Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo</b> . São Paulo: Companhia das letras, 1989.			
BOURDIEU, P. <b>Questões de sociologia</b> . Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.			
BUFFA, E. <b>Educação e cidadania: quem educa o cidadão?</b> 14 ed. São Paulo: Cortez, 2010.			
DURKHEIM, E. <b>Educação e sociologia</b> . Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1982.			
DURKHEIM, E. <b>As regras do método sociológico</b> . São Paulo: Companhia Editora			

<b>Componente Curricular</b>	Didática		
<b>Aulas/semana:</b>	4	<b>Carga horária</b>	80 h/a
<b>Ementa:</b>			
Aspectos históricos e conceituais da didática. A didática como campo de conhecimento da educação. Concepções de Educação. A didática e as tendências pedagógicas na educação brasileira. Didática e formação do professor. Organização do trabalho			

pedagógico e plano de trabalho docente.
<b>Bibliografia Básica:</b>
ALVES, Gilberto Luiz. <b>O trabalho didático na escola moderna: formas históricas.</b> Campinas: Autores Associados, 2005.
CANDAUI, Vera M. (org.) <b>A didática em questão.</b> Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1991.
GASPARIN, João Luiz. <b>Uma didática para a pedagogia histórico-crítica.</b> Campinas, SP: Autores Associados, 2002.
LIBÂNEO, José Carlos. <b>Didática.</b> São Paulo: Cortez, 1992.
VEIGA, Ilma P. et al. <b>Repensando a didática.</b> 16 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2002
<b>Bibliografia Complementar:</b>
FREIRE, Paulo. <b>Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à prática educativa.</b> 23 Edição. São Paulo: Editora Terra e Paz. 2015.
GHIRALDELLI Jr., Paulo. <b>O que é pedagogia.</b> 4. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.
LIBÂNEO, José Carlos. <b>Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos.</b> 14. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
VEIGA, Ilma P. (Org.). <b>Didática: o ensino e suas relações.</b> 6. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001.
WACHOWICZ, Lílian Anna. <b>O método dialético na didática.</b> Campinas, S.P: Papyrus, 1995.

<b>Componente Curricular</b>	Basquetebol		
<b>Aula/semana</b>	2	<b>Carga horária</b>	40h/a
<b>Ementa:</b>			
Origem e processo evolutivo do Basquetebol. Aspectos normativos. Fundamentação técnico-tática. O Basquetebol como manifestação da cultura corporal de movimento			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
FERREIRA, Aluísio Elias Xavier; DE ROSE JR., Dante. <b>Basquetebol: técnicas e táticas : uma abordagem didática-pedagógica.</b> 3. ed. ampl. e atual. São Paulo: E. P. U., 2010. 117 p. ISBN 9788512362601 .			
ALMEIDA, M. B. <b>Basquetebol iniciação.</b> 3ª Ed. Rio de Janeiro : Sprint, 2002.			
OLIVEIRA, Valdomiro de; PAES, Roberto Rodrigues. <b>Ciência do basquetebol: pedagogia e metodologia da iniciação à especialização.</b> Londrina: Midiograf, 2004. 123 p. ISBN 8590438325			
GUARIZI, M. R. <b>Basquetebol da iniciação ao jogo.</b> 1º ed. Fontoura, 2007			
ALMEIDA, Marcos Bezerra de. <b>Basquetebol 1000 exercícios.</b> 4. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2009. 331 p. ISBN 857332049			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
KRÖGER, C.; ROTH, K. <b>Escola da bola: um abc para iniciantes nos jogos esportivos.</b> São Paulo : Phorte, 2002.			
OLIVEIRA, Valdomiro de; PAES, Roberto Rodrigues. <b>Ciência do basquetebol: pedagogia e metodologia da iniciação à especialização.</b> Londrina: Midiograf, 2004. 123 p. ISBN 8590438325			
PAES. R. R. <b>Pedagogia do Esporte: contexto e perspectivas.</b> Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2005.			
DAIUTO, M. <b>Basquetebol Metodologia do Ensino.</b> 6ª Ed. São Paulo : Hemus, 1991.			
DE ROSE JR., Dante. <b>Modalidades esportivas coletivas.</b> Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. xii, 223p. ISBN 9788527711586.			

<b>Componente Curricular</b>		Ritmo e Expressão Corporal	
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40 h/a
<b>Ementa:</b> Fundamentos teóricos e metodológicos da prática das atividades rítmicas e expressivas do ser humano.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
<p>BARRETO, Débora. <b>Dança, Ensino, Sentidos e Possibilidades na Escola</b> : São Paulo: Ed. Autores Associados, 2004</p> <p>ALON, Ruthy. <b>Espontaneidade Consciente - Retornando ao Movimento Natural</b>. São Paulo, Ed. Summus, 2000.</p> <p>BERTHERAT, Thérèse. <b>O Corpo tem suas razões: Antiginástica e consciência de si</b>. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1977.</p> <p>BARBOSA, Haselbch. <b>Dança Improvisada e Movimentos</b>. Rio de Janeiro: Ao livro técnico. L988.</p> <p>LABAN, Rudolf von. <b>O domínio do movimento</b>. Ed. Organizada por Lisa Ullmann. (trad. Anna Maria Barros De Vecchi e Maria Silvia Mourão Netto). São Paulo: Summus. 1978.</p>			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
<p>HASELBACH, Bárbara. <b>Dança, Improvisação e Movimento</b>. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S.A., 1988.</p> <p>CAMARGO, Maria Ligia M. <b>Música e Movimento</b>: Belo Horizonte: Villa Rica, 1994.</p> <p>OSSONA, Paulina. <b>A Educação pela Dança</b>. 2 ed. São Paulo: Summus, 1988.</p> <p>MARTIN-LORENTE, E. <b>1000 Exercícios Ginásticos com Acessórios Fixos e Móveis</b>. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.</p> <p>SANTOS, J. C. E. <b>Ginástica Geral</b>: elaboração de coreografias e organização de festivais. São Paulo: Fontoura, 2001.</p> <p>SCHEIDER, W.; TRISCHLER, T.; SPRING, H. <b>Mobilidade</b>: teoria e prática. São Paulo: Santos, 1995.</p>			

<b>Componente Curricular</b>		Desenvolvimento Motor	
<b>Aulas/semana:</b>	4	<b>Carga horária</b>	80 h/a
<b>Ementa:</b>			
<p>O estudo do desenvolvimento motor, suas fases e mudanças ao longo da vida evolutiva. O estudo do estímulo, a organização e execução de movimentos. Elaboração e aplicação de propostas de programas de atividades físicas no desenvolvimento das condutas psicomotoras embasados no contexto teórico do comportamento humano.</p>			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
<p>ARENA, S.S. <b>Crescimento e desenvolvimento com qualidade de vida</b>. São Paulo: Phorte Editora, 2016.</p> <p>BOUCHARD, C.; MALINA, R.M. <b>Crescimento, maturação e atividade física</b>. São Paulo: Phorte, 2009.</p> <p>GALLAHUE, D. L. &amp; OZMUN, J. C. <b>Compreendendo o desenvolvimento motor</b>. São Paulo: Phorte, 2001.</p> <p>HAYWOOD, Kathleen M.; GETCHELL, Nancy <b>Desenvolvimento motor ao longo da vida</b>. 3ª ed. Porto Alegre: 2003.</p> <p>PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. <b>Desenvolvimento humano</b>. 12ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.</p>			

<b>Bibliografia Complementar:</b>
BOYD, D.; BEE, H. <b>A criança em desenvolvimento</b> . 7ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2011.
CORREIA, W. R.; BASS, L. <b>Pedagogia do movimento do corpo humano</b> . Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2013.
ECKERT, H. M. <b>Desenvolvimento motor</b> . 3ª ed. São Paulo: Manole, 1993.
RODRÍGUEZ. C.G. <b>Educação física infantil – motricidade de 1 a 6 anos</b> . São Paulo: Phorte Editora, 2008.
TEIXEIRA, L. A. <b>Controle motor</b> . Barueri, SP: Manole, 2006.

#### 4º Período

<b>Componente Curricular</b>	Prática de Ensino V		
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40 h/a
<b>Ementa:</b>			
Metodologias aplicadas ao processo de ensino-aprendizagem do ginástica artística. Elementos teórico-metodológicos. O papel do profissional de educação física na tematização da ginástica artística.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
BROCHADO, F. A.; BROCHADO, M. M. V. <b>Fundamentos de ginástica artística e de trampolins</b> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.			
MOTA, L.S.; CUNHA, L.A. <b>Manual de ginástica artística masculina – exercícios de solo</b> . Jundiaí: Paco Editorial, 2016.			
NUNOMURA, M. <b>Ginástica artística</b> . São Paulo: Agon, 2008.			
NUNOMURA, M. TSUKAMOTO, M. <b>Fundamentos das ginásticas</b> . Jundiaí: Fontoura, 2009.			
WERNER, P. H.; WILLIAMS, L. H.; HALL, T. J. <b>Ensinando ginástica para crianças</b> . 3ª ed. Barueri, SP: Manole, 2015.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
CONCEIÇÃO, R.B. <b>Ginástica Escolar</b> . 4ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2003.			
GAIO, R.; BATISTA, J. C. F. (org). <b>A ginástica em questão: corpo e movimento</b> . Ribeirão Preto: Tecmedd, 2006.			
NUNOMURA, M.; NISTA-PICCOLO, V.L. <b>Compreendendo a ginástica artística</b> . São Paulo: Phorte, 2005.			
PUBLIO, N.S. <b>Evolução histórica da ginástica olímpica</b> . São Paulo: Phorte, 2002.			
SANTOS, C.R. <b>Gymnica 1000 exercícios</b> . Ginástica olímpica, trampolim acrobático, mini-trampolim e acrobática. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.			

<b>Componente Curricular</b>	LIBRAS		
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40 h/a
<b>Ementa:</b>			
Conceitos linguísticos. Linguagem do surdo, cultura e sociedade. Os estudos sobre a linguagem e a língua de sinais. Componentes linguísticos em Libras. Domínio e uso básico de Libras: fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática. Prática em Libras: vocabulário geral e específico da área de atuação docente. Demandas sociais e educacionais da comunidade surda.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
CASTRO, A. & CARVALHO, I. <b>Comunicação por Língua Brasileira de Sinais</b> . Brasília (DF): SENAC, 2005.			

CAPOVILLA, F. C.; & RAPHAEL, W. D.; MAURICIO, A. C. L. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira.** São Paulo: Edusp, 2001 (Volume 1).

CAPOVILLA, F. C.; & RAPHAEL, W. D.; MAURICIO, A. C. L. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira.** São Paulo: Edusp, 2001 (Volume 2).

KARNOPP, L. **Língua de Sinais Brasileira: estudos lingüísticos.** São Paulo. Artmed, 2003.

FERNANDES, E. **Linguagem e surdez.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

**Bibliografia Complementar:**

BRASIL. **Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF.

CAPOVILLA, F. C. & RAPHAEL, D. W. **Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira: volume 1.** São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial, 2004.

CAPOVILLA, F. C. & RAPHAEL, D. W. **Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira.** São Paulo: volume 2. EDUSP: Imprensa Oficial, 2004.

CAPOVILLA, F. C. & RAPHAEL, D. W. **Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira.** São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial, 2005. v.3.

CAPOVILLA, F. C. & RAPHAEL, D. W. **Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira.** São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial, 2005. v.4.

Componente Curricular		Dança	
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40 h/a
<b>Ementa:</b>			
Origem e processo evolutivo da Dança. Fundamentação técnica das modalidades da dança. A dança como manifestação da cultura corporal de movimento.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
LABAN, Rudolf von; ULLMANN, Lisa (Org.). <b>Dominio do movimento.</b> [5. ed.]. São Paulo: Summus, 1978. 268p. (13)			
MOMMENSOHN, Maria; PETRELLA, Paulo (Org.). <b>Reflexões sobre Laban, o mestre do movimento.</b> São Paulo: Summus, 2006. 276p. (6)			
VIANNA, Klauss; CARVALHO, Marco Antonio de (Colab.). <b>A dança.</b> 6. ed. São Paulo: Summus, 2005. (12)			
MILLER, Jussara. <b>A escuta do corpo : sistematização da técnica Klauss Vianna .</b> 2.ed. São Paulo: Summus, 2007. (9)			
FARO, Antonio José. <b>Pequena história da dança.</b> Rio de Janeiro: Zahar, 2011. (6)			
FRANKLIN, Eric N. <b>Condicionamento físico para dança: técnicas para otimização do desempenho em todos os estilos.</b> São Paulo: Manole, 2012. (13)			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
OSSONA, Paulina. <b>A Educação pela Dança.</b> 2 ed. São Paulo: Summus, 1988.			
SANTANA, I. <b>Corpo aberto: Cunningham, dança e novas tecnologias.</b> São Paulo: Educ/Fapesp, 2002.			
MENDES, Ana Carolina de Souza Silva Dantas. <b>Dança contemporânea e o movimento tecnologicamente contaminado.</b> Brasília: Editora IFB, 2011.			
LIMA, R. T. <b>Abecê de folclore.</b> 7. ed. São Paulo : Martins Fontes, 2003.			
RIED, B. <b>Fundamentos de dança de salão.</b> Rio de Janeiro : S. editora, 2002.			

SILVA, Dulce Eliane da. **A Dança folclórica na Escola: Desenvolvendo o jovem cidadão.** Palmas, 2001

GONZAGA, L. **Técnicas de Dança de Salão .Rio de Janeiro: Sprint, 1996**

<b>Componente Curricular</b>	Prática de Ensino VI		
<b>Aula/semana</b>	2	<b>Carga horária</b>	40h/a
<b>Ementa:</b>			
Metodologias aplicadas ao processo de ensino-aprendizagem do Basquetebol. O Basquetebol como manifestação da cultura e sua implicação na escola.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
ALMEIDA, M. B. <b>Basquetebol iniciação.</b> 3ª Ed. Rio de Janeiro : Sprint, 2002. DAIUTO, M. <b>Basquetebol Metodologia do Ensino.</b> 6ª Ed. São Paulo : Hemus, 1991. OLIVEIRA, V. de & PAES, R. R. <b>Ciência do Basquetebol:</b> pedagogia e metodologia da iniciação à especialização. Londrina : Ao Livro Técnico, 2004. ROSE JR. D. de & FERREIRA A.E.X. Basquetebol técnicas e táticas: uma abordagem didático-pedagógica. São Paulo : E.P.U.,2003 RODRIGUES, H. A.; DARIDO. S. C. <b>Educação Física no Ensino Superior – Basquetebol na Escola.</b> GUANABARA KOOGAN, 2012.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
KRÖGER, C.; ROTH, K. <b>Escola da bola:</b> um abc para iniciantes nos jogos esportivos. São Paulo : Phorte, 2002. OLIVEIRA, V. de, PAES, R.R. <b>A ciência do Basquetebol:</b> pedagogia e metodologia da iniciação à especialização. Londrina, PR : Midiograf, 2004. PAES. R. R. <b>Pedagogia do Esporte:</b> contexto e perspectivas. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2005. BEZENA, M. Basquetebol 1000 exercícios. 4º ed. Sprint, 1997. ROSE JUNIOR, D. <b>Modalidades esportivas coletivas.</b> Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2006.			

<b>Componente Curricular</b>	Controle e Aprendizagem Motora		
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40 h/a
<b>Ementa:</b>			
Introdução ao controle e aprendizagem motora. Modelos de aprendizagem motora. Programa motor. Teorias do controle motor e da aprendizagem motora. Aquisição, classificação e definição das habilidades físicas na aprendizagem motora. O estudo do estímulo, a organização e execução de movimentos. Feedback.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
GALLAHUE, D. L. & OZMUN, J. C. <b>Compreendendo o desenvolvimento motor.</b> São Paulo: Phorte, 2001. MAGILL, R. A. <b>Aprendizagem motora e controle motor: conceitos e aplicações.</b> 8ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2011. SHUMWAY-COOK, A. WOOLLACOTT, M. <b>Controle motor: teoria e aplicações práticas.</b> 3ª ed. São Paulo: Manole, 2010. SCHMIDT, R. A.; WRISBERG, C. A. <b>Aprendizagem e performance motora:</b> uma abordagem da aprendizagem baseada no problema. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. TANI, Go; CORRÊA, U. C. <b>Aprendizagem motora e o ensino do esporte.</b> São Paulo:			



Edgard Blucher, 2016.
<b>Bibliografia Complementar:</b>
BEE, H. <b>A criança em desenvolvimento</b> . 7ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
LE BOULCH, J. <b>Educação Psicomotora: a psicocinética na idade escolar</b> . Porto Alegre: Artmed, 1987.
LE BOULCH, J. <b>O desenvolvimento Psicomotor: do nascimento até os 6 anos</b> . Porto Alegre: Artmed, 2001.
RODRÍGUEZ. C.G. <b>Educação física infantil – motricidade de 1 a 6 anos</b> . São Paulo: Phorte Editora, 2008.
TANI, G. (et al.). <b>Educação Física: uma abordagem desenvolvimentista</b> . São Paulo: Manole, 1988.

<b>Componente Curricular</b>	Fisiologia do Exercício		
<b>Aulas/semana:</b>	4	<b>Carga horária</b>	80 h/a
<b>Ementa:</b>			
Metabolismo. Sistemas energéticos. Adaptações dos sistemas ao exercício físico, com ênfase as cardiorrespiratórias e neuromusculares. Educação Alimentar e nutricional. A construção da autonomia acadêmico-científica do professor.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
MAUGHAN, R. et al. <b>Bioquímica do Exercício e do Treinamento</b> . São Paulo: Manole, 2000.			
MCARDLE, W. D. et al. <b>Fundamentos de Fisiologia do Exercício</b> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.			
MCARDLE, W. D. et al. <b>Fisiologia do Exercício: energia, nutrição e desempenho humano</b> . 8ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2016.			
POWERS, S.; HOWLEY, E. <b>Fisiologia do exercício: Teoria e Aplicação ao Condicionamento e ao Desempenho</b> . 8ª ed. Manole, 2014.			
WILMORE, J. H.; COSTILL, D. L. <b>Fisiologia do Esporte e do Exercício</b> . 5ª ed. São Paulo: Manole, 2013.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
FLECK, S.; KRAEMER, W. <b>Fisiologia do Exercício – teoria e prática</b> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.			
NEGRÃO, Carlos Eduardo; BARRETTO, Antônio Carlos Pereira <b>Cardiologia do exercício: do atleta ao cardiopata</b> . 3ª ed. São Paulo: Manole, 2010.			
ROBERGS, Robert A.; ROBERTS, Scott O. <b>Princípios fundamentais de fisiologia do exercício: para aptidão, desempenho e saúde</b> . São Paulo: Phorte, 2002.			
RIGOLIN, Luiz Roberto <b>Treinamento com Crianças e Adolescentes</b> . 2ª ed. São Paulo: Phorte Editora, 2012.			
SHARKEY, Brian J. <b>Condicionamento físico e saúde</b> . 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.			

<b>Componente Curricular</b>	Natação		
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40 h/a
<b>Ementa:</b>			
Origem e processo evolutivo da natação. Fundamentação técnica da natação.			

Aspectos normativos da Natação. A natação como manifestação da cultura corporal de movimento.

#### **Bibliografia Básica:**

EVANS, Janet. **Natação total**. Barueri: Manole, 2009. (17)  
GUZMAN, Ruben J.,. **Natação: exercícios de técnica para melhoria do nado**. Barueri: Manole, 2008. (15)  
MCLEOD, Ian. **Anatomia da natação**. São Paulo: Manole, 2010. (14)  
STAGER, Joel M. E.; TANNER, David A. E.. **Natação: manual de medicina e ciência do esporte**. 2.ed. Barueri: Manole, 2008. (9)  
RAMIREZ FARTEO, Emerson. **Treinamento da natação competitiva: uma abordagem metodológica**. São Paulo: Phorte, 2010. (9)

#### **Bibliografia Complementar:**

KLAR, Alberto Bernardo; MIRANDA JÚNIOR, Ednaldo H. **365 dias nadando diferente**. 2. ed. São Paulo: Phorte, 2001. (2)  
LIMA, Aline Costa; MORAES, Cristiane de; SILVA, Simone Barbosa da. **Aprendendo a nadar em 20 aulas**. Rio de Janeiro: Sprint, 1999.  
MASSAUD, MARCELO G. e CORRÊA, CÉLIA R. FERNANDES. **Natação Para Adultos**. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.  
MAGLISCHO, Ernest W. **Nadando ainda mais rápido**. São Paulo: Manole, 1999.  
PALMER, Mervyn L. **A ciência do ensino da natação**. São Paulo: Manole, 1990.

#### **Componente Curricular** | Psicologia da Educação

<b>Aulas/semana:</b>	4	<b>Carga horária</b>	80h/a
----------------------	---	----------------------	-------

#### **Ementa:**

A psicologia como ciência e suas relações com a educação. Teorias Psicanalítica e Comportamental e suas implicações para a prática pedagógica. Desenvolvimento e aprendizagem na teoria de Jean Piaget. Desenvolvimento e aprendizagem de Lev S. Vygotsky. Implicações pedagógicas da abordagem histórico-cultural. Henri Wallon e a afetividade. Dificuldades de Aprendizagem. Proteção dos Direitos da pessoa com transtorno do espectro autista. Aspectos psicológicos expressos pelo corpo.

#### **Bibliografia Básica:**

PALANGANA, I. C. **Desenvolvimento e Aprendizagem em Piaget e Vigotsky: a relevância do social**. São Paulo: 1994.  
PIAGET, J. **Seis Estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro: Forense, 1967.  
VIGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente: O desenvolvimento dos processos superiores**. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.  
VIGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. 6.ed. São Paulo: Ícone, 1998.  
WALLON, H. **As origens do pensamento na criança**. São Paulo: Manole, 1989.  
WEIL, P; TOMPAKOW, R. **O Corpo Fala**. 72ª. Petrópolis: Vozes, 2014.

#### **Bibliografia Complementar:**

DUARTE, N. **Educação Escolar, Teoria do Cotidiano e Escola de Vigotski**. 3.ed. Campinas: Autores Associados, 2001.  
FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 2002.  
SKINNER, B. F. **Ciência e Comportamento Humano**. 11.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.  
SMITH, Corinne; STRICK, Lisa; BATISTA, Dayse. **Dificuldades de aprendizagem de A a Z: um guia completo para pais e educadores**. Porto Alegre: Artmed, 2001.  
VIGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem: texto integral, traduzido do russo pensamento e linguagem**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins

## 5º PERÍODO

<b>Componente Curricular</b>	Seminário de Pesquisa em Educação Física		
<b>Aulas/semana:</b>	3	<b>Carga horária</b>	60 h/a
<b>Ementa:</b>			
A pesquisa em Educação Física e sua contribuição para inovação. Construção de processo investigativo. Organização e socialização de produção científica.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
ANDRADE, M. M. de; MARTINS, J. A. de A. (Colab.). <b>Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação</b> . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
ALVES-MAZZOTTI, A. J; GEWANDSZNAJDER, F. <b>O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa</b> . 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.			
BARROS, A. de J. P. de; LEHFELD, N. A. de S. <b>Fundamentos de metodologia científica</b> . 3ª ed. São Paulo: Pearson: Prentice Hall, 2007.			
CHARRO, M. et al. (...). <b>Manual de avaliação física</b> . São Paulo: Phorte, 2010.			
MACHADO, A. F; CAL ABAD, C. C. <b>Manual de avaliação física</b> . 2.ed. São Paulo: Ícone, 2012.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. <b>Pesquisa social: teoria, método e criatividade</b> . 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.			
D'ONOFRIO, S. <b>Metodologia do trabalho intelectual</b> . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.			
FERNANDES FILHO, J. F. <b>A prática da avaliação física: testes, medidas e avaliação física em escolares, atletas e academias de ginástica</b> . 2.ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Shope, 2003.			
MATTOS, M. G. de; ROSSETTO JR., A. J.; BLECHER, S. <b>Teoria e prática da metodologia da pesquisa em educação física: construindo sua monografia, artigo e projeto de ação</b> . São Paulo: Phorte, 2004.			
THOMAS, Jerry R.; NELSON, Jack K.; SILVERMAN, Stephen J. <b>Métodos de pesquisa em atividade física</b> . 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.			

<b>Componente Curricular</b>	Educação Física Escolar I – Educação Infantil e Ensino Fundamental		
<b>Aulas/semana:</b>	4	<b>Carga horária</b>	80h/a
<b>Ementa:</b>			
A construção do conhecimento e os fundamentos teórico-metodológicos da organização do processo de ensino da Educação Física na Educação Infantil e Ensino Fundamental. A tematização de brinquedos, brincadeiras, jogos, esportes e outras formas lúdicas da cultura corporal enquanto papel do professor. A construção da autonomia acadêmico-científica.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
DARIDO, S.C.; SOUZA, O. M. <b>Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola</b> . 7 ed. Campinas/SP: Papirus, 2013.			
COLETIVO DE AUTORES. <b>Metodologia do Ensino de Educação Física</b> . 2 ed. São Paulo: Cortez, 2012.			
DARIDO, S.C.; RANGEL I. C. A. <b>Educação Física na Escola: Implicações para</b>			

**prática pedagógica.** 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.  
 PEREIRA, S. (Org.). **Educação física escolar: elementos para pensar a prática educacional.** São Paulo: Phorte, 2011.  
 DARIDO, S. C. **Educação Física Escolar: compartilhando experiências.** São Paulo. Phorte, 2011.

**Bibliografia Complementar:**

KUNZ, E. **Transformação didática pedagógica do esporte.** 8 ed. Ijuí: Unijuí, 2014.  
 KUNZ, E. **Educação Física: ensino & mudanças.** 3 ed. Ijuí: Uijuí, 2012.  
 MOREIRA, E. C.; PEREIRA R. S. **Educação Física Escolar: desafios e propostas 2.** 2 ed. Várzea Paulista /SP: Fontoura, 2011.  
 AWAD, H. **Educação Física Escolar: múltiplos caminhos.** 1 ed. Jundiai/SP: Fontoura, 2010.  
 MOREIRA, E. C.; PEREIRA R. S. **Educação Física Escolar: desafios e propostas 1.** 2 ed. Jundiai/SP: Fontoura, 2009.  
 BRACHT, V.; CRISORIO, R. **A educação física no Brasil e na Argentina: identidade, desafios e perspectivas.** Campinas/SP: Autores Associados, 2003.

<b>Componente Curricular</b>	Currículo e gestão da Educação Básica		
<b>Aulas/semana:</b>	4	<b>Carga horária</b>	80h/a
<b>Ementa:</b>			
Currículo: história e conceitos. Teorias do Desenvolvimento Curricular. Currículo, Epistemologia e Cultura. Currículo Hegemônico. Avaliação Curricular. Paradigmas Contemporâneos e Currículo. Teorias da Administração/organização da Educação. Processo Sócio Histórico de Atribuições e Competências dos Sistemas e Órgãos Educacionais. Princípios Fundamentais da Administração Pública. Gestão Participativa e Democrática. Políticas Educacionais, Currículo e Gestão. Órgãos Colegiados da Escola. Teorias e Práticas das Instituições Escolares: o trabalho da gestão. Gestão Educacional e o Projeto Político Pedagógico.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
APPLE, Michael. <b>Educando a Direita.</b> Cortez/IPF, 2004 GOODSON, Igor. <b>Currículo: Teoria e História.</b> Petrópolis, Vozes, 1995. LIBÂNEO, José Carlos. <b>Organização e gestão da escola: teoria e prática.</b> São Paulo: Heccus Editora, 2013. MOREIRA, A. F (Org.). <b>Currículo: questões atuais.</b> Campinas: Papyrus, 2007. PARO, Vitor Henrique. <b>Administração Escolar: Introdução Crítica.</b> 3. São Paulo: Cortez, 2012.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
APPLE, Michael. <b>A educação democrática numa era conservadora.</b> Petrópolis: Vozes, 1997. _____. <b>Ideologia e currículo.</b> 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. APPLE, Michael W. <b>Educação e Poder.</b> Porto Alegre: Artmed, 1989. ARROYO, Miguel. <b>Currículo, território em disputa.</b> Petrópolis: vozes, 2007. FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). <b>Formação continuada e gestão da educação.</b> São Paulo: Cortez, 2003. São Paulo: Cortez, 2005. OLIVEIRA, Ines Barbosa. (org). <b>Alternativas Emancipatórias em Currículo.</b> São Paulo: Cortez, 2007.			

<b>Componente Curricular</b>	Voleibol		
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40h/a
<b>Ementa:</b>			
Origem e processo evolutivo do Voleibol. Aspectos normativos. Fundamentação			

técnico-tática. O Voleibol como manifestação da cultura corporal de movimento
<b>Bibliografia Básica:</b>
BAIANO, A. <b>Voleibol: sistema e táticas.</b> Rio de Janeiro : Sprint, 2005. BIZZOCCHI, C. <b>O voleibol de alto nível: da iniciação à competição.</b> 3ª ed. Barueri : Manole, 2008. BOJKIAN, J. C. M. <b>Ensinando Voleibol.</b> 3ª ed. São Paulo: Phorte, 2005. DON, S.;CECILE,R. A Bíblia do treinador do voleibol. Artmed, 2005. CARVALHO, O. M. Voleibol 1000 exercícios. 5ª ed. Sprint, 1993.
<b>Bibliografia Complementar:</b>
MACHADA. A. A. <b>EDUCAÇÃO Física no ensino superior – voleibol - do aprender ao especializar.</b> Guanabara Koogan, 2006. ARAÚJO, J. B. <b>Voleibol Moderno: Sistema Defensivo.</b> Rio de Janeiro : Palestra Sport, 1994. <b>Voleibol da escola.</b> Jundiaí : Fontoura, 2006. COSTA, A. D. <b>Voleibol: fundamentos e aprimoramento técnico.</b> Rio de Janeiro: Sprint, 2001. RIBEIRO, J. S. L. <b>Conhecendo o Voleibol.</b> 2ª ed. Rio de Janeiro : Sprint, 2008. BEZAULT, Pierre. O voleibol: as regras, a técnica, a tática. Lisboa, Estampa: 2002.

<b>Componente Curricular</b>	Estágio I – Educação Física na Educação Infantil e Ensino Fundamental I		
<b>Aulas/semana:</b>	<b>2</b>	<b>Carga horária</b>	40h/a (+101h)
<b>Ementa:</b>			
A intervenção em educação física na Educação Infantil e Ensino Fundamental I: planejamento e docência. Os princípios teóricos/metodológicos, a elaboração e desenvolvimento de projetos de atuação na escola. O papel do professor crítico-reflexivo e a autonomia do seu processo formativo.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
DARIDO, S.C.; SOUZA, O. M. <b>Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola.</b> 7 ed. Campinas/SP: Papyrus, 2013. COLETIVO DE AUTORES. <b>Metodologia do Ensino de Educação Física.</b> 2 ed. São Paulo: Cortez, 2012. PIMENTA, S. G. <b>O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática?</b> 11º Ed. São Paulo : Cortez, 2012. NEIRA, M. G. <b>Educação Física: a reflexão e a prática no ensino.</b> São Paulo: Blucher, 2011. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. <b>Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.</b> Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria da Educação Fundamental. – Brasília: MEC;SEF, 1998. 3v.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
KUNZ, E. <b>Transformação didático-pedagógica do esporte.</b> 8º Ed. Ijuí : Unijuí, 2014. PIMENTA, S. G. <b>Estágio e Docência.</b> 7º Ed. São Paulo: Cortez, 2012. PEREIRA, S. <b>Educação Física escolar: elementos para pensar a prática educacional.</b> São Paulo: Phorte, 2011. JARMENDIA, A. M. <b>Formação de professores e estágios supervisionados: fundamentos e ações.</b> São Paulo: Terracota, 2009. MELO, M. S. T. de. <b>O ensino do jogo na escola: uma abordagem metodológica para a prática pedagógica dos professores de Educação Física.</b> Recife: EDUPE, 2003.			

<b>Componente Curricular</b>	Cinesiologia		
<b>Aulas/semana:</b>	<b>4</b>	<b>Carga horária</b>	80 h/a

<b>Ementa:</b>
Estudo do movimento humano de forma analítica e global, utilizando-se conceitos da cinemática, cinética na produção dos movimentos de forma segmentada e global, abordando aspectos da integração do controle motor para a elaboração do movimento. Noções básicas das forças internas e externas do corpo humano no que se refere a integração do sistema esquelético, articular e muscular. Análise dos movimentos articulares pelas provas de função muscular. Análise da postura e centro de gravidade.
<b>Bibliografia Básica:</b>
BANKOFF, A. D. P. <b>Morfologia e Cinesiologia. – aplicada ao movimento humano.</b> Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. FLOYD, R. T. <b>Manual de Cinesiologia Estrutural.</b> 16ª ed. Barueri – SP: Manole, 2011. HOFFMAN, S. J.; HARRIS, J.C. <b>Cinesiologia – o estudo da atividade física.</b> Porto Alegre: Artmed, 2001. MIRANDA, Edalton <b>Bases de Anatomia e Cinesiologia.</b> Rio de Janeiro: Sprint, 2008. RASCH J. Philip <b>Cinesiologia e Anatomia Aplicada.</b> 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
<b>Bibliografia Complementar:</b>
DOBLER, G. <b>Cinesiologia: fundamentos, práticas e esquemas de terapia.</b> São Paulo: Manole, 2003. DURWARD, B. R. (Edit.). <b>Movimento funcional humano: mensuração e análise.</b> São Paulo: Manole, 2001. FORNASARI, C. A. <b>Manual para estudo da cinesiologia.</b> São Paulo: Manole, 2001. HALL, S. J. <b>Biomecânica básica.</b> Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993. KAPANDJI, I. A.. <b>Fisiologia articular: esquemas comentados de mecânica humana.</b> 4ª ed. São Paulo: Manole, 1980. MIRANDA, E. <b>Bases de anatomia e cinesiologia.</b> 2. ed. São Paulo: Sprint, 2000. VIEL, É. (Coord.). <b>A marcha humana, a corrida e o salto.</b> Rio de Janeiro: Manole, 2001.

<b>Componente Curricular</b>	Prática de Ensino VII		
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40 h/a
<b>Ementa</b>			
Metodologias aplicadas ao processo de ensino aprendizagem da natação.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
GREGUOL, Márcia. <b>Natação adaptada em busca do movimento com autonomia.</b> Barueri: Manole, 2010. CATTEAU, Raymond; GAROFF, Gérard. <b>O ensino da natação.</b> 3. ed. São Paulo: Manole, 1990. COSTA, Paula Hentschel Lobo da (Org.). <b>Natação e atividades aquáticas: subsídios para o ensino.</b> Barueri: Manole, 2010. STAGER. J. M; TANNER. A. D. <b>Natação.</b> Manole: 2010. MCLEOD. I. <b>Anatomia da Natação.</b> Manole. 2010.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
DAMASCENO, Leonardo Graffius. <b>Natação, psicomotricidade e desenvolvimento.</b> Brasília: Sec. de Estado da Cultura e do Esporte, 1992. CORRÊA, Célia Regina Fernandes. <b>Atividades aquáticas para bebês.</b> Rio de Janeiro: Sprint, 1999.			

MAGLISHO, E.D. **Nadando Ainda Mais Rápido**. 1999.  
 SEVERO, L.A. e CHAGURY, A.F. **Manual de Natação**. Lemre Editorial, 1990.  
 SALO, D; RIEWALD, A.S. **Condicionamento Físico para Natação**. Manole. 2011.

<b>Componente Curricular</b>		Prática de Ensino VIII	
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40 h/a
<b>Ementa:</b>			
Metodologias aplicadas ao processo de ensino aprendizagem da dança.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
CUNHA, Morgada. <b>Dance aprendendo aprenda dançando</b> . 2. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1992.			
SÁ, Ivo Ribeiro de; GODOY, Kathya Maria Ayres de. <b>Oficinas de dança e expressão corporal: para o ensino fundamental</b> . São Paulo: Cortez, 2009.			
STRAZZACAPPA, Márcia; MORANDI, Carla. <b>Entre a arte e a docência: a formação do artista da dança</b> . 4. ed. Campinas: Papirus, 2006.			
GREENE, H. J. <b>Anatomia da dança</b> . Manole. 2011.			
MILLER, J. <b>Qual é o corpo que dança?</b> Summus. 2012.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
TIBURI, Marcia. <b>Diálogo/dança/ Marcia Tiburi; Thereza Rocha</b> . São Paulo: Senac Nacional, 2012.			
BOGÉA, Inês (Org.). <b>Oito ou nove ensaios sobre o Grupo Corpo</b> . São Paulo: Cosac & Naify, 2001.			
FRANK, E. <b>Condicionamento físico na dança</b> . Manole. 2012.			
TIBURI, M; ROCHA, T. <b>Diálogo da Dança</b> . Senac. Sao Paulo. 2011.			
MILLER, J A. <b>A escuta do Corpo</b> . Summus. 2007.			

### 6º Período

<b>Componente Curricular</b>		Cineantropometria	
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40 h/a
<b>Ementa:</b>			
Abordagem e discussão dos fundamentos históricos e socioculturais em medidas de avaliação do homem em movimento. Estudo dos elementos teórico-metodológicos, instrumentos e procedimentos adequados à realidade do professor de Educação Física no contexto do ensino e da pesquisa em cineantropometria. A construção da autonomia acadêmico-científica.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
CHARRO, Mario A. et alli <b>Manual de Avaliação Física</b> . São Paulo: Phorte Editora, 2010.			
FONTOURA, A.S.; FORMENTIN, C.M.; ABECH, E.A. <b>Guia prática de avaliação física</b> . 2ª ed. São Paulo: Phorte, 2011.			
MACHADO, Alexandre F. <b>Manual de Avaliação Física</b> . São Paulo: Ícone, 2012.			
PETROSKI, Edio Luiz; PIRES-NETO, Cândido Simões; GLANER, Maria Fátima. <b>Biométrica</b> . Jundiaí: Fontoura, 2010.			
TRITSCHLER, K. <b>Medida e Avaliação em Educação Física e Esporte de Barrow &amp; McGee</b> . Barueri: Manole, 2003.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
FONSECA, P.H.S. (org) <b>Promoção e avaliação da atividade física em jovens brasileiros</b> . São Paulo: Phorte, 2012.			

<p>GUEDES, D. P., GUEDES, J. E. R. P. <b>Manual prático para avaliação em Educação Física.</b> Barueri: Manole, 2006.</p> <p>MARINS, J. B., GIANNICHI, R. S. <b>Avaliação &amp; Prescrição de Atividade Física.</b> Rio de Janeiro: Shape Editora, 1996.</p> <p>PETROSKI, E.L. (org). <b>Antropometria: técnicas e padronizações.</b> Porto Alegre: Palotti, 1999.</p> <p>KISS, M. A. P. D. <b>Esporte e exercício: avaliação e prescrição.</b> São Paulo: Roca, 2003.</p> <p>HEYWARD, V.H.&amp; STOLARCZYK, L.M. <b>Avaliação da composição corporal.</b> São Paulo. Manole, 2002.</p>			
<b>Componente Curricular</b>		Educação Física Escolar II – Ensino Médio e EJA	
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40h/a
<b>Ementa:</b>			
A construção do conhecimento e os fundamentos teórico-metodológicos da organização do processo de ensino da Educação Física no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos. O papel do professor e a tematização da cultura corporal de movimento.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
DARIDO, S.C.; SOUZA, O. M. <b>Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola.</b> 7 ed. Campinas/SP: Papyrus, 2013.			
MOREIRA, W. W. <b>Aulas de educação física no ensino médio.</b> 2. ed. Campinas: Papyrus, 2012.			
DARIDO, S.C.; RANGEL I. C. A. <b>Educação Física na Escola: Implicações para prática pedagógica.</b> 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.			
PEREIRA, S. (Org.). <b>Educação física escolar: elementos para pensar a prática educacional.</b> São Paulo: Phorte, 2011.			
MATTOS, M. G. de. <b>Educação física na adolescência: construindo o conhecimento na escola.</b> São Paulo: Phorte, 2000			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
KUNZ, E. <b>Transformação didática pedagógica do esporte.</b> 8 ed. Ijuí: Unijuí, 2014.			
KUNZ, E. <b>Educação Física: ensino &amp; mudanças.</b> 3 ed. Ijuí: Uijuí, 2012.			
MELHEM, A. <b>A prática da educação física na escola.</b> 2.ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2012.			
CORREIA, W. R. <b>Educação física no ensino médio: questões impertinentes.</b> 2.ed. Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2011			
AWAD, H. <b>Educação Física Escolar: múltiplos caminhos.</b> 1 ed. Jundiaí/SP: Fontoura, 2010.			

<b>Componente Curricular</b>		Ginástica Rítmica	
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40 h/a
<b>Ementa:</b>			
Origem e processo evolutivo da ginástica rítmica. Fundamentação técnica da ginástica rítmica. Aspectos normativos da Ginástica Rítmica. A ginástica rítmica como manifestação da cultura corporal de movimento.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
SANTOS, Eliana Virgínia Nobre dos; LOURENÇO, Márcia Regina; GAIO, Roberta. <b>Composição coreográfica em ginástica rítmica: do compreender ao fazer.</b> Jundiaí: Fontoura, 2010.			



LAFFRANCHI, Bárbara. **Treinamento desportivo aplicado à ginástica rítmica**. Londrina: UNOPAR, 2001 .

ROBEVA. N; RANKELOVA.M. **Escola Campeã- Ginástica Ritmica**, Icone: s.d.

ARAUJO. C; LEBRE, J.L. **Ginastica Ritmica Adpatada no Brasil. Porto. 2006**.

LEITE. E. DE A; RODRIGUES. J. L; ARAÚJO. P. F. **Ginastica Ritmica no Brasil- Trajetoria e Contribuições**. Phorte: 2013.

**Bibliografia Complementar:**

SILVA, N. Pithan e. **Ginástica Feminina/ N. Pithan e Silva**. São Paulo: Comércio de Papéis e Livros. 127

PEREIRA, Sissi. **Ginástica Rítmica Desportiva: aprendendo passo a passo**. Rio de Janeiro: Shape, 2000.

BOTT, Jenny. **Ginástica Rítmica Desportiva**. São Paulo: Manole, 1986.

BARROS, Dayse. **Os primeiros passos da Ginástica Rítmica**. Rio de Janeiro: Grupo Palestra Sport, 1980.

MIMILLER. J. A **Escuta do Corpo**. Summus. 2007.

<b>Componente Curricular</b>	Prática de Ensino IX		
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40h/a
<b>Ementa:</b>			
Metodologias aplicadas ao processo de ensino-aprendizagem do Voleibol. O Voleibol como manifestação da cultura e sua implicação na escola.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
BAIANO, A. <b>Voleibol: sistema e táticas</b> . Rio de Janeiro : Sprint, 2005.			
BIZZOCCHI, C. <b>O voleibol de alto nível: da iniciação à competição</b> . 3ª ed. Barueri : Manole, 2008.			
BOJIKIAN, J. C. M. <b>Ensinando Voleibol</b> . 3ª ed. São Paulo: Phorte, 2005.			
CAMPOS, L. A. S. <b>Voleibol da escola</b> . Jundiaí : Fontoura, 2006.			
MACHADA. A. A. <b>EDUCAÇÃO Física no ensino superior – voleibol - do aprender ao especializar</b> . Guanabara Koogan, 2006.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
SANTINI, J. <b>Voleibol Escolar: da iniciação ao treinamento</b> . Canoas : Editora da ULBRA, 2007.			
DON, S.;CECILE,R. <b>A Bíblia do treinador do voleibol</b> . Artmed, 2005..			
CASCO, Patricio. <b>Voleibol</b> . São Paulo: Ed. Odysseus, 2007.			
COSTA, A. D. <b>Voleibol: fundamentos e aprimoramento técnico</b> . Rio de Janeiro: Sprint, 2001.			
RIBEIRO, J. S. L. <b>Conhecendo o Voleibol</b> . 2ª ed. Rio de Janeiro : Sprint, 2008.			

<b>Componente Curricular</b>	Bioestatística		
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40 h/a
<b>Ementa:</b>			
Estudo da coleta de dados e elaboração de planilhas. Análise e interpretação de dados quantitativos e qualitativos. Estatística básica aplicada à Educação Física.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
BUNCHAFT, G.; KELLNER, S. R. de O. <b>Estatística sem mistérios</b> . 2. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2001.			
BUSSAB, W. de O.; MORETTIN, P, A. <b>Estatística Básica</b> . 5. ed. São Paulo, SP:			

Saraiva, 2002.  
 CRESPO, A, A. **Estatística Fácil**. Ed.Saraiva. São Paulo-SP. 2001.  
 HAIR JR., J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados**. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.  
 THOMAS, J. R.; NELSON, J. R. **Métodos de Pesquisa em atividade física**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

**Bibliografia Complementar:**  
 DORIA FILHO, U. **Introdução a Bioestatística: para simples mortais**. Editora Negócio.  
 JEKEL, J. F.; ELMORE, J. G.; KATZ, D. L. **Epidemiologia, bioestatística e medicina preventiva**. Porto Alegre: Artmed, 1999.  
 BARROS, M.V.G; REIS, R. S; FLORINDO, A. A; HALALL, P. C; FARIA JÚNIOR, J. C. **Análise de dados em saúde**. Londrina: Midiograf, 2012.  
 VIEIRA, S. **Bioestatística: Tópicos avançados**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.  
 VIEIRA, S. **Introdução à bioestatística**. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

<b>Componente Curricular</b>		Estágio II: Educação Física no Ensino Fundamental II e Pessoas com Necessidades Especiais	
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40h/a (+100h)
<b>Ementa:</b>			
A intervenção em educação física no Ensino Fundamental II e na Educação Física para Pessoas com Necessidades Especiais: planejamento e docência. Os princípios teóricos/metodológicos, a elaboração e desenvolvimento de projetos de atuação na escola. Educação de jovens e adultos. O papel do professor crítico-reflexivo e a autonomia do seu processo formativo.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
DARIDO, S.C.; SOUZA, O. M. <b>Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola</b> . 7 ed. Campinas/SP: Papirus, 2013. COLETIVO DE AUTORES. <b>Metodologia do Ensino de Educação Física</b> . 2 ed. São Paulo: Cortez, 2012. PIMENTA, S. G. <b>O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática?</b> 11º Ed. São Paulo : Cortez, 2012. NEIRA, M. G. <b>Educação Física: a reflexão e a prática no ensino</b> . São Paulo: Blucher, 2011. DUARTE, E. <b>Atividade física para pessoas com necessidades especiais: experiências e intervenções pedagógicas</b> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
KUNZ, E. <b>Transformação didático-pedagógica do esporte</b> . 8º Ed. Ijuí : Unijuí, 2014. PIMENTA, S. G. <b>Estágio e Docência</b> . 7º Ed. São Paulo: Cortez, 2012. PEREIRA, S. <b>Educação Física escolar: elementos para pensar a prática educacional</b> . São Paulo: Phorte, 2011. JARMENDIA, A. M. <b>Formação de professores e estágios supervisionados: fundamentos e ações</b> . São Paulo: Terracota, 2009. WINNICK. J. <b>Educação Física e Esportes Adaptados</b> . 3. ed. São Paulo: Manole, 2004.			

<b>Componente Curricular</b>	Handebol		
<b>Aula/semana</b>	2	<b>Carga horária</b>	40h/a

<b>Ementa:</b>
Origem e processo evolutivo do handebol. Aspectos normativos. Fundamentação técnico-tática. O Handebol como manifestação da cultura corporal de movimento.
<b>Bibliografia Básica:</b>
SIMÕES, A. C. <b>Handebol defensivo: conceitos técnicos e táticos</b> . 2ª ed. Phorte, 2008
ALMEIDA, A. G.; DECHECHI, C. J. <b>Handebol: conceitos e aplicações</b> . Manole, 2012.
ROTH, KLAUS <i>et al.</i> <b>Manual de Handebol: treinamento de base para crianças e adolescentes</b> . São Paulo : Phorte, 2002.
SANTOS, L. R. G. <b>Handebol 1000 exercícios</b> . 6ª ed. Sprint, 1997.
GRECO, P. J. ; ROMERO, J. J. F. <b>Manual de Handebol, Da iniciação ao alto nível</b> . Phorte, 2012.
<b>Bibliografia Complementar:</b>
CZERWINSKI, J. <b>El balonmano: técnica, táctica y entrenamiento</b> . Barcelona : Paidotribo, [19--].
FREITAS, A.; VIEIRA, S. O que é handebol? 2ª ed. Casa da Palavra, 2007.
SANTOS, A. L. P. <b>Manual de mini-handebol</b> . São Paulo : Phorte, 2003.
MELHEM, A. <b>Brincando e aprendendo handebol</b> . Rio de Janeiro : Sprint, 2002.
KASLER, H. <b>Handebol: do aprendizado ao jogo disputado</b> . Rio de Janeiro : Ao Livro Técnico, 1978.

<b>Componente Curricular</b>	Filosofia		
<b>Aula/semana</b>	4	<b>Carga horária</b>	80h/a
<b>Ementa:</b>	A educação no período pré-filosófico ou mitológico grego. Contexto histórico e social da origem da Filosofia e da educação. A atitude filosófica como questionamento das evidências do cotidiano e as características do pensamento filosófico. Tópicos de História da Filosofia: principais conceitos, temas (ética, moral, religião, política, epistemologia, lógica, estética, metafísica, educação, entre outros) e autores (Idades: Antiga, Média, Moderna e Contemporânea). As grandes concepções de educação e ética presentes na tradição filosófica. A educação enquanto objeto da reflexão filosófica: os fins e valores da educação. Noções de Antropologia Filosófica. Temas de ética e moral: semelhanças, diferenças e sua relação com a Educação Física.		
<b>Bibliografia Básica:</b>	CHAUI, M. de S. <b>Convite à filosofia</b> . 14. ed. São Paulo: Ática, 2011.		
	FERRY, L. <b>Aprender a Viver: filosofia para novos tempos</b> . Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.		
	MARCONDES, D. <b>Textos básicos de filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein</b> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.		
	SAVIANI, D. <b>Educação: do senso comum à consciência filosófica</b> . Campinas/SP: Autores Associados, 2009.		
	SEVERINO, A. J. <b>Filosofia da educação: construindo a cidadania</b> . São Paulo: FTD, 1994.		
	VAZ, H. C. de L. <b>Antropologia Filosófica v 1</b> . São Paulo: Loyola, 2004.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>	ARANHA, M. L. de A.; MARTINS, M. H. P. <b>Filosofando: introdução à filosofia</b> . 3. ed. São Paulo: Moderna, 2003.		
	COMTE-SPONVILLE, A. <b>Apresentação da filosofia</b> . São Paulo: Martins Fontes, 2002.		

CHAUÍ, M. de S. **Introdução à história da filosofia: dos Pré-Socráticos a Aristóteles**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. v.1

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **Filosofia e história da educação brasileira**. Barueri: Manole, 2003.

MARCONDES, D. **Textos básicos de ética: de Platão a Foucault**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia: filosofia pagã antiga**. v. 1. São Paulo: Paulus, 2003.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia: patrística e escolástica**. v. 2. São Paulo: Paulus, 2003.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia: do humanismo a Descartes**. v. 3. São Paulo: Paulus, 2004.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia: de Spinoza a Kant**. v. 4. São Paulo: Paulus, 2004.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia: do romantismo ao empiriocriticismo**. v. 5. São Paulo: Paulus, 2005.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia: de Nietzsche à Escola de Frankfurt**. v. 6. São Paulo: Paulus, 2006.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia: de Freud à atualidade**. v. 7. São Paulo: Paulus, 2004.

SGANZERLA, A., ROMERA VALVERDE A. J., FALABRETTI, E. (org). **Natureza humana em movimento: ensaio de antropologia filosófica**. São Paulo: Paulus, 2012.

## 7º PERÍODO

Componente Curricular		Lutas	
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40 h/a
<b>Ementa:</b>			
Origem e processo evolutivo das Lutas. Aspectos normativos. Fundamentação técnica-tática. As Lutas como manifestação da cultura corporal de movimento			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
BREDA, M. et al. <b>Pedagogia do esporte aplicada às lutas/Mauro Breda ... [et al.]</b> . São Paulo: Phorte, 2010.			
GEBARA A. et al. <b>Educação Física &amp; Esportes: Perspectivas para o século XXI</b> . 06ª.ed., Campinas: Papirus; 2001.			
GUTIERREZ, Z.C; ACEVEDO, W; CHEUNG, M. M. <b>Breve Histórico do Kung Fu</b> . Espanha: Madras, 2011.			
PAIVA, L. <b>Olhar clínico nas lutas, artes marciais e modalidades de combate /Leandro Paiva</b> . Manaus: OMP Editora, 2015.			
SHAHAR, M. <b>O Mosteiro De Shaolin: História, Religião e as Artes Marciais Chinesas</b> . Brasil: Perspectiva, 2011.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
DAOLIO, J. <b>Educação Física e o conceito de cultura</b> . Campinas, SP : Editores Associados, 2007.			
GEBARA A. et al. <b>Educação Física &amp; Esportes: Perspectivas para o século XXI</b> . 06ª.ed., Campinas: Papirus; 2001.			
NISTA-PICCOLO, V. L; TOLEDO, E. de (Org.). <b>Abordagens pedagógicas do esporte: modalidades convencionais e não convencionais</b> . Campinas: Papirus, 2014.			
TOKITSU, K. <b>Ki e o Caminho Das Artes Marciais</b> . Cultrix, 2012.			
VIDOR, E; Reis L. V. de S. <b>Capoeira: Uma Herança Cultural Afro-Brasileira</b> . Brasil:			

Solo Negro, 2013.

<b>Componente Curricular</b>	Prática de Ensino X		
<b>Aula/semana</b>	2	<b>Carga horária</b>	40h/a
<b>Ementa:</b>			
Metodologias aplicadas ao processo de ensino-aprendizagem do Handebol. O Handebol como manifestação da cultura e sua implicação na escola.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
MELHEM, A. <b>Brincando e aprendendo handebol</b> . Rio de Janeiro : Sprint, 2002. ROTH, KLAUS <i>et al.</i> <b>Manual de Handebol</b> : treinamento de base para crianças e adolescentes. São Paulo : Phorte, 2002. ALMEIDA, A. G.; DECHECHI, C. J. Handebol: conceitos e aplicações. Manole, 2012. FREITAS, A.; VIEIRA, S. O que é handebol? 2ª ed. Casa da Palavra, 2007. KNIJNIK, J. D. Handebol, Odysseus, 2009.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
CZERWINSKI, J. <b>El balonmano</b> : técnica, táctica y entrenamiento. Barcelona : Paidotribo, [19--]. SANTOS, A. L. P. <b>Manual de mini-handebol</b> . São Paulo : Phorte, 2003. SANTOS, L. R. G. <b>Handebol</b> : 1000 exercícios. 4ª ed. Rio de Janeiro : Sprint, 2004. GRECO, P. J. ; ROMERO, J. J. F. Manual de Handebol, Da iniciação ao alto nível. Phorte, 2012. SIMÕES, A. C. Handebol defensivo: conceitos técnicos e táticos. 2ª ed. Phorte, 2008.			

<b>Componente Curricular</b>	Gestão de Eventos e Organização Esportiva		
<b>Aulas/semana:</b>	4	<b>Carga horária</b>	80h/a
<b>Ementa:</b>			
Conceitos e princípios de administração, marketing e marketing esportivo. Tipos de eventos, cerimonial, protocolo e etiqueta. Tipos de competição e locais. Processos de disputas. Processos de patrocínio e mídia em eventos. A contribuição sociocultural do esporte como produto. Aplicação dos conhecimentos na elaboração, organização, desenvolvimento e avaliação de um evento esportivo.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
CARDIA, W. Marketing esportivo e administração de arenas. Atlas, 2014. POIT, D. R. Organização de eventos esportivos. 5ª ed. Phorte, 2013. REZENDE, J. R. <b>Organização e Administração no Esporte</b> . Rio de Janeiro: Sprint, 2000. REZENDE, J. R. <b>Sistemas de Disputa para Competições Esportivas</b> : torneios e campeonatos. São Paulo: Phorte, 2007. ROCCO JR, A. J. Marketing e gestão do esporte. Atlas, 2012.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
CONTURSI, E. B. <b>Organização de Competições</b> – torneios e campeonatos. Rio de Janeiro: Sprint, 2007. MALLEEN, C.; ADAMS, L. J. Gestão de eventos esportivos, recreativos e turísticos: Dimensões teóricas e práticas. Barueri -SP, Manole, 2013. CHIAVENATO, I. Introdução a teoria geral da administração. 8 ed, Totalmente revista e atualizada. Elsevier, Rio de Janeiro, 2011. ALLEN, J. et al. Organização e gestão de eventos. Rio de Janeiro, Campus, 2003. WATT, D. C. Gestão de eventos em lazer e turismo. Porto Alegre, Bookman, 2004.			

<b>Componente Curricular</b>	Fundamentos teóricos/ metodológicos da educação especial e inclusiva		
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40h/a
<b>Ementa:</b>			
Aspectos históricos da pessoa com necessidades educativas especiais e da educação especial. Normatização das Políticas de Atendimento aos educandos das Instituições de Ensino Regular e Especial. O avanço da Inclusão Educacional em diferentes contextos nacionais. Bases teóricas e as consequências metodológicas da educação especial nas últimas décadas. A educação inclusiva e a ação educativa: suportes necessários e estratégias de intervenção. A formação de professores para a Educação Especial: interfaces da formação docente para Educação Inclusiva e Educação Inclusiva.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
<p>BIANCHETTI, L.; CORREIA, J. A. <b>In/exclusão no trabalho na educação: aspectos mitológicos, históricos e conceituais</b>. Campinas: Papyrus, 2011. 187p. (Papyrus educação).</p> <p>BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. <b>Um olhar sobre a diferença</b>. Papyrus Editora, 2007.</p> <p>CARMO, A. A. do. <b>Deficiência física a sociedade brasileira cria, recupera e discrimina</b>. Brasília: MEC, 1994.</p> <p>CARVALHO, R. E. <b>Educação inclusiva: com os pingos nos 'is'</b>. 5.ed. Porto Alegre: Mediação, 2007. 176 p</p> <p>PADILHA, A. M. L. <b>Práticas pedagógicas na educação especial: a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental</b>. 4. ed. São Paulo: Autores Associados; São Paulo: FAPESP, 2007. xix, 194 p. (Educação contemporânea).</p> <p>RODRIGUES, D. et al. <b>Inclusão e educação. Doze olhares sobre a educação inclusiva</b>, São Paulo: Summus Editorial, 2006.</p>			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
<p>BRASIL. MEC/Secretaria de Educação Especial. <b>Marcos político-legais da educação especial na perspectiva da educação inclusiva</b>. Brasília, 2010.</p> <p>MAGALHÃES, R. C. B. P. <b>Educação inclusiva: escolarização, política e formação docente</b>. Brasília: Liber Livro, 2011.</p> <p>MITTLER, P. <b>Educação Inclusiva: contextos sociais</b>. Porto Alegre: Artmed, 2003.</p> <p>ROZEK, M; VIEGAS, L. T. <b>Educação inclusiva: políticas, pesquisa e formação</b>. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.</p> <p>SOUZA, O. S. H. <b>Itinerários da Inclusão Escolar - Múltiplos Olhares, Saberes e Práticas</b>. Canoas: Ulbra, 2008, v. p. 23-32</p> <p>DE GÓES, M. C. R.; DE LAPLANE, A. L. F. <b>Políticas e práticas de educação inclusiva</b>. Autores associados, 2004.</p>			

<b>Componente Curricular</b>	Trabalho de Conclusão de Curso I		
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40h/a
<b>Ementa:</b>			
A delimitação do tema, o estabelecimento dos objetivos e a construção da questão de pesquisa. O referencial teórico como subsídio. A metodologia, os métodos e técnicas aplicados aos diferentes temas. O relatório de pesquisa.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
<p>ANDRADE, M. M. de; MARTINS, J. A. de A. (Colab.). <b>Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação</b>. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>BARROS, A. de J. P. de; LEHFELD, N. A. de S. <b>Fundamentos de metodologia científica</b>. 3.ed. São Paulo: Pearson : Prentice Hall, 2007.</p> <p>CARVALHO, M. C. M. de (Org.). <b>Construindo o saber: metodologia científica -</b></p>			

**fundamentos e técnicas.** 16. ed. São Paulo: Papyrus, 2005.  
 DEMO, P. **Pesquisa:** princípio científico e educativo. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.  
 MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

**Bibliografia Complementar:**

ANDERY, M. A. et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007.  
 DESLANDES, S. F; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.  
 FERNANDES FILHO, J. F. **A prática da avaliação física: testes, medidas e avaliação física em escolares, atletas e academias de ginástica.** 2.ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Shope, 2003.  
 THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física.** 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.  
 VICTORA, C. G.; KNAUTH, D. R.; HASSEN, M. de N. A. **Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

<b>Componente Curricular</b>		Prática de Ensino XI	
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40 h/a
<b>Ementa:</b>			
Metodologias aplicadas ao processo de ensino aprendizagem da ginástica rítmica.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
BARROS, D.; NEDIALCOVA, T.G. <b>Os Primeiros Passos da Ginástica Rítmica.</b> Rio de Janeiro: Grupo Palestra Sport, 1998. GAIO, R. <b>Ginástica rítmica desportiva " popular": uma proposta educacional.</b> 2.ed. ampl. e atual. Jundiaí: Fontoura, 2007. PAOLIELLO, E.; TOLEDO, E. de. <b>Possibilidades da ginástica rítmica.</b> São Paulo: Phorte, 2010. ARAUJO. C; LEBRE, J.L. <b>Ginastica Ritmica Adpatada no Brasil. Porto. 2006.</b> LEITE. E. DE A; RODRIGUES. J. L; ARAÚJO. P. F. <b>Ginastica Ritmica no Brasil- Trajetoria e Contribuições.</b> Phorte: 2013.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
SANTOS, Eliana Virgínia Nobre dos; LOURENÇO, Márcia Regina; GAIO, Roberta. <b>Composição coreográfica em ginástica rítmica: do compreender ao fazer.</b> Jundiaí: Fontoura, 2010. LAFFRANCHI, Bárbara. <b>Treinamento desportivo aplicado à ginástica rítmica.</b> Londrina: UNOPAR, 2001 . ROBEVA. N; RANKELOVA.M. <b>Escola Campeã- Ginástica Ritmica,</b> Icone: s.d. ARAUJO. C; LEBRE, J.L. <b>Ginastica Ritmica Adpatada no Brasil. Porto. 2006.</b> LEITE. E. DE A; RODRIGUES. J. L; ARAÚJO. P. F. <b>Ginastica Ritmica no Brasil- Trajetoria e Contribuições.</b> Phorte: 2013.			

<b>Componente Curricular</b>		Atividade Física na Infância e Adolescência	
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40 h/a
<b>Ementa:</b>			
Estudo do entendimento morfofisiológico na infância e a adolescência. Identificar e entender as características da criança e do adolescente que tem implicações para			

prática das atividades físicas. Organização e prescrição de programas de exercício físico adequados para crianças e adolescentes.

#### **Bibliografia Básica:**

AMERICAN COLLEGE SPORTS MEDICINE. **Manual para teste de esforço e prescrição de exercício.** Rio de Janeiro: Revinter, 4ª edição, 1996.

ASTRAND, P.; RODAHL, K. **Tratado de fisiologia do exercício.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.

GHORAYEB, N.; BARROS NETO, T. **O exercício: preparação fisiológica, avaliação médica, aspectos especiais e preventivos.** São Paulo: Atheneu, 1999.

GUEDES, D. P.; GUEDES, J. E. R. P. **Exercício físico na promoção da saúde.** Londrina: Midiograf, 1995.

GUYTON, A. C. **Fisiologia humana.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 6ª edição, 1988.

#### **Bibliografia Complementar:**

MAUGHAN, R; GLEESON, M; GREENHAFF, P. L. **Bioquímica do Exercício e do Treinamento.** São Paulo: Manole, 2000.

NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida.** Londrina, Midiograf, 2001.

NIEMAN, D. C. **Exercício e saúde.** São Paulo: Manole, 1999.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar.** Porto Alegre, Artmed, 2000.

SHARKEY, B. J. **Condicionamento Físico e Saúde.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

<b>Componente Curricular</b>		Pedagogia do Esporte	
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40 h/a
<b>Ementa:</b>			
Estudo teórico-prático de diferentes abordagens pedagógicas para o ensino do esporte em diferentes faixas etárias. O esporte como expressão de cultura e suas implicações para o ensino das modalidades esportivas coletivas e individuais.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
BÖHME, M.T.S. <b>Esporte infanto-juvenil.</b> São Paulo: Phorte, 2011.			
PAES, Roberto Rodrigues; BALBINO, Hermes Ferreira <b>Pedagogia do esporte: contextos e perspectivas.</b> Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.			
REVERDITO, Riller Silva; SCAGLIA, Alcides José e MONTAGNER, Paulo Cesar <b>Pedagogia do esporte.</b> São Paulo: Phorte, 2013.			
ROSE JÚNIOR, Dante (org.) <b>Esporte e atividade física na infância e na adolescência: uma abordagem multidisciplinar.</b> 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.			
SADI, Renato Sampaio. <b>Pedagogia do esporte: explorando os caminhos da formação.</b> São Paulo: Ícone, 2016.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
ASSIS, Sávio. <b>Reinventando o esporte: possibilidades da prática pedagógica.</b> Campinas: Autores Associados, 2001.			
GRECO, Pablo Juan; BENDA, Rodolfo Novellino (org.). <b>Iniciação esportiva universal.</b> Belo Horizonte: UFMG, 1998.			
KUNZ, Elenor <b>Transformação DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.</b> 8ª ed. Ijuí: Editora Ijuí, 2014.			
MAKARENKO, L. P. <b>Natação: seleção de talentos e iniciação esportiva.</b> Porto Alegre: Artmed, 2001.			
SADI, Renato Sampaio. <b>Pedagogia do esporte: descobrindo novos caminhos.</b> São Paulo: Ícone, 2010.			
SILVA, Luiz Roberto Rigolin da (E.). <b>Desempenho esportivo: treinamento com crianças e adolescentes.</b> 2ª ed. rev. e atual. São Paulo: Phorte, 2010.			



<b>Componente Curricular</b>	Estágio III: Educação Física no Ensino Médio e Gestão Escolar		
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40h/a (+100h)
<b>Ementa:</b>			
A intervenção em educação física no Ensino Médio: planejamento e docência. Os princípios teóricos/metodológicos, a elaboração e desenvolvimento de projetos de atuação na escola. Educação do campo. O papel do professor crítico-reflexivo e a autonomia do seu processo formativo. Contato e análise da gestão do ensino desenvolvido nas escolas de educação básica, tendo em vista a troca de experiência e a análise do seu próprio trabalho.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
LIBÂNEO, J. C. <b>Organização e Gestão da escola: teoria e prática.</b> 6 ed. São Paulo: Heccus Editora, 2013.			
DARIDO, S.C.; SOUZA, O. M. <b>Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola.</b> 7 ed. Campinas/SP: Papyrus, 2013.			
COLETIVO DE AUTORES. <b>Metodologia do Ensino de Educação Física.</b> 2 ed. São Paulo: Cortez, 2012.			
PIMENTA, S. G. <b>O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática?</b> 11º Ed. São Paulo: Cortez, 2012.			
NEIRA, M. G. <b>Educação Física: a reflexão e a prática no ensino.</b> São Paulo: Blucher, 2011			
SANTOS, C. R. dos. <b>A gestão educacional e escolar para a modernidade.</b> São Paulo: Cengage Learning, 2009.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
KUNZ, E. <b>Transformação didático-pedagógica do esporte.</b> 8º Ed. Ijuí : Unijuí, 2014.			
MONTEIRO, E. <b>Gestão escolar: perspectivas, desafios e função social.</b> Rio de Janeiro: LTC, 2013 (Série Educação).			
PIMENTA, S. G. <b>Estágio e Docência.</b> 7º Ed. São Paulo: Cortez, 2012.			
LUCK, H. <b>A escola participativa: o trabalho do gestor escolar.</b> 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.			
CONTI, C. <b>Organização escolar: da administração tradicional à gestão democrática.</b> São Carlos: Edufscar, 2012.			
PEREIRA, S. <b>Educação Física escolar: elementos para pensar a prática educacional.</b> São Paulo: Phorte, 2011.			
ROSE JUNIOR. D. de (Org.) <b>Esporte e atividade física na infância e na adolescência: uma abordagem multidisciplinar.</b> 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.			

### 8º PERÍODO

<b>Componente Curricular</b>	Treinamento Esportivo Infanto-juvenil		
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40 h/a
<b>Ementa:</b>			
Evolução histórica e conceituação de treinamento esportivo. Princípios Científicos. Qualidades Físicas treináveis. Organização e Planejamento do Treinamento. Princípios da Periodização. Postura e considerações acerca do papel do treinador.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
BOMPA, Tudor O. <b>Periodização: teoria e metodologia do treinamento.</b> 4ª ed. São Paulo: Phorte Editora, 2002.			
MARTIN, D.; CARL, K. <b>Manual de Teoria do Treinamento Esportivo.</b> São Paulo: Phorte, 2008.			

<p>MONTEIRO, A.; LOPES, C. <b>Periodização esportiva – estruturação do treinamento</b>. São Paulo: AG editora, 2009.</p> <p>RIGOLIN, Luiz Roberto <b>Treinamento com Crianças e Adolescentes</b>. 2ª ed. São Paulo: Phorte, 2012.</p> <p>SAMULSKI, D. M., MENZEL, H. J., PRADO, L.S. <b>Treinamento Esportivo</b>. São Paulo: Manole Editora, 2013.</p>
<b>Bibliografia Complementar:</b>
<p>BARBANTI, V. J. <b>Treinamento físico: bases científicas</b>. 3ª ed. São Paulo: CLR Balieiro, 1996.</p> <p>BOMPA, T. O. <b>A periodização no treinamento esportivo</b>. São Paulo: Manole, 2001.</p> <p>GRECO, P. <b>Iniciação esportiva universal I</b>. Minas Gerais: UFMG, 1998.</p> <p>GRECO, P. <b>Iniciação esportiva universal II</b>. Minas Gerais: UFMG, 1998.</p> <p>TUBINO, M. J. G. <b>Metodologia científica do treinamento desportivo</b>. São Paulo: Lisa, 1979.</p> <p>VERKHOSHANSKI, Y. V. <b>Treinamento desportivo: teoria e metodologia</b>. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.</p> <p>WEINECK, J. <b>Treinamento ideal</b>. 9ª ed. São Paulo: Manole, 1999.</p>

<b>Componente Curricular</b>	Esportes de Raquete		
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40h/a
<b>Ementa:</b>			
História do Tênis, Tênis de mesa e Badminton. Iniciação, aspectos estruturais e funcionais dos esportes com raquete, fundamentos, regras e procedimentos de ensino. Metodologias aplicadas para o ensino na escola.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
<p>BALBINOTTI, C.; BERLEZE, A. <b>O ensino do Tênis: Novas Perspectivas de Aprendizagem</b>. Porto Alegre: Artmed, 2009.</p> <p>FONTOURA, F. <b>Tênis para todos</b>. Canoas: ULBRA, 2003</p> <p>ISHIZAKI, M. T. <b>Tênis - Aprendizagem e Treinamento</b>. 2. ed. São Paulo: Phorte, 2009.</p> <p>MAIA, Mendes Luís; <b>O Ensino do Badminton na Escola</b>. FADEUP, 2012.</p> <p>WELBER, M.; IIZUKA, C. A.; NAGAOKA, K. T. <b>Tênis de Mesa</b>. São Paulo: Phorte, 2006.</p>			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
<p>FARIA, E. <b>Tênis e Saúde: guia básico de condicionamento físico</b>. 1. ed. São Paulo: Manole, 2002.</p> <p>FONTOURA, F. <b>Tênis para todos</b>. 1. ed. São Paulo: Phorte, 2003.</p> <p>American Sport Education Program. <b>Ensinando Tênis para Jovens</b>. 1. ed. São Paulo: Manole, 1999.</p> <p>FOSS, M. L.; KETEYIAN, S. J. <b>Bases Fisiológicas do Exercício e do Esporte</b>. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.</p> <p>MARINOVIC, W.; LIZUKA, C. A.; NAGAOKA, K. T. <b>Tênis de Mesa</b>. 1. ed. São Paulo: Phorte, 2006.</p> <p>ZATSIOSKY, V. M. <b>Biomecânica no esporte - Performance do Desempenho e Prevenção de Lesão</b>. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.</p>			
<b>Componente Curricular</b>	Práticas Corporais de Aventura		
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40h/a
<b>Ementa:</b>			
Abordagem e discussão dos fundamentos históricos, socioculturais, filosóficos, técnicos e táticos dos esportes urbanos e de aventura. Estudo da evolução das diferentes			

modalidades do esporte urbano e de aventura. Trabalho com os elementos teórico-metodológicos destes esportes, bem como a prática no ambiente escolar.
<b>Bibliografia Básica:</b>
BERNARDES, L. A. <b>Atividades e esportes de aventura para profissionais de Educação Física.</b> São Paulo. Phorte: 2013.
GONÇALVES, M. A. S. <b>Sentir, pensar, agir: corporeidade e educação.</b> 15 ed. Campinas: Papirus, 2011.
PEREIRA, D. W.MBRUST, I. <b>Pedagogia da Aventura: Os esportes radicais e de ação na escola.</b> 1. ed. Jundiaí: Fontoura, 2010.
SERRANO C. M. T. & BRUHNS H. T. <b>Viagens à Natureza: turismo, cultura e ambiente.</b> 6ª. ed. Campinas-SP, Papirus: 2003.
PEREIRA, D. W. <b>Atividades de aventura: em busca do conhecimento.</b> 1 ed. Várzea Paulista/SP: Fontoura, 2013.
<b>Bibliografia Complementar:</b>
KUNZ, E. <b>Educação Física: ensino &amp; mudanças.</b> 3 ed. Ijuí: Uijuí, 2012.
UVINHA, R. R. <b>Lazer, esporte, turismo e aventura.</b> Rio de Janeiro. Alínea: 2009
COSTA, V. L. M. <b>Esporte de Aventura e Risco na Montanha: Um mergulho no imaginário.</b> São Paulo: Manole, 2000.
MARCELLINO, N. C. <b>Estudos do lazer.</b> 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.
PICCOLO, V. N. (Org.) <b>Abordagens pedagógicas do esporte: modalidades convencionais e não convencionais.</b> Campinas/SP: Papirus, 2014.

<b>Componente Curricular</b>	Educação e Sustentabilidade		
<b>Aulas/semana:</b>	4	<b>Carga horária</b>	80h/a
<b>Ementa:</b>			
Abordagem histórica do desenvolvimento global e regional enquanto processo que integra as dimensões sociais, políticas, culturais, ambientais, éticas e econômicas, tomando-se o campo da educação fornecedor de referenciais epistemológico, teórico e metodológico para problematizar o desenvolvimento orientado pela sustentabilidade. Políticas Educação Ambiental.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
BAUMGARTEN, M. <b>Conhecimento e sustentabilidade: políticas de ciência, tecnologia e inovação no Brasil contemporâneo.</b> Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.			
DIAS, G. F. <b>Atividades interdisciplinares de educação ambiental: práticas inovadoras de educação ambiental.</b> 2. ed., rev. ampl. e atual. São Paulo: Gaia, 2006.			
GONÇALVES, R. A.; VIERO, L. M. D.; ORTIZ, A. C. M. <b>Desafios da educação na sociedade de consumo.</b> Santa Maria: UNIFRA, 2007.			
GUIMARÃES, M. <b>A dimensão ambiental na educação.</b> 11. ed. São Paulo: Papirus, 2013.			
PHILIPPI J, A; PELICIONI, M. C. F. <b>Educação ambiental e sustentabilidade.</b> 2.ed. rev. e atual. Barueri: Manole, 2014.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
AGENDA 21. <b>Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento– 1992.</b> Brasília, Senado Federal.			
BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. <b>Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.</b>			
BRASIL. <b>Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.</b>			

GADOTTI, M. **Pedagogia da terra: ecopedagogia e educação sustentável.** In: **Torres, C.A. org. Paulo Freire y la agenda de la educación latinoamericana en el siglo XXI.** CLACSO, Buenos Aires, 2001.  
**INSTITUTO ECOFUTURO A vida que a gente quer depende do que a gente faz: propostas de sustentabilidade para o planeta.** São Paulo, 2007.

<b>Componente Curricular</b>	Educação Física Adaptada		
<b>Aulas/semana:</b>	4	<b>Carga horária</b>	80h/a
<b>Ementa:</b>			
Histórico e evolução da Educação Física Adaptada e Educação Especial. Especificidades das pessoas com comprometimento intelectual, auditivo, visual e físico e suas implicações para a atividade motora. Aspectos teóricos e práticos das atividades físicas, recreativas e esportivas direcionadas à PPD.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
CIDADE, R. E. A.; FREITAS, P.S. <b>Introdução à Educação Física Adaptada para pessoas com deficiência.</b> CURITIBA: Ufpr, 2009. GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. (Org.). <b>Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais.</b> Barueri: Manole, 2005. GUTIERREZ, G. L. <b>O Esporte Paralímpico no Brasil: Profissionalismo, Administração e Classificação de Atletas.</b> São Paulo: Phorte, 2014. MENDONÇA, D; FLAITT, S. M. S. <b>Educação Física Adaptada.</b> Jandira: Ciranda Cultural 2013. WINNICK, J. P. (Editor). <b>Educação física e esportes adaptados.</b> 3ª ed. São Paulo: Manole, 2004.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
FREITAS, P. S. <b>Educação Física e Esporte para Deficientes.</b> Uberlândia: UFU, 2000. RODRIGUES, D. <b>Atividade Motora Adaptada: A Alegria do Corpo.</b> Porto Alegre: Artes Médicas, 2006. RODRIGUES, J.S; LEITE, E.A; ARAÚJO, P.F. <b>Ginástica rítmica adaptada no Brasil: trajetória e contribuições.</b> São Paulo: Phorte, 2013. SCARPATO, M. (Org.). <b>Educação Física: como planejar as aulas na educação básica.</b> São Paulo: Avercamp, 2007. SIZO, R.L.T. <b>Atividade Física Adaptada e Saúde.</b> São Paulo: Phorte, 2008.			

<b>Componente Curricular</b>	Avaliação da aprendizagem		
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40h/a
<b>Ementa:</b>			
A história da avaliação educacional e a pedagogia do exame. Avaliação nas diferentes tendências pedagógicas. Avaliação na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica. Políticas e legislação sobre avaliação e recuperação da aprendizagem. Instrumentos avaliativos.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
GASPARIN, João Luiz. <b>Uma didática para a pedagogia histórico-crítica.</b> Campinas, SP: Autores Associados, 2002. LUCKESI, Cipriano. <b>Avaliação da Aprendizagem: Componente do ato pedagógico.</b> São Paulo: Cortez, 2011. LUCKESI, Cipriano. <b>Avaliação da Aprendizagem: Estudos e Proposições.</b> 22.ed. São Paulo: Cortez, 2011. SAUL, Ana Maria. <b>Avaliação emancipatória: desafio à teoria e a prática de</b>			

<p><b>avaliação e reformulação de currículo</b>. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>VASCONCELLOS, Celso dos S. <b>Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar</b>. 18.ed. São Paulo: Libertad, 2008.</p> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <p>AFONSO, Almerindo Janela. <b>Avaliação educacional: regulação e emancipação - para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas</b>. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.</p> <p>DEMO, Pedro. <b>Avaliação qualitativa</b>. 7.ed., rev. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>ESTEBAN, M.T. (org.). <b>Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos</b>. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 1999.</p> <p>HOFFMANN, J. <b>Pontos e Contra Pontos: Do pensar ao agir em avaliação</b>. Porto Alegre: Mediação, 1998.</p> <p>SAVIANI, Dermeval. <b>Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações</b>. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.</p>
--

<b>Componente Curricular</b>	Prática de Ensino XII		
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40h/a
<b>Ementa:</b>			
Metodologias aplicadas ao processo de ensino-aprendizagem das Lutas. As Lutas como manifestação da cultura e sua implicação na escola.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
BREDA, M. et al. <b>Pedagogia do esporte aplicada às lutas/Mauro Breda ... [et al.]</b> . São Paulo: Phorte,2010.			
CAMPOS, L. A. S. <b>Metodologia do ensino das lutas na educação física escolar /Luiz Antônio Silva Campos</b> . Várzea Paulista: Fontoura,2014.			
CARTAXO,C. A. <b>Jogos de Combate - Atividades Recreativas e Psicomotoras - Teoria e Prática</b> . 2ª ed. Brasil: Vozes, 2013.			
GUALHARDO, S. J. P. <b>Prática de Ensino em Educação Física: A Criança em Movimento</b> . Brasil: Ftd Editora, 2010.			
RUFINO, L. G. B. <b>O ensino das lutas na escola: possibilidades para a educação física /Luiz Gustavo Bonatto Rufino, Suraya Cristina Darido</b> . Porto Alegre: Penso,2015.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
CAMPOS, L. S. <b>Metodologia do ensino das lutas na educação física escolar</b> . Várzea Paulista: Fontoura, 2014.			
GEBARA A. et al. <b>Educação Física &amp; Esportes: Perspectivas para o século XXI</b> . 06ª.ed., Campinas: Papirus; 2001.			
KUNZ, E. (org.). <b>A didática da Educação Física 3.2ª ed</b> . Ijuí: Unijuí, 2010.			
RUFINO, L. G. B. <b>A Pedagogia das Lutas: Caminhos e Possibilidades</b> . Brasil: Paco Editorial, 2012.			
SOARES, C. L. [et al.]. <b>Metodologia do ensino de educação física/Carmem Lúcia Soares... [et al.]</b> . São Paulo:Cortez,2012.			

<b>Componente Curricular</b>	TCC II		
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40h/a
<b>Ementa:</b>			
A elaboração do artigo/ de pesquisa e a socialização dos resultados. O papel do professor pesquisador e a autonomia do processo formativo.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			

ANDRADE, M. M. de; MARTINS, J. A. de A. (Colab.). **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BARROS, A. de J. P. de; LEHFELD, N. A. de S. **Fundamentos de metodologia científica**. 3ª ed. São Paulo :Pearson: Prentice Hall, 2007.

DEMO, P. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

**Bibliografia Complementar:**

ANDERY, M. A. et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

D'ONOFRIO, S. **Metodologia do trabalho intelectual**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

THOMAS, Jerry R.; NELSON, Jack K.; SILVERMAN, Stephen J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

### OPTATIVAS

<b>Componente Curricular</b>	Fundamentos do Lazer		
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40h/a
<b>Ementa:</b>			
Aspectos históricos do lazer. Conceituações e características do lazer e do tempo livre. O lazer como um campo de estudos e intervenção da Educação Física. Os conteúdos do lazer e sua relação com a cultura. Estudos sobre relações e significados de Recreação, Lazer, Ludicidade e Educação Física			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
DUMAZEDIER, J. <b>Lazer e cultura popular</b> . São Paulo: Perspectiva, 2008..			
GUTIERREZ, G. L. <b>Lazer e prazer: questões metodológicas e alternativas políticas</b> . Campinas: Autores Associados, 2001.			
MARCELLINO, N. C. <b>Estudos do lazer</b> . 4. ed. Campinas : Autores Associados, 2006.			
MARCELINO, N. C. <b>Lúdico, educação e educação física</b> . 2.ed. Ijuí: Unijuí, 2003.			
ROSA, A; CARVALHO, J. E. <b>A evolução do esporte e lazer na cidade</b> . São José dos Pinhais: Amaro, 2008.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
AWAD, H. <b>Brinque, jogue, cante e encante com a recreação</b> . Jundiaí : Fontoura, 2004.			
BERKENBROCK, V. J. <b>Jogos e diversões em grupo: para encontros, festas de família, reuniões, sala de aula e outras ocasiões</b> . Petrópolis : Vozes, 2003.			
GUERRA, M. <b>Recreação e Lazer</b> . 5ª ed. Porto Alegre: Sagra, 2005.			
MARCELLINO, N. C. (Org.). <b>Repertório de atividades de recreação e lazer: para hotéis, acampamentos, prefeituras, clubes e outros</b> . Campinas : Papyrus, 2002.			
WERNECK, C. H. G.; ISAYAMA, H. F. <b>Aprofundamento em lazer nos currículos dos cursos de graduação em Educação Física no Brasil</b> . Coletânea, Univali: Balneário Camburiú, 2000.			

<b>Componente Curricular</b>	Tecnologias da Informação e Comunicação aplicadas à Educação Física
------------------------------	---

<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40h/a
<b>Ementa:</b>			
Utilizar recursos da tecnologia da informação e da comunicação de forma a ampliar e diversificar as formas de interagir com as fontes de produção e de difusão de conhecimentos específicos da Educação Física escolar, com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
DARIDO, S.C.; SOUZA, O. M. <b>Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola.</b> 7 ed. Campinas/SP: Papyrus, 2013.			
COLETIVO DE AUTORES. <b>Metodologia do Ensino de Educação Física.</b> 2 ed. São Paulo: Cortez, 2012.			
DARIDO, S.C.; RANGEL I. C. A. <b>Educação Física na Escola: Implicações para prática pedagógica.</b> 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.			
PEREIRA, S. (Org.). <b>Educação física escolar: elementos para pensar a prática educacional.</b> São Paulo: Phorte, 2011.			
DARIDO, S. C. <b>Educação Física Escolar: compartilhando experiências.</b> São Paulo. Phorte, 2011.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
KUNZ, E. <b>Transformação didática pedagógica do esporte.</b> 8 ed. Ijuí: Unijuí, 2014.			
KUNZ, E. <b>Educação Física: ensino &amp; mudanças.</b> 3 ed. Ijuí: Uijuí, 2012.			
MOREIRA, E. C.; PEREIRA R. S. <b>Educação Física Escolar: desafios e propostas 2.</b> 2 ed. Várzea Paulista /SP: Fontoura, 2011.			
AWAD, H. <b>Educação Física Escolar: múltiplos caminhos.</b> 1 ed. Jundiaí/SP: Fontoura, 2010.			
MOREIRA, E. C.; PEREIRA R. S. <b>Educação Física Escolar: desafios e propostas 1.</b> 2 ed. Jundiaí/SP: Fontoura, 2009.			
BRACHT, V.; CRISORIO, R. <b>A educação física no Brasil e na Argentina: identidade, desafios e perspectivas.</b> Campinas/SP: Autores Associados, 2003.			

<b>Componente Curricular</b>	Atividade Físicas Complementares		
<b>Aulas/semana:</b>	2	<b>Carga horária</b>	40h/a
<b>Ementa:</b>			
Estudo das modalidades esportivas e atividades físicas não convencionais existentes nas diversas regiões brasileiras, suas técnicas, táticas, regras oficiais, contexto histórico, cultural e social.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
COSTA, V. L. M. <b>Esportes de aventura e risco na montanha.</b> São Paulo: Manole. 2.000.			
DIAS, G. F. <b>Atividades interdisciplinares de educação ambiental.</b> São Paulo: Global. 1994.			
BRITO, C. L. C. de. <b>Consciência Corporal.</b> Rio de Janeiro: Sprint. 1996.			
CASCINO, F. <b>Educação ambiental: princípios, história, formação de professores.</b> São Paulo: SENAC/SP, 1999.			
CORNEILL, J. <b>A alegria de aprender com a natureza.</b> São Paulo: SENAC/SP. 1997.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
GASQUES, M. V. <b>Esportes de aventura.</b> São Paulo: Globo, 2005. MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. <b>Turismo, Lazer e Natureza.</b> São Paulo: Editora Manole, 2003.			
MARINHO, A; BRUHNS, H. T. <b>Viagens, lazer e esporte: o espaço da natureza.</b> São Paulo: Manole, 2006.			
SCHWARTZ, G. M. <b>Atividades Recreativas.</b> São Paulo: Guanabara Koogan, 2004.			

### **3.10 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO**

Os Estágios obrigatórios e não obrigatórios são realizados de acordo com o Regulamento de Estágios do Curso de Educação Física do Instituto Federal do Paraná, fundamentados na Resolução CNE/CES nº 07/2004 que trata das diretrizes para os cursos de formação de professores e as cargas horárias desse processo formativo, bem como na Lei no. 11.788 de 25 de setembro de 2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes e na portaria nº 4, de 22 de junho de 2009, do IFPR.

Para o Curso de Licenciatura em Educação Física a carga horária será de 400 horas a serem iniciados na segunda metade do Curso (5º semestre), sendo ministrado com 99 horas em forma de disciplina curricular e as demais 301 horas em atividades de campo, direcionadas na disciplina e seguindo o Regulamento Geral de Estágios do Curso (Anexo I).

### **3.11 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

A produção de um Trabalho de Conclusão do Curso é requisito fundamental para a obtenção do título auferido pelo Curso de Licenciatura em Educação Física, e deve refletir o trabalho realizado a partir do segundo período, no âmbito do componente curricular Metodologia de Pesquisa, em que a instrumentalização preliminar para despertar a curiosidade acadêmica científica será enfatizada, mas que permeará todas as disciplinas que ocorrem no desenvolvimento do curso.

Este processo será aprofundado no sétimo período, no âmbito do componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso I, quando a temática será delimitada, dando início a um projeto de investigação científica, a partir de um objeto específico, alvo da curiosidade acadêmica dos professores em formação.

Este projeto se desenrola até o oitavo semestre, quando os acadêmicos deverão apresentar os resultados do processo investigativo desenvolvido em forma de monografia ou artigo científico, vinculado ao componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II.

A regulamentação deste processo consta no anexo II, no qual estão indicadas as informações relacionadas a ele, como a dinâmica, as responsabilidades, as tipologias de trabalhos e os critérios de aprovação.



### 3.12 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Acadêmicas Complementares têm uma regulamentação própria (anexo III) e compreendem as atividades que contribuem com o processo formativo do acadêmico na área, constando de atividades de ensino, pesquisa e extensão validadas a partir de um quadro de orientação, com cargas horárias distribuídas de forma equânime.

A instituição e o curso têm o compromisso de oferecer os mais diferentes tipos de atividades complementares, envolvendo professores, acadêmicos e comunidade, mas também divulgar e incentivar a participação em eventos e atividades promovidas em outros contextos e que contribuam para a formação ofertada.

## 4. CORPO DOCENTE

### 4.1 CORPO DOCENTE

A partir do exposto, a configuração atual é a que está na planilha a seguir, que poderá ser alterada a medida do ingresso de novos docentes.

<b>Nome</b>	<b>Titulação</b>	<b>Regime de Trabalho</b>	<b>Tempo de experiência de magistério superior e experiência profissional</b>
Alúcio Menin Mendes	Mestre	40h DE	Ensino Superior – 24 anos Experiência Profissional – 26 anos
Cezar Grontowski Ribeiro	Mestre	40h DE Afastado para doutorado	Ensino Superior – 13 anos Experiência Profissional – 19 anos
Elaine Pólo Fortunato	Especialista	20h	Ensino Superior - 6 anos Experiência Profissional – 8 anos
Gesiliane Aparecida Lima Kreve	Mestre	40h DE	Ensino Superior – 9 anos Experiência Profissional – 21 anos
Luciano Martignoni	Mestre	40h DE	Ensino Superior - 13 anos Experiência Profissional – 23 anos
Márcio Flávio Ruaro	Mestre	40h DE Afastado para doutorado	Ensino Superior - 11 anos Experiência Profissional - 18 anos
Kleber Farinazo Borges	Mestre	40h DE	Ensino Superior - 16 anos Experiência Profissional – 21 anos

Diogo Bertella Foschiera	Especialista	40h DE	Ensino Superior - 1 ano Experiência Profissional – 4 anos
Renato Salla Braghin	Mestre	40h DE	Ensino Superior - 3 anos Experiência Profissional – 14 anos
Jesse Budin	Especialista	40h Temporário	Ensino Superior - 1 ano Experiência Profissional – 6 anos
Roger Octávio Ruaro	Especialista	40h Temporário	Ensino Superior - 1 ano Experiência Profissional – 6 anos

#### 4.1.1 Atribuições do Coordenador

Conforme o Artigo 1º da portaria nº 283/2011, a normatização das atribuições das Coordenações de Cursos, no âmbito do *Campus Avançado* de Palmas é até a aprovação do Regimento Interno do Instituto Federal do Paraná por seu Conselho Superior. No Artigo 2º refere-se que compete ao Coordenador de Cursos as atribuições de:

XIII. integrar o planejamento e a ação didático- pedagógico dos cursos sob sua coordenação;

XIV. executar as deliberações do Conselho Superior;

XV. cumprir as determinações dos órgãos diretivos;

XVI. presidir as reuniões do Colegiado do Curso;

XVII. organizar e registrar as reuniões do Colegiado de Curso sob sua coordenação para os assuntos que sejam de interesse dos cursos.

XVIII. assessorar à coordenação de ensino na fixação dos horários das aulas das áreas de conhecimento ofertadas;

XIX. presidir a sessão de avaliação dos pedidos de dispensa e opinar na transferência, verificando a equivalência dos estudos feitos, tomando as providências cabíveis;

XX. fornecer à Coordenação de Ensino , conforme calendário, e após a reunião do Colegiado do curso, os resultados do período avaliativo, bem como os diários de classe, devidamente preenchidos;

XXI. supervisionar o cumprimento da carga horária do curso coordenado, estipulada na matriz curricular, bem como tomar as devidas providências nos casos em que haja necessária substituição de professores, em caso de faltas justificadas ou atividades extracurriculares;

XXII. orientar o corpo discente e docente do curso sob sua coordenação sobre currículo, frequência, avaliação e demais atividades de ensino que lhes possam interessar;

XXIII. planejar em conjunto com a Coordenação de Ensino as atividades de Orientação Educacional;

XXIV. conhecer o material didático elaborado pelo corpo docente para os cursos sob sua coordenação;

XXV. supervisionar o preenchimento do registro de classe e solicitar correções caso sejam necessárias, assinando-os;

XXVI. zelar pelos laboratórios, materiais e equipamentos da sua coordenação e eixos específica;

XXVII. articular a integração entre as áreas de base nacional comum e de formação específica;

XXVIII. adotar os princípios pedagógicos de Identidade, Diversidade e Autonomia, da Interdisciplinaridade e da Contextualização como estrutura dores dos currículos do ensino médio profissionalizante;

XXIX. garantir que as grades curriculares cumpram as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e demais dispositivos legais;

XXX. elaborar, com auxílio dos professores, termos de referências, especificações, planilhas e memoriais, para suprimento de materiais, obras, serviços e equipamentos às necessidades dos cursos .

XXXI. as Coordenações de cursos terão como referência os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, do Ministério da Educação e serão as seguintes: Coordenação de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Coordenação de Ciências Humanas e suas Tecnologias e Coordenação de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias.

Parágrafo Único – O coordenador de curso será escolhido dentre os docentes que atuam no curso e com formação na área em que o curso está inserido.

Para o desenvolvimento das atividades inerentes à coordenação do curso, a instituição prevê 16 horas específicas para este fim no plano de trabalho docente.

#### **4.1.2 Experiência do Coordenador**

Possui Graduação em Educação Física pela UFPR (1996). Mestrado em Ciência da Saúde pela UnB (2006). Aperfeiçoamento em Treinamento Desportivo de Alto Nível pela Academia Estatal de Cultura Física de Moscou - Rússia (1995). Especialização (Lato-Sensu) em Treinamento Desportivo pela Faculdade Dom Bosco de Curitiba (2004). Especialização (Lato-Sensu) em Didática do Ensino Superior pela FACIMED (2007). Entre os diversos trabalhos assumidos; foi professor nos cursos de Educação Física, Odontologia, Psicologia, Enfermagem e Farmácia e Bioquímica da Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal-RO - FACIMED. Coordenador do Curso de Educação Física da FACIMED de 2004 a 2011. Foi Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal do Acre - IFAC, Campus Sena Madureira de 2012 a 2014. Atualmente é Coordenador e docente no curso de Licenciatura em Educação Física do Campus Palmas no Instituto Federal do Paraná. Tem experiência na área de Gestão Educacional e como Profissional da Educação Física, ênfase em Natação, Ciclismo, Corridas, Treinamento Desportivo e Musculac o, atuando principalmente nos seguintes temas: Atividades físicas para grupos especiais, orienta o para o exercício físico, avalia o física, qualidade de vida, treinamento físico e esportes.

#### **4.1.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE)**

O Núcleo Docente Estruturante – NDE, de acordo com a *Resolu o CONAES n . 01/2010*, constitui-se de um grupo de docentes, com atribui es acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concep o, consolida o e contínua atualiza o do projeto pedagógico do curso, devendo ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produ o de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela institui o, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

No âmbito do Curso de Licenciatura em Educa o Física, o NDE tem fun o consultiva, propositiva e de assessoramento sobre matéria de natureza acadêmica. O NDE integra a estrutura de gestão acadêmica no Curso, sendo corresponsável pela elabora o, implementa o, atualiza o e consolida o do Projeto Pedagógico do Curso. Os docentes que compõem o NDE do Curso de Licenciatura em Educa o Física do IFPR Campus Palmas são responsáveis pela organiza o didática- pedagógica do curso, além da elabora o e aprova o dos documentos oficiais do Curso, como o Projeto

Pedagógico do Curso e a grade curricular, entre outros. O Núcleo Docente Estruturante – NDE do Curso é formado pelos professores listados no quadro abaixo:

<b>Nome</b>	<b>Titulação</b>	<b>Regime de Trabalho</b>	<b>Tempo de experiência de magistério superior e experiência profissional</b>
Kleber Farinazo Borges	Mestre	40h DE	Ensino Superior - 16 anos Experiência Profissional – 21 anos
Gesiliane Aparecida Lima Kreve	Mestre	40h DE	Ensino Superior – 9 anos Experiência Profissional – 21 anos
Alúcio Menin Mendes	Mestre	40h DE	Ensino Superior – 24 anos Experiência Profissional – 26 anos
Diogo Bertella Foschiera	Especialista	40h DE	Ensino Superior - 1 ano Experiência Profissional – 4 anos
Renato Salla Braghin	Mestre	40h DE	Ensino Superior - 3 anos Experiência Profissional – 14 anos

#### **4.1.4 Colegiado de Curso**

O colegiado do curso de Licenciatura Educação Física é um órgão consultivo e de assessoramento do Coordenador do Curso, sendo constituído pelo Coordenador do Curso que o presidirá, pelos docentes que participam das atividades do curso e por 02 (dois) representantes discentes, indicados pelos alunos matriculados no curso.

Os membros do Colegiado de Curso têm os seguintes mandatos:

I – Coincidente com o tempo de permanência no cargo consignado, no caso do Coordenador do Curso;

II – Os docentes estão condicionados ao exercício da docência no curso e devendo ser substituído no caso de inexistência de vínculo com o curso;

III – Um ano para os representantes discentes, não permitida a recondução.

Os representantes discentes terão 01 (um) suplente cada, indicado pelos alunos matriculados no curso.

Compete ao Colegiado de Curso:

I – Aprovar os planos de ensino dos componentes curriculares do curso, observando as diretrizes gerais para sua elaboração, aprovados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

II – Coordenar e supervisionar os planos e atividades didático-pedagógicas do curso;

III – Coordenar o planejamento, elaboração, execução e acompanhamento pedagógico do Curso, propondo, se necessário, as devidas alterações;

IV – Emitir parecer em projetos de ensino, pesquisa e extensão vinculados à coordenação do curso;

V – Propor ao Conselho Superior medidas e normas referentes ao funcionamento e verificação do rendimento escolar para estágio, trabalho de conclusão, às atividades acadêmicas, disciplinares, administrativas e didático-pedagógicas necessárias ao bom desempenho e qualidade do curso;

VI – Constituir comissões específicas para o estudo de assuntos de interesse do Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas;

VII – Zelar pela fiel execução dos dispositivos regimentais e demais regulamentos e normas do IFPR;

O Colegiado de Curso reúne-se, ordinariamente, preferencialmente na primeira semana de cada mês e, extraordinariamente, sempre que for convocado pelo Coordenador do Curso de Licenciatura de Educação Física ou a requerimento de 03 membros, de acordo com a relevância julgada por quem convocar.

O comparecimento dos membros do Colegiado às reuniões é de caráter obrigatório e tem preferência sobre qualquer outra atividade acadêmica.

Das sessões são lavradas atas, lidas, aprovadas e assinadas por todos os presentes, na mesma sessão ou na seguinte.

As deliberações são realizadas por maioria dos presentes na sessão.

A distribuição das horas de trabalho dos docentes do colegiado são distribuídas ao longo da semana segundo critérios de contratação previstos na Legislação Federal – Lei nº 7.596/87, de 10/04/87, Decreto Federal 94.664, de 23/07/87, Portaria nº 475, de 26/08/87 e Lei 11.784, de 22/09/08, tem a seguinte distribuição, de acordo com a citada legislação: no mínimo 12 e no máximo 16 horas semanais para aula, 04 horas para manutenção de ensino e 04 para apoio ao ensino.

#### **4.1.5 Políticas de Capacitação Docente**

A Resolução Nº 48/11, normatiza o Programa de Qualificação e Formação dos Servidores do IFPR no seu artigo primeiro ao artigo quinto. O Programa de Incentivo à Formação Inicial, Continuada e de Qualificação de Servidores Públicos contemplará, quando possível, os seguintes níveis formativos, nas modalidades EAD e presencial:

I. Cursos de Graduação;

II. Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*: aperfeiçoamento e especialização;

III. Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*: mestrado e doutorado;

IV. Estágio Pós-Doutoral;

Outros cursos, estágios, intercâmbios acadêmico-profissionais ou atividades de capacitação, no interesse da Administração.

Além dos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, a formação permanente do corpo docente será objeto de discussão e definição de estratégias formativas, com vistas a atender aos objetivos do curso, devendo ocorrer em semanas pedagógicas, oficinas específicas, participação em eventos formativos institucionais e de realização de estudos acadêmico-científicos de forma continuada.

#### **4.1.6 Plano de Cargos e Salários dos Docentes**

O Instituto Federal do Paraná, por situar-se no âmbito da Rede pública Federal de Educação Profissional e Tecnológica, possui um quadro docente constituído a partir de concurso público de provas e títulos. Os profissionais aprovados pelo concurso público ingressam no Plano de Carreira e Cargos do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Lei n. 11.784/2008.

A remuneração docente se constitui dos seguintes componentes:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação Específica de Atividade Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico- GEDBT (art. 116) e

III- Retribuição por Titulação - RT (art. 117)

A carreira docente se divide em seis classes:

- D I, D II, D III, D IV, D V e PROFESSOR TITULAR.

As classes D I, D II e D III contém 4 níveis: 1, 2, 3 e 4.

- A classe D IV contém 1 nível.

- A Classe D V contém 3 níveis.

- Professor Titular possui nível único.

A progressão na carreira pode ser dar de duas formas:

1) Progressão funcional por Titulação – O servidor receberá RT (Retribuição por Titulação) equivalente à titulação.

2) Progressão por desempenho acadêmico (progressão por mérito mediante avaliação de desempenho, realizada a cada 24 meses).

## 4.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Segundo o art. 45 do Estatuto do Instituto Federal do Paraná, em vigência “o corpo técnico-administrativo é constituído pelos servidores integrantes do quadro permanente de pessoal do Instituto Federal, regidos pelo Regime Jurídico Único, que exerçam atividades de apoio técnico, administrativo e operacional”. O servidor Técnico Administrativo em educação deve ter como diretriz de suas ações e decisões, o comprometimento com o resultado do seu trabalho em prol da sociedade, o valor ao ente público e a disseminação da cultura de que todos possuem uma atribuição de fundamental importância para o desenvolvimento desta autarquia. Espera-se ainda, desses servidores, o conhecimento da missão e valores do Instituto Federal do Paraná, bem como sua finalidade e objetivos. Além disso, servidores que almejem a qualificação, capacitação e a formação continuada.

Entende-se que o papel dos servidores Técnico Administrativos deve ser o de compromisso com a Instituição e com a qualidade no serviço prestado interna e externamente à comunidade. Ele precisa estar consciente de seus direitos e deveres como cidadão e servidor, o que se denota de relevante importância definir uma ética institucional vinculada à função social do Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas, a qual poderá servir de referência para todas as ações desenvolvidas pelos servidores no âmbito institucional. Ainda, merece citar que deve-se buscar expandir a participação do servidor em projetos institucionais, propondo-lhe desafios que o estimulem em suas potencialidades.

O corpo técnico-administrativo necessário ao curso abrange as atividades de Secretaria Geral, Biblioteca, entre outras, comuns à todos os cursos da instituição, cujas atribuições estão regulamentadas, no âmbito de cada setor ou área, para atender com a necessária qualidade as demandas cotidianas de uma instituição de ensino que abrange cursos superiores e cursos técnicos.

O Campus Palmas conta, atualmente, com os técnicos administrativos indicados no quadro.

### DEMONSTRATIVO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Nome	Formação	Regime de Trabalho	Tempo de experiência	Função
Adriana Padilha Lopes	Ciências Contábeis	40h/semanais	19 anos	Assistente em Administração
Alessandra Pereira do Amaral dos Santos	Letras	40h/semanais	15 anos	Assistente em Administração
Alessandro Cesar da Luz	Ensino Médio – Graduando em Letras	40h/semanais	02 anos	Auxiliar de Biblioteca
Allisson Roberto Siviero	Jornalismo/Direito	40h/semanais	06 anos	Auxiliar de Biblioteca
Andrea Klug	Administração	40h/semanais	06 anos	Assistente em Administração



Andrey de Campos	Ensino Médio – Graduando em Química	40h/semanais	02 anos	Técnico em Laboratório
Celso Augusto de Oliveira Cristófoli da Silva	Pedagogia	40h/ semanais	02 anos	Pedagogo
Caio Cesar Fernandes Chudzik	Administração	40h/semanais	02 anos	Assistente em Administração
Cledes Terezinha De Oliveira	Biologia/ Farmácia	40h/ semanais	07 anos	Técnica de Laboratório/Biologia
Diego Spader	Sistemas de Informação	40h/semanais	07 anos	Técnico em Informática
Douglas Silva do Prado	História	40h/semanais	03 anos	Técnico em Assuntos Educacionais
Edson Alberto Becker	Ciências Contábeis	40h/semanais	02 anos	Técnico em Contabilidade
Eduardo Stachera	Ensino Médio – Graduando em Direito	40h/semanais	03 anos	Assistente em Administração
Everton Luís Machado	Ciências Contábeis	40h/semanais	07 anos	Contador
Fábio Pereira de Sá	Ciências Contábeis	40h/semanais	05 anos	Assistente em Administração
Francisco José dos Santos Neto	Sistemas de Informação	40h/semanais	06 anos	Assistente em Administração
Jordana Lemke Gonzalez	Direito	40h/semanais	03 anos	Assistente em Administração
Joselha Cristina Dal Bello	Serviço Social	40h/semanais	07 anos	Assistente Social
Josiane Maria Comarella	Biblioteconomia e Letras	40h/semanais	20 anos	Bibliotecária/Documentalista
Juliana Eloize Magro	Pedagogia	40h/semanais	10 anos	Pedagoga
Jussara Aparecida Mazalotti Danguy	Gestão Pública	40h/semanais	06 anos	Auxiliar de Biblioteca
Lilian Lucht Carneiro	Administração e Direito	40h/semanais	10 anos	Administradora
Luciana Simões dos Reis Oliveira	Administração	40h/semanais	13 anos	Assistente em Administração
Luciano Barfknecht	Comunicação Social – Jornalismo	40h/semanais	02 anos	Assistente de Alunos
Luiz Henrique Mazalotti Danguy	Gestão Pública	40h/semanais	08 anos	Assistente em Administração
Maísa de Proença Pereira	Ensino Médio – Graduanda em Administração	40h/semanais	07 anos	Auxiliar de Biblioteca
Márcia Adriana Andrade Silva	Pedagogia/ História	40h/semanais	03 anos	Pedagoga
Marcos Raphael Loyola Danguy	Tecnologia em Eletrônica	40h/semanais	02 anos	Assistente em Administração
Marinez Carvalho	Assistência Social	40h/semanais	11 anos	Assistente Social
Melânia Dalla Costa	Pedagogia	40h/semanais	24 anos	Tradutora Intérprete de Línguas
Miguel Ângelo Santin	Ensino Médio – Graduando em Gestão Pública	40h/semanais	10 anos	Assistente m Administração
Rosana Tortelli Favetti	Ciências Econômicas	40h/ semanais	15 anos	Auxiliar de Biblioteca
Tatiane Maciel Farias	Ensino Médio – Graduanda em Direito	40h/semanais	03 anos	Assistente em Administração
Thiago Adriano Silva	Psicologia	40h/semanais	04 anos	Psicólogo
Thiago Lise Silverio	Administração	40h/semanais	03 anos	Assistente de Alunos
Viviane Aparecida Traversin Pereira	Letras Português/ Espanhol/ Graduanda em Biblioteconomia	40h/semanais	15 anos	Auxiliar de Biblioteca

#### 4.2.1 Políticas de Capacitação do Técnico Administrativo

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI do IFPR, em vigência (2014-2018), “deverá ser construído o Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento, com o objetivo de: contribuir para o desenvolvimento do servidor, como profissional e cidadão; capacitá-lo para o desenvolvimento de ações de gestão pública; e para o exercício de atividades de forma articulada com a função social da IFE”. Essa medida buscará suprir a necessidade de capacitação do corpo Técnico Administrativo atual e ingressante ao

quadro de servidores do Instituto Federal do Paraná.

A Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas, através da Coordenadoria de Capacitação e Aperfeiçoamento apresenta um programa de capacitação para técnicos no qual os próprios servidores podem atuar nos eventos internos de capacitação, apoiando o desenvolvimento da aprendizagem continuada do IFPR, como facilitadores/instrutores.

São 87 temáticas entre aquelas de interesse para técnicos administrativos e docentes. Além destas, há a possibilidade de abertura de outras temáticas, conforme sugestões pelo servidor que irá ministrar o programa de Capacitação. As temáticas apresentam conteúdos diversos, tais como nas áreas de administração, gestão de pessoas, atendimento ao público, informática, línguas estrangeiras, legislação, entre outros.

A política de capacitação do Técnico Administrativo é implementada de acordo com a Resolução Nº 48/11 do Conselho Superior do Instituto Federal do Paraná que instituiu o Programa de Incentivo à Formação Inicial, Continuada e de Qualificação de Servidores Públicos do IFPR.

A capacitação dos servidores técnico-administrativos será encaminhada a partir das necessidades específicas de suas atribuições e das demandas surgidas no decorrer das ações desenvolvidas no âmbito da instituição e do Curso, constando de treinamentos, palestras, reuniões de formação, entre outras possibilidades.

#### **4.2.2 Plano de Cargos e Salários dos Servidores Técnico-administrativos**

O Instituto Federal do Paraná, por situar-se no âmbito da Rede Pública Federal de Educação Profissional e Tecnológica, possui um quadro técnico-administrativo constituído a partir de concurso público. Os profissionais aprovados pelo concurso público ingressam no Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação, normatizado dentre outras legislações, pelas Leis 8.112/90 e 11.091/2005.

O Plano de Carreira está estruturado em 5 (cinco) níveis de classificação (A, B, C, D e E), que estão relacionados ao nível mínimo de titulação exigido ao cargo, com 4 (quatro) níveis de capacitação cada (I, II, III e IV).

O desenvolvimento do servidor na carreira ocorre, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional, a cada 18 meses mediante avaliação de desempenho, conforme anexo III e anexo I-C,

respectivamente, da Lei do Plano de Carreira.

O servidor técnico-administrativo que apresentar titulação superior ao exigido para o cargo fará jus a incentivo à qualificação, nos termos e percentuais definidos no Anexo IV da Lei do Plano de Carreira, não caracterizando qualquer tipo de progressão de carreira.

## 5. INSTALAÇÕES FÍSICAS

### 5.1 ÁREAS DE ENSINO ESPECÍFICAS

<b>Ambiente</b>	<b>Existente (sim/não)</b>	<b>A construir (sim/não)</b>	<b>Área (m<sup>2</sup>)</b>
Salas de aula	66	Não	4300
Sala de professores	32	Não	120
Coordenadoria de curso	17	Não	272
Sala de reuniões	02	Não	1200

### 5.2 ÁREAS DE ESTUDO GERAL

<b>Ambiente</b>	<b>Existente (sim/não)</b>	<b>A construir (sim/não)</b>	<b>Área (m<sup>2</sup>)</b>
Biblioteca	02	Não	2160
Laboratório de informática	06	Não	410
Laboratório de física	01	Não	80
Laboratório de química	03	Não	210
Laboratório de biologia	07	Não	510

### 5.3 ÁREAS DE ESTUDO ESPECÍFICO

<b>Ambiente</b>	<b>Existente (sim/não)</b>	<b>A construir (sim/não)</b>	<b>Área (m<sup>2</sup>)</b>
Laboratório de Línguas Estrangeiras	01	Não	30
Núcleo de Pesquisa Digital	01	Não	10
Biotério	01	Não	80
Núcleo de Pesquisa Histórica	01	Não	20
Escritório de Prática Jurídica	01	Não	20
Escritório Modelo de Contabilidade	01	Não	20
Salas de Estudos	13	Não	130

### 5.4 ÁREAS DE ESPORTE E VIVÊNCIA

<b>Ambiente</b>	<b>Existente (sim/não)</b>	<b>A construir (sim/não)</b>	<b>Área (m<sup>2</sup>)</b>
Áreas de esportes	08	Não	11480
Cantina/ Refeitório	01	Não	1000
Pátio coberto	0	Não	0

### 5.5 ÁREAS DE ATENDIMENTO DISCENTE

Ambiente	Existente (sim/não)	A construir (sim/não)	Área (m <sup>2</sup> )
Atendimento psicológico	01	Não	10
Atendimento pedagógico	02	Não	20
Atendimento odontológico	0	Não	0
Primeiros socorros	0	Não	0
Serviço social	01	Não	40

## 5.6 ÁREAS DE APOIO

Ambiente	Existente (sim/não)	A construir (sim/não)	Área (m <sup>2</sup> )
Auditório	01	Não	1100
Salão de convenção	0	Não	0
Sala de Videoconferência	01	01	40
Mecanografia	0	Não	0

## 5.7 BIBLIOTECA

A Biblioteca do IFPR Campus Palmas é um núcleo de apoio às atividades pedagógicas da Instituição, que tem como missão, segundo o Documento da Política de Desenvolvimento de Coleções da Rede de Bibliotecas do IFPR, promover o acesso e a disseminação da informação, favorecendo, sobretudo, a geração de conhecimentos por meio do incentivo e da valorização do gosto pela leitura, pesquisa e extensão contribuindo

para a formação profissional e humanística da comunidade acadêmica, mantendo seus valores no compromisso com a democratização do acesso à informação de forma equitativa, respeitando a ética, a moral e os valores humanos, numa visão de referência na gestão, disseminação e acesso à informação.

Instalada em prédio próprio com 1990 m<sup>2</sup> e com acervo composto de 55.274 títulos e 98.692 exemplares, distribuído em diversos suportes. Com a estrutura toda informatizada de pesquisa na base de dados, empréstimos, devoluções e renovações, o aluno ainda pode efetuar reservas, solicitações de empréstimos de outras bibliotecas do IFPR, ou ainda verificar sua situação como usuário, tais como: histórico de livros emprestados, data de devolução e tipo de obra emprestada, etc., utilizando a internet para sua comodidade, através do *site* institucional ([www.ifpr.edu.br/biblioteca](http://www.ifpr.edu.br/biblioteca)).

A Biblioteca disponibiliza de uma área de estudo aberta com 27 mesas, 113 cadeiras, 4 terminais para acesso à internet, 6 terminais para acesso ao sistema de pesquisa ao acervo e 1 sala para estudo em grupo, com 4 lugares. No andar superior dispõe de um Auditório com capacidade de 300 lugares e 01 mesa central para 08 lugares, equipado com: data show completo; amplificador de som; microfone; 01 tela multimídia e 01 quadro branco. Também possui de 1 sala de estudo com 35 cadeiras para realização de estudos em grupo.

A Biblioteca utiliza o Sistema *Pergamum* desenvolvido pela PUC – PR, o mesmo contempla as principais funções de gerenciamento de uma Biblioteca, desde a seleção, aquisição, tratamento e circulação de materiais. Os usuários do Sistema *Pergamum* fazem parte da rede *Pergamum* que hoje conta com 424 Instituições e aproximadamente 8.000 Bibliotecas em todo o Brasil. A rede possui um mecanismo de busca ao catálogo das várias Instituições que já adquiriram o *software*, com isto formando a maior rede de Bibliotecas do Brasil.

O acervo contempla todas as áreas do CNPq, com um considerável número de obras raras e clássicas das Ciências Humanas. O sistema disponibiliza ainda aos seus usuários via internet a consulta aos resumos e sumários dos artigos de revistas da hemeroteca, pois, parte da sua coleção de periódicos encontra-se indexada.

O sistema de classificação utilizado é o Sistema de Classificação Decimal de Dewey (20. ed.) e para notação de autor é utilizada a tabela Cutter – Samborn, e a catalogação ocorre no formato bibliográfico MARC 21, conforme as regras do AACR2 (Código de Catalogação Anglo-Americano).

A Biblioteca oferece o acesso ao portal da CAPES, sendo este portal uma fonte de pesquisa com textos selecionados em publicações periódicas internacionais, nacionais e

as mais renomadas publicações de resumos, cobrindo todas as áreas do conhecimento. Inclui também uma seleção de importantes fontes de informação científica e tecnológica de acesso gratuito na *Web*.

O Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. O mesmo conta com um acervo de mais de 29 mil títulos com texto completo, 130 bases referenciais, nove bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual. Além do acesso à CAPES, está disponível atualmente a base de dados da ABNT, com as normas para elaboração de trabalhos científicos, buscando contribuir na execução das pesquisas e trabalhos acadêmicos.

A Biblioteca também oferece outros serviços como: orientação na elaboração de referências bibliográficas, fichas catalográficas, levantamento bibliográfico, bem como orientação permanente ao usuário com relação ao uso da Biblioteca, para que o mesmo saiba utilizar plenamente todos os recursos e serviços oferecidos.

As normas de utilização da biblioteca estão indicadas no Anexo IV.

## **6. PLANEJAMENTO ECONÔMICO FINANCEIRO**

O Planejamento Econômico Financeiro é de extrema relevância visto que, sem ele, os objetivos do curso ficam comprometidos. Desta forma, para a sua elaboração devem ser considerados, além da incorporação de novos docentes e servidores técnico-administrativos, a aquisição de materiais de expediente, de consumo, permanentes e a manutenção e ampliação da infraestrutura, bem como ampliação gradativa do acervo bibliográfico.

### **6.1 EXPANSÃO DO QUADRO DOCENTE**

A projeção foi realizada com base no número atual de professores. Considera-se essencial a chamada de no mínimo, um professor para o início do primeiro semestre de 2019, considerando a carga horária individual e a proposta de abrir curso de pós-graduação.

\* Considerando que todos os PPC's das licenciaturas, concomitantemente, estão passando por reformulação. Haverá a necessidade de dois professores para atender o componente curricular Sociologia.

## 6.2 PROJEÇÃO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE E CONSUMO

A projeção de aquisição de materiais permanente e consumo é realizada a cada solicitação encaminhada pela Direção. Os docentes responsáveis pelos componentes curriculares são consultados acerca da necessidade de materiais específicos e esta necessidade é repassada aos gestores que realizam a aquisição do acervo.

## 6.3 PROJEÇÃO DE AQUISIÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO

No que concerne à instrução INEP/MEC que orienta os cursos de graduação para que sejam providenciados 5 títulos para bibliografia básica e cinco títulos para bibliografia complementar, salientamos que algumas ementas do curso não contemplam este número. Porém, reiteramos que já foi realizada uma ampla revisão das referências básicas e complementares de todos os componentes curricular e que os casos em que há disponibilidade de títulos no acervo, foi feita a readequação; contudo, em muitos componentes curriculares há falta ou obsolescência de vários títulos.

No entanto, a projeção de aquisição de acervo bibliográfico é realizada a cada solicitação encaminhada pela Biblioteca para incremento do acervo da mesma. Os docentes responsáveis pelos componentes curriculares são consultados acerca da necessidade de bibliografias específicas e de atualização de bibliografias e esta necessidade é repassada aos gestores da biblioteca que realizam a aquisição do acervo.

Assim, teremos como meta o cumprimento da normativa da CGB do IFPR, enriquecendo o trabalho e imprimindo maior qualidade à formação acadêmica de nossos alunos.

## REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 6 ed., São Paulo: Hucitec, 1992.
- BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da Educação Física. **Cadernos CEDES**, n. 48, p. 69-88, ago.1999.
- BRASIL. Instituto Federal do Paraná. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. 2008.
- BRASIL. Instituto Federal do Paraná. **Portaria nº 04**, de 22 de junho de 2009.
- BRASIL. Instituto Federal do Paraná. **Relatório da Comissão Permanente de Avaliação**. 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer nº 776**, de 03 de dezembro de 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 4.059**, de 10 de dezembro de 2004.



BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 01/2002**, de 18 de fevereiro de 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 02/2002**, de 19 de fevereiro de 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 07/2004**, de 31 de março de 2004.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais**, v. 54, Julho de 2.010.

BRASIL. Poder Executivo. **Lei nº 9696**, de 01 de setembro de 1998.

BRASIL. Poder Executivo. **Lei nº 10.048**, de 08 de novembro de 2000.

BRASIL. Poder Executivo. **Lei nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. Poder Executivo. **Decreto nº 5.296**, de 02 de dezembro de 2004.

BRASIL. Poder Executivo. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005.

BRASIL. Poder Executivo. **Lei nº 11.788**, de 25 de setembro de 2008.

BRASIL. Poder Executivo. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008.

BRASIL. Poder Legislativo. **Lei nº 9.394** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. SINAES. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004.

COESPE-EF, **Comissão de Especialistas de Ensino em Educação Física**. Brasília, 1998.

CPA. **Relatório de Auto-Avaliação do IFPR – 2010**. Curitiba, 2011. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2011/06/relatorio2010.pdf>. Acesso em 20/11/2011.

ETGES, N. J. **Produção do conhecimento e interdisciplinaridade: educação e realidade**. Porto Alegre, 18 (2): p. 73-82, Jul/Dez, 1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. RAMOS, Marise. **O Trabalho como Princípio Educativo no Projeto de Educação Integral de Trabalhadores**. Caderno de Texto – 1ª Conferência Municipal de Educação de Contagem. Disponível em: [http://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/pdf/caderno\\_conferencia.pdf](http://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/pdf/caderno_conferencia.pdf). Acesso em 13/06/2014.

GASPERIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 5ª. Ed. rev. – Campinas, SP : Autores Associados, 2009.

LUCKESI, C. C.. **Avaliação da Aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. A base ética da avaliação da aprendizagem na escola. Disponível em: <http://www.luckesi.com.br/artigosavaliacao.htm>. Acesso em: novembro de 2011.

GAUTHIER, C. **Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente**. 2. Ed. Ijuí : Ed. Unijuí, 2006.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação Emancipatória Escolar**. São Paulo: Cortez, 1996.

VASCONCELLOS, C. S. **Avaliação da Aprendizagem: práticas de mudança – por uma práxis transformadora**. São Paulo : Libertad, 1998.

## **ANEXO I**

### **REGULAMENTO DE ESTÁGIO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ – IFPR CAMPUS PALMAS**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DA DEFINIÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E DISPOSITIVOS LEGAIS**

**Art. 1º** - O estágio é o conjunto de experiências e vivências supervisionadas desenvolvidas no ambiente de trabalho, que visa à preparação de educandos, regularmente matriculados em instituições de ensino, para a atividade profissional e para a cidadania.

**Art. 2º** - O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Educação Física do Instituto Federal do Paraná e concebe a formação de professores de Educação Física com uma forte vinculação ao seu futuro âmbito de atuação no contexto da educação básica, através dos Estágios Curriculares Obrigatórios e Não-Obrigatórios.

§ 1º - Conforme o Regulamento de Estágios do IFPR é considerado Estágio Obrigatório aquele definido no projeto do curso como tal, com carga horária definida pelo colegiado do curso e considerado como pré-requisito para aprovação e obtenção de diploma. Sendo considerado como disciplina/unidade curricular obrigatória.

§ 2º - Estágio Não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional. São realizados a partir do quinto período do curso, com vistas a proporcionar aos estagiários as experiências profissionais, socioculturais e científicas.

**Art. 3º** - A realização dos estágios do Curso de Educação Física do IFPR – Campus de Palmas atende aos dispositivos legais vigentes, quais sejam:

I - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB;

II - Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes;

III - Resolução CNE/CP nº 02/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial em nível superior (Cursos de Licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada;

IV - Resolução CNE/CES nº 07/2004, que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Profissionais de Educação Física em nível de Graduação;

V - Resolução CONSUP/IFPR nº 02 de 26 de março de 2013 que aprova o regulamento de estágio no âmbito do IFPR;

VI - Resolução nº 19/2017 - CONSUP/IFPR que estabelece a política institucional de formação de profissionais do magistério da Educação Básica no IFPR e aprova o Regulamento para Projeto Pedagógico de Curso de Licenciatura no IFPR.

**Art. 4º** - A Educação Física se caracteriza historicamente pela ação pedagógica no trato com o conhecimento da cultura corporal. Em qualquer campo de atuação, a ação pedagógica se constitui na base da formação acadêmica e do trabalho. A docência, entendida como trabalho pedagógico, é, portanto, a “identidade profissional” do professor de Educação Física.

§ Único - Independente de onde se desenvolva o Estágio ele terá sempre como orientação fundamental e elemento de unidade do curso à docência, a formação do professor de Educação Física.

## **CAPÍTULO II**

### **DOS OBJETIVOS DO ESTÁGIO**

**Art. 5º** - O estágio objetiva constituir-se em um espaço que enfatize a práxis, isto é a relação teoria-prática, para a promoção de um trabalho de intervenção pedagógica

consciente, consistente e coerente em Educação Física, visando à formação de sujeitos participantes no processo de (re) construção social.

**Art. 6º** - Especificamente objetiva possibilitar aos sujeitos envolvidos:

I - Conhecer os diferentes contextos de atuação profissional em Educação Física;

II - Analisar as especificidades que envolvem os diferentes contextos formais ou informais em que a Educação Física está presente;

III - Compreender a complexidade que permeia o saber-fazer pedagógico cotidiano do professor de Educação Física;

IV - Conhecer e refletir sobre o conhecimento cientificamente elaborado em sua área de atuação para compreender o contexto em que se insere;

V - Identificar os limites e possibilidades de sua ação, problematizando adequadamente os diferentes contextos;

VI - Compreender as diferentes formas de intervenção e seus reflexos frente à prática social na qual se insere, buscando instrumentos para a sua reconstrução;

VII - Construir propostas coletivas de superação de limitações e ampliação das possibilidades de intervenção nos diferentes contextos de atuação;

VIII - Intervir acadêmica e profissionalmente nos diferentes contextos, subsidiado pelas reflexões realizadas e contribuindo para a transformação social;

IX - Sistematizar as ações realizadas no decorrer do processo de inserção nos diferentes contextos mediante produção textual consistente e coerente;

X - Socializar experiências visando à construção coletiva do conhecimento.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO**

**Art. 7º** - O Estágio será desenvolvido através de três componentes curriculares, em que o aluno deverá se inscrever no período da matrícula, oferecidos a partir do quinto período do curso, nas áreas de atuação do licenciado em Educação Física.

**Art. 8º** - O Curso de Licenciatura em Educação Física do IFPR Campus Palmas prevê a realização de três estágios curriculares obrigatórios, sendo eles: Estágio I - Educação Física na Educação Infantil e Ensino Fundamental I; Estágio II - Educação Física no Ensino Fundamental II e Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais; Estágio III – Educação Física no Ensino Médio e Gestão Escolar.

§ 1º - Em cada componente curricular do Estágio haverá um professor responsável que dará orientações em aulas semanais visando a compreensão do regulamento e diretrizes de estágio, coleta de informações referentes às unidades concedentes e realização dos estágios, além dos conteúdos referentes à ementa do componente curricular.

§ 2º - O Estágio I de que trata o caput desse artigo será desenvolvido no quinto período do curso com carga horária de 134h. Desta carga horária, 33 horas (40 aulas) serão realizadas no formato de componente curricular, e a carga restante em atividades propostas na disciplina, que estejam atreladas à proposta desse estágio. Será realizado visando o desenvolvimento de competências globais para a atividade profissional de um professor no sistema educacional. O Estágio em Educação Física na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I possibilitará ao acadêmico o conhecimento, a compreensão, o planejamento e a intervenção pedagógica consistente e coerente em turmas de cada um destes contextos da Educação Básica.

§ 3º - O Estágio II de que trata o caput desse artigo será desenvolvido no sexto período do curso com carga horária de 133h. Desta carga horária, 33 horas (40 aulas) serão realizadas no formato de componente curricular, e a carga restante em atividades propostas na disciplina, que estejam atreladas à proposta desse estágio. O Estágio em Educação Física no Ensino Fundamental II e Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais possibilitará ao acadêmico o conhecimento, a compreensão, o planejamento e a intervenção pedagógica consistente e coerente em turmas de cada um destes contextos da Educação Básica.

§ 4º - O Estágio III a que se refere o caput desse artigo será desenvolvido no sétimo período do curso com carga horária de 133h. Desta carga horária, 33 horas (40 aulas) serão realizadas no formato de componente curricular, e a carga restante em atividades propostas na disciplina, que estejam atreladas à proposta desse estágio. O Estágio no Ensino Médio e Gestão Escolar possibilitará ao acadêmico o conhecimento, a compreensão, o planejamento e a intervenção pedagógica consistente e coerente em turmas desse contexto da Educação Básica. Possibilitará também a compreensão da gestão administrativa e pedagógica da educação baseada numa perspectiva democrática.

**Art. 9º** - Os acadêmicos contam, ainda, em todos os estágios, com pelo menos um Supervisor de Estágios, que é o professor de Educação Física que atua no local onde o estágio é desenvolvido ou, na ausência deste, por um profissional habilitado e com conhecimentos para realizar o acompanhamento, mediante consulta e aprovação pela

Coordenação de Estágios. Esta mesma orientação e acompanhamento deverão ocorrer para os estágios Não-Obrigatórios.

**Art. 10º** - O Estágio Não-Obrigatório poderá ser realizado a partir do quinto período objetivando o desenvolvimento, no acadêmico, de competências para a vida cidadã e para o trabalho produtivo, pela participação em situações reais de vida e de trabalho no seu meio, que lhe proporcionem experiências profissionais e/ou de desenvolvimento sociocultural ou científico, assegurada a sua integração com os demais componentes curriculares do curso, como forma de complementação dos mesmos. Preconiza o acompanhamento permanente de professor Supervisor, formalmente vinculado ao local de realização do estágio.

#### **CAPÍTULO IV**

#### **DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO**

**Art. 11º** - Os Estágios contarão com a seguinte estrutura organizacional:

- I - Seção de Estágios e Relações Comunitárias;
- II - Colegiado do Curso de Educação Física;
- III - Professor de Estágios;
- IV - Professores Supervisores;
- V - Acadêmicos Orientandos.

**Art. 12º** - São atribuições da Seção de Estágios e Relações Comunitárias:

I - deliberar e aprovar os Termos de Compromisso e seus Termos Aditivos e sobre as alterações necessárias para a adequação dos Estágios à legislação e aos objetivos do curso.

**Art. 13º** - São atribuições do Colegiado do Curso de Educação Física:

I - deliberar e aprovar sobre políticas, normas, regulamentos decorrentes das necessidades diagnosticadas para e na realização dos estágios supervisionados;

II - acompanhar o cumprimento do programa de estágio supervisionado;

III - divulgar os resultados obtidos pelo programa de estágios, a partir de seminários, publicações e outros meios.

**Art. 14º** - São atribuições do (s) Professor (es) dos Componentes Curriculares de Estágios:

I - ministrar a disciplina conforme plano de ensino;

II - coordenar o planejamento e avaliação geral das atividades referentes ao estágio;

III - orientar e acompanhar o desenvolvimento do estágio supervisionado, em termos de fundamentação teórica, relevância social e científica, metodologia e fontes bibliográficas e em conformidade à carga horária prevista pela proposta curricular;

IV - receber o Termo de Compromisso do estágio supervisionado;

V - acompanhar, junto à instituição e/ou campos de estágio, o desempenho dos estagiários, registrando a frequência e esclarecendo sobre o processo de avaliação do estágio supervisionado;

VI - apreciar, avaliar e emitir parecer sobre o planejamento, evolução e produção dos Relatórios decorrentes do estágio;

VII - participar de reuniões, seminários, eventos sobre estágio supervisionado, quando convocado pela instituição.

VIII - manter fluxo de informações relativas ao acompanhamento e desenvolvimento do estágio em processo, bem como promover a divulgação de informações junto ao Colegiado do Curso, os professores supervisores de estágios e alunos estagiários;

IX - definir normas e editais sobre funcionamento do programa de estágio supervisionado, submetidas à apreciação do Colegiado do Curso de Educação Física em consonância com a legislação específica;

X - fixar em edital a data da entrega do Relatório Final dos estágios supervisionados;

XI - encaminhar à Secretaria Acadêmica os diários de classe dos estágios supervisionados.

**Art. 15º** - As atribuições dos Supervisores de Estágio são:

I - recepcionar, situar, discutir e aprovar o Plano de Estágio, proposto pelo estagiário;

II - acompanhar, orientar e avaliar conforme critérios definidos pelo IFPR, as atividades desenvolvidas pelo estagiário;

III - estimular a participação do estagiário nas atividades cotidianas da Unidade Concedente de Estágio;

IV - auxiliar o estagiário na solução de possíveis problemas ou dificuldades que possam decorrer do estágio;

V - comunicar, por escrito, ao Professor de Estágios, qualquer eventualidade que limita o bom andamento do estágio supervisionado, a interrupção e/ou desligamento do estagiário.

**Art. 16º** - São atribuições do (a) estagiário (a):

I - tomar iniciativa de contato prévio com organizações concessionoras de estágio supervisionado a partir de listagem informada pelo Professor de Estágios, ou solicitando ao mesmo para que seja firmado o respectivo convênio;

II - encaminhar ao Professor de Estágios a documentação relativa ao estágio, devidamente assinados;

III - cumprir rigorosamente o cronograma e os horários estabelecidos no Plano de Estágio;

IV - apresentar-se uniformizado e com o material necessário para o desenvolvimento das atividades propostas;

V - realizar a autoavaliação dando vistas ao Supervisor de Estágios e anexando ao Relatório;

VI - apresentar seus planejamentos e os resultados de seu trabalho em seminários organizados pelo Professor de Estágios.

**Art. 17º** - A avaliação referente aos componentes de Estágio resultará de três avaliações embasadas em:

I - trabalhos desenvolvidos em sala de aula (planejamento, leituras discussões teóricas, etc.);

II - desempenho na atividade de Estágio expressa pela supervisão e pela auto avaliação do estagiário;

III - produto final da disciplina expresso no relatório sobre as atividades desenvolvidas;

**Art. 18º** - Será considerado aprovado no Estágio o acadêmico que obtiver:

I - Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina de estágio;

II - Frequência de 100% (cem por cento) na carga horária destinada às etapas de observação, participação e intervenção;

III - Parecer favorável do Supervisor de Estágio;



IV - Nota Final de aproveitamento igual ou maior a 7,0 (sete) em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez).

**Art. 19º** - Será considerado reprovado o Estagiário que:

I - Desistir do Estágio durante a sua realização;

II - For impedido, pela Unidade Concedente, de dar continuidade às atividades de estágio por descumprimento do Termo de Compromisso;

III - Deixar de desenvolver as atividades relativas ao estágio por duas semanas consecutivas, sem comunicação, devidamente justificadas e documentadas à Unidade Concedente e ao Professor de Estágios;

IV - Tiver frequência total inferior à mínima exigida (75%) na disciplina de Estágio;

V - Tiver frequência inferior a 100% da carga horária das etapas de observação, participação e intervenção;

VI - Obter Nota Final inferior a 7,0 (sete);

VII - Não entregar o Relatório final em conformidade com o exigido academicamente.

§ 1º - O estágio estará automaticamente cancelado no momento em que o acadêmico desligar-se do curso, independente dos motivos que o levem a isto.

§ 2º - Em quaisquer destas situações o Estágio deverá ser repetido integralmente.

**Art. 20º** - Poderá ser aproveitado como Estágio o efetivo exercício profissional na área da Educação Física caracterizada por atuação docente, de acordo com legislação vigente.

Palmas, 02 de maio de 2017.



TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO  
CELEBRADO ENTRE O ESTUDANTE DO IFPR  
E A PARTE CONCEDENTE

sediada à Rua \_\_\_\_\_, n° \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, Fone \_\_\_\_\_, doravante denominada Parte Concedente por seu representante \_\_\_\_\_ e de outro lado, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, estudante do Quinto Período do Curso de Educação Física, Matrícula n° \_\_\_\_\_, residente à Rua \_\_\_\_\_, n° \_\_\_\_\_ na Cidade de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, Fone \_\_\_\_\_, Data de Nascimento \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, doravante denominado Estudante, com intervenção da Instituição de Ensino, celebram o presente Termo de Compromisso em consonância com o Art. 82 da Lei nº 9394/96 – LDB, da Lei nº 11.788/08 e mediante as seguintes cláusulas e condições:

- CLÁUSULA PRIMEIRA .As atividades a serem desenvolvidas durante o Estágio (  ) **OBRIGATÓRIO** ou (  ) **NÃO OBRIGATÓRIO** constam de programação acordada entre as partes - Plano de Estágio - no verso - e terão por finalidade propiciar ao Estudante uma experiência acadêmico-profissional em um campo de trabalho determinado, visando: a) o aprimoramento técnico-científico em sua formação; b) a maior proximidade do aluno, com as condições reais de trabalho, por intermédio de práticas afins com a natureza e especificidade da área definida nos projetos políticos pedagógicos de cada curso;
- CLÁUSULA SEGUNDA **O presente estágio somente poderá ser iniciado após assinatura das partes envolvidas, não sendo reconhecido ou validado com data retroativa;**
- CLÁUSULA TERCEIRA O estágio será desenvolvido no período de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, no horário das \_\_\_\_ às \_\_\_\_ e \_\_\_\_ às \_\_\_\_ hs, intervalo de \_\_\_\_\_(caso houver), num total de \_\_\_\_\_ hs semanais, (não podendo ultrapassar 30 horas), compatíveis com o horário escolar podendo ser denunciado a qualquer tempo, unilateralmente e mediante comunicação escrita, ou ser prorrogado, através de emissão de Termo Aditivo;
- Parágrafo Primeiro Em caso do presente estágio ser prorrogado, o preenchimento e a assinatura do Termo Aditivo deverão ser providenciados antes da data de encerramento, contida na Cláusula Terceira neste Termo de Compromisso;
- Parágrafo Segundo Em período de recesso escolar, o estágio poderá ser realizado com carga horária de até 40 horas semanais, mediante assinatura de Termo Aditivo, específico para o período;
- Parágrafo Terceiro Nos períodos de avaliação ou verificações de aprendizagem pela Instituição de Ensino, o estudante poderá solicitar à Parte Concedente, redução de carga horária, mediante apresentação de declaração, emitida pelo Coordenador(a) do Curso ou Professor(a) Supervisor(a), com antecedência mínima de 05(cinco) dias úteis;
- CLÁUSULA QUARTA Na vigência deste Termo de Compromisso o Estudante será protegido contra Acidentes Pessoais, providenciado pela IFPR e representado pela Apólice nº \_\_\_\_\_ da Companhia \_\_\_\_\_;
- CLÁUSULA QUINTA Durante o período de **Estágio Não Obrigatório**, o estudante receberá uma Bolsa Auxílio, no valor de \_\_\_\_\_, bem como auxílio transporte (especificar forma de concessão do auxílio ) paga mensalmente pela Parte Concedente;
- Parágrafo Único Durante o período de **Estágio Obrigatório** o estudante (  ) **receberá** ou **não receberá** (  ) bolsa auxílio no valor de R\$ \_\_\_\_\_;
- CLÁUSULA SEXTA Caberá ao Estudante cumprir a programação estabelecida, observando as normas internas da Parte Concedente, bem como, elaborar relatório referente ao Estágio quando solicitado pela Parte Concedente ou pela Instituição de Ensino conforme inciso VII do Art.9ºd lei11.788;
- CLÁUSULA SÉTIMA O Estudante responderá pelas perdas e danos decorrentes da inobservância das normas internas ou das constantes no presente contrato;
- CLÁUSULA OITAVA Nos termos do Artigo 3º da Lei nº 11.788/08, o Estudante não terá, para quaisquer efeitos, vínculo empregatício com a Parte Concedente;
- CLÁUSULA NONA Constituem motivo para interrupção automática da vigência do presente Termo de Compromisso de Estágio:
- conclusão ou abandono do curso e o trancamento de matrícula;
  - não cumprimento do convencionado neste Termo de Compromisso.
  - solicitação do estudante;
  - solicitação da parte concedente;
  - solicitação da instituição de ensino.

E, por estar de inteiro e comum acordo com as condições deste Termo de Compromisso, as partes assinam em 04 (quatro) vias de igual teor.

Palmas, / / .

UNIDADE CONCEDENTE  
(assinatura e carimbo)

ESTUDANTE  
(assinatura)

COORDENADOR DO CURSO – IFPR  
(assinatura e carimbo)

CHEFE DE SEÇÃO DE ESTÁGIOS E  
RELAÇÕES COMUNITÁRIAS – CÂMPUS IFPR  
(assinatura e carimbo)



## PLANO DE ESTÁGIO

( ) ESTAGIO OBRIGATÓRIO

( ) ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

1- Nome do aluno (a):

\_\_\_\_\_

2- Nome do Orientador de Estágio na Unidade Concedente: \_\_\_\_\_

3- Formação profissional do Orientador de Estágio da Unidade Concedente:

\_\_\_\_\_

4- Ramo de atividade da Unidade Concedente:

\_\_\_\_\_

5- Área de atividade do(a) estagiário(a):

\_\_\_\_\_

6- Objetivos do Estágio:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

7- Atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

8- Professor Orientador/Supervisor de Estágio – IFPR: \_\_\_\_\_

a) Modalidade da Supervisão de Estágio: [ ] Direta [ ] Semi-Direta [ ] Indireta

b) Carga horária a ser realizada no estágio: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Professor Orientador de Estágio – IFPR

\_\_\_\_\_  
Coordenador de Estágio do Curso - IFPR

\_\_\_\_\_  
Coordenador do Curso - IFPR

\_\_\_\_\_  
Orientador de Estágio na Unidade Concedente

## ANEXO II

### REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

#### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 1º** - O presente Regulamento dispõe sobre o Trabalho de Conclusão de Curso, aqui designado TCC, do Curso de Licenciatura em Educação Física, do Instituto Federal do Paraná, Campus Palmas.

**Art. 2º** - O TCC é requisito obrigatório para a obtenção do Diploma de Licenciado em Educação Física. O TCC será desenvolvido no sétimo e oitavo semestres do curso, nos componentes curriculares Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II, sob orientação de dois professores, o orientador designado pela Comissão de Orientação do TCC (COT) e o professor das disciplinas citadas.

**Art. 3º** - O TCC I (sétimo período) é pré-requisito para a matrícula no componente curricular TCC II (oitavo período).

**§ Único** - Para cumprimento do TCC, relativo aos dois últimos períodos do curso, o acadêmico deverá estar regularmente matriculado nos mesmos.

#### CAPÍTULO II DA CONCEITUAÇÃO E OBJETIVOS

**Art. 4º** - Por TCC, entende-se um trabalho acadêmico, através do qual o aluno desenvolverá atividades de sistematização dos conhecimentos relacionados a área da Educação Física, mediante acompanhamento, orientação e avaliação docente.

**Art. 5º** - A elaboração e desenvolvimento do TCC implicarão rigor metodológico e científico, objetivação, coerência e consistência teórica, organização, sistematização e aprofundamento do tema abordado, contribuindo para o conhecimento científico da Educação Física.

**Art. 6º** - São objetivos Gerais do TCC:

- I - Sistematizar os conhecimentos obtidos no decorrer do Curso;
- II- Desenvolver o espírito crítico, a autonomia intelectual, a capacidade criadora e

- curiosidade científica dos futuros professores de Educação Física;
- III** - Contribuir para o desenvolvimento da produção científica da área;
  - IV** – Contribuir para a qualificação dos serviços prestados à comunidade local e regional que estejam sob a responsabilidade do professor de Educação Física;
  - V** - Subsidiar o processo de ensino aprendizagem do Curso, contribuindo para a atualização dos conteúdos programáticos das disciplinas integrantes do currículo;
  - VI** - Desenvolver o estudo permanente e sistemático da práxis profissional;
  - VII** - Proceder à integração do ensino, da pesquisa e da extensão, visando a atenção permanente e contínua aos diferentes grupos sociais investigados.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

**Art. 7º** - O TCC contará com a seguinte estrutura organizacional para sua operacionalização:

- Colegiado do Curso de Educação Física;
- Coordenador do Curso de Educação Física;
- Comissão de Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso (COT);
- Banca Avaliadora do TCC;
- Professor das disciplinas específicas TCC I e TCC II;
- Professores orientadores;
- Acadêmicos orientandos.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DAS ATRIBUIÇÕES**

**Art. 8º** - São atribuições da Comissão de Orientação (C.O.T):

- I** - Nomear professores orientadores de TCC;
- II** - Propor alterações no presente Regulamento, sempre que se fizer necessário;
- III** - Estabelecer, juntamente com os professores orientadores, o cronograma para entrega e socialização dos TCC's;

**Art. 9º** - São atribuições da Coordenação do Curso de Educação Física:

- I** – Instituir anualmente a Comissão de Orientação do TCC;
- II** - Homologar lista dos professores orientadores do TCC, conforme indicação da COT;

- III** - Homologar a listagem de alunos por orientador;
- IV** - Homologar o cronograma de entrega e socialização dos TCC's;
- V** - Acompanhar a vigência de horários de orientação estabelecidos entre professores orientadores e alunos;
- VI** - Convocar, sempre que necessário, os orientadores para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação dos TCC's;
- VII** - Coordenar, junto ao NDE, as propostas de alteração do presente Regulamento;
- VIII** - Divulgar, através de edital, o cronograma de entrega e apresentação dos TCC's, bem como a composição das bancas examinadoras;
- IX** - Arquivar os documentos referentes à aprovação no TCC.

**Art. 10°** - São atribuições dos professores orientadores:

- I** - Orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento do TCC, em todas as suas fases;
- II** - Estabelecer o plano e cronograma de trabalho em conjunto com o orientando;
- III** - Definir horários de orientação.
- IV** - Indicar bibliografia básica aos acadêmicos sob sua orientação;
- V** - Registrar a frequência e as atividades de acompanhamento;
- VI** - Avaliar os TCCs, (apenas o TCC II);
- VII** - Participar de reuniões com a COT, sempre que convocado.

**Art. 11°** - São atribuições do professor dos componentes curriculares (TCC I e TCC II):

- I**- Informar os alunos sobre todas as etapas do processo de construção do TCC;
- II**- Colocar em local público e visível toda a regulamentação do TCC;
- III**- Informar o aluno sobre todos os seus direitos e deveres durante todo o processo de construção do TCC;
- IV**- Registrar a frequência em suas aulas, lembrando que o aluno precisa ter 75% de frequência na disciplina para ser aprovado;
- V**- Desenvolver atividades que possam auxiliar a construção do TCC e na sua apresentação;
- VI**- Avaliar todas as atividades desenvolvidas em sala de aula, que sejam destinadas a auxiliar a construção e apresentação do TCC;
- VII**- Acompanhar e avaliar toda a evolução do TCC;
- VIII**- Indicar bibliografias ao aluno, pertinentes ao assunto desenvolvido no TCC;
- IX**- Estabelecer plano e cronograma de entregas de trabalhos desenvolvidos durante o semestre;

**X-** Respeitar os critérios da metodologia científica e das normas vigentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) na elaboração do seu trabalho;

**XI-** Exigir do aluno que entregue, ao professor da disciplina, três cópias encadernadas em espiral e capa transparente que serão encaminhadas aos componentes da banca da defesa final do seu TCC com pelo menos uma semana de antecedência da apresentação.

**Art. 12º** - São atribuições do orientando:

**I** - Seguir todas as normas e procedimentos definidos por este Regulamento;

**II** - Definir o objetivo e a forma de execução do TCC, em concordância com o professor orientador;

**III** - Estabelecer e cumprir o plano de trabalho, a ser elaborado em conjunto com o professor da disciplina e com o professor orientador;

**IV** - Cumprir os horários de orientação definidos pelo professor orientador;

**V** - Respeitar os critérios da metodologia científica e das normas vigentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) na elaboração do seu trabalho, submetendo-o à apreciação do seu orientador;

**VI** - Entregar, dentro do cronograma estabelecido, ao professor da disciplina, três cópias encadernadas em espiral e capa transparente que serão encaminhadas à banca examinadora;

**VII** - Apresentar oralmente seu trabalho, em banca específica composta por três professores do IFPR, quando será avaliado pela clareza na exposição dos objetivos, da propriedade da metodologia adotada e da relevância e aplicabilidade dos resultados do trabalho, mediante o uso de linguagem adequada;

**VIII** - Entregar 1 (uma) cópia em versão CD-ROM, da versão final do TCC juntamente com os documentos solicitados, para a Coordenação do Curso, para trabalhos com nota final inferior a 8,0 ou na biblioteca caso a nota final seja superior a 8,0, para arquivo;

**IX** - Obrigatoriedade de fazer no mínimo 10 encontros por semestre com seu orientador, que deverá ser registrado em ficha específica (Anexo E) disponibilizada pelo professor da disciplina e entregue anexado ao TCC no final do semestre;

**X-** No dia da apresentação em Banca Avaliadora, deverão vestir-se de forma adequada, evitando chinelo, shorts ou bermuda, camiseta, saia ou vestido curto, ou outras vestimentas impróprias para a ocasião.

## **CAPÍTULO V**

### **DA SELEÇÃO DE ORIENTADORES**

**Art. 13º** – O orientador será designado pela COT, sendo que o aluno poderá sugerir 3 nomes de docentes, porém a definição de qual será o professor orientador caberá à essa Comissão, de acordo com a afinidade da área de atuação, formação profissional e disponibilidade dos professores do Colegiado de Educação Física.

**§ Único** - Poderão ser indicados como orientadores os professores que compõem o Corpo Docente do IFPR – Campus Palmas, cuja área de atuação contribua para o aprofundamento teórico prático da temática abordada no TCC, com titulação mínima de especialista.

**Art. 14º** - A distribuição dos alunos orientandos/orientador será de acordo com a quantidade de docentes disponíveis, buscando-se a máxima igualdade entre eles.

**Art. 15º** A troca do orientador poderá ser realizada somente em caso de afastamento ou desligamento institucional do professor.

**Art. 16º** O aluno terá o prazo de 3 aulas após o início das atividades em sala de aula das disciplinas TCC I e II para entrar em contato com seu orientador e apresentar ao professor da disciplina, o Termo de Compromisso de Orientação assinado, (Anexo A) a Ficha de Planejamento dos Encontros presenciais, (Anexo B), a Ficha de Encontros Presenciais, (Anexo E) e Cronograma das atividades a serem desenvolvidas no semestre (Anexo D). Todos os documentos deverão estar assinados e carimbados. Caso não o faça no prazo estabelecido estará automaticamente reprovado no componente curricular.

## **CAPÍTULO VI**

### **DO FORMATO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO E DA APRESENTAÇÃO**

**Art. 17º** - O acadêmico desenvolverá seu Trabalho de Conclusão de Curso em formato de Monografia ou Artigo Científico, de acordo com seu orientador.

**§ Único** - A apresentação do TCC deverá atender às normas técnicas para formatação de trabalhos acadêmicos, conforme a ABNT.

**Art. 18º** - Na apresentação o acadêmico terá até 15 minutos para a exposição do seu



trabalho. Cada componente da banca terá um tempo máximo de 10 minutos para fazer sua arguição caso julgue relevante e o acadêmico para responder a cada um dos examinadores.

## **CAPÍTULO VII DA AVALIAÇÃO**

**Art. 19º** - A avaliação do TCC compreende:

**§ 1º – No Trabalho de Conclusão de Curso I**, onde a partir das atividades desenvolvidas em sala de aula pelo professor da disciplina o aluno dará início a construção da pesquisa e, juntamente com seu orientador a escolha do protocolo que será aplicado. As partes do artigo ou monografia, que deverão estar prontas no final do semestre são: tema, introdução, justificativa, objetivo, referencial teórico, metodologias e protocolo definido. Demais atividades poderão ser desenvolvidas de acordo com as exigências do professor da disciplina e do orientador designado, ao qual caberá exigir ou não do aluno a elaboração de um Projeto Inicial. Sob orientação de seu orientador, irá iniciar o processo de encontros e construção do trabalho, sendo que sua aprovação nesta disciplina TCC I dependerá das notas:

**I-** Das avaliações dadas pelo professor da disciplina sendo que serão avaliadas todas as atividades desenvolvidas em sala de aula, sendo elas avaliativas ou não, mais a entrega das partes do TCC na data pré-estabelecida e demais atividades desenvolvidas durante o componente curricular. Todas estas atividades terão peso 10,0;

**II-** A avaliação deste componente curricular caberá apenas ao professor da disciplina.

**§ 2º No componente Curricular TCC II**, que acontece no oitavo período, o aluno deverá ter concluído todo o trabalho, além de realizar todas as atividades propostas na disciplina. Será obrigatória a apresentação final do trabalho para banca avaliadora, composta pelo orientador e dois professores designados pela COT. O horário da apresentação será estabelecido de acordo com a disponibilidade dos docentes integrantes da banca. O aluno deverá apresentar o termo de liberação de seu orientador, para poder apresentar seu trabalho, (Anexo H). A sua aprovação dependerá das notas:

**I-** De todas as atividades desenvolvidas em sala de aula pelo professor da disciplina, quer sejam avaliativas ou não. Todas estas atividades terão peso 3,0;

**II-** Da apresentação na banca de defesa (ver critérios de avaliação do Anexo E). Esta

atividade terá peso 7,0.

**§ 3º** - Para aprovação o acadêmico deverá ter frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nas disciplinas TCC I e TCCII e nota mínima de 7,0 (sete), numa escala de 0 (zero) a 10 (dez).

**§ 4º** - O acadêmico com frequência e/ou nota inferior à mínima exigida no parágrafo anterior, será considerado reprovado, devendo repetir o processo em outro semestre.

**Art. 20º** - A atribuição das notas finais regimentais dar-se-á após a apresentação dos trabalhos e preenchimento da Ata de avaliação do artigo científico, (Anexo H) considerando-se os quesitos padronizados no Curso de Graduação em Educação Física, e de conhecimento dos mesmos na disciplina de TCC II.

**Art. 21º** - Na defesa pública do seu TCC, quando o acadêmico obtiver o parecer de aprovado com pendências não será atribuída imediatamente à nota ao trabalho e será solicitado que reformule aspectos do seu TCC sendo este comprovado posteriormente mediante parecer ( Anexo G), em duas vias assinadas por todos os membros da Banca.

**§1º** - O professor orientador será responsável pelo acompanhamento das reformulações solicitadas pela banca do TCC.

**§2º** - Independente do primeiro resultado, o prazo para entrega da versão com as alterações sugeridas pela Banca Examinadora é de, no máximo, 10 (dez) dias a partir da data da entrega do parecer da Banca Examinadora devendo o acadêmico entregar, além da nova versão, as duas vias corrigidas pelos membros da Banca Examinadora, na Coordenação de curso, que encaminhará para a COT observar as correções devidas e dar o parecer final sobre o trabalho através do formulário adequado (Anexo G).

**§3º** - A banca examinadora terá 10 (dez) dias para observar o cumprimento das alterações solicitadas no parecer, e atribuir a nota ao artigo, autorizando ou não a entrega da versão final do TCC.

**Art. 22º** - O aluno deverá expor oralmente o tratamento dado ao tema, considerando a

apresentação ordenada das partes componentes do trabalho, sem perder de vista sua totalidade e os conhecimentos necessários para sua elaboração, apresentando argumentos coerentes com o referencial teórico adotado, e utilizando registro linguístico apropriado, de acordo com a norma culta. Esta apresentação é de ordem pública, aberta a todos os interessados.

**Art. 23°** - O acadêmico reprovado na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II deverá matricular-se novamente em semestre posterior, podendo refazer o respectivo trabalho, com as devidas retificações ou iniciar um novo trabalho.

**§ Único** - Trabalhos com mesmo título só poderão ser apresentados no máximo duas vezes.

**Art. 24°** - A banca examinadora tem autonomia para avaliar e atribuir nota ao Trabalho de Conclusão e contra ela não cabe recurso, exceto em caso de reprovação, diante da qual o acadêmico tem o prazo de cinco dias para interpor recurso, mediante requerimento fundamentado a ser protocolado na INSTITUIÇÃO, após a divulgação oficial dos resultados.

**§ Único** - A banca examinadora fará sua avaliação através dos critérios contidos na ficha Individual (Anexo C).

**Art. 25°** - Interposto o recurso dentro do prazo legal, a COT terá até 15 dias para lavrar parecer final que, depois de ouvida a comissão especial designada para o julgamento ou, na falta dela, o Núcleo Docente Estruturante, decidirá em caráter definitivo no âmbito do curso de Educação Física.

**Art. 26°** - Constatada pelo professor orientador, membros da banca examinadora ou profissionais da área, a fraude escolar, plágio ou quaisquer ilicitudes em qualquer etapa do Trabalho de Conclusão de Curso, devidamente comprovado, o professor orientador declarará sumariamente o aluno como reprovado na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso, sem prejuízo das demais penalidades regimentais, administrativas e criminais.

**Art. 27°** - Mesmo que o acadêmico já tenha defendido seu Trabalho de Conclusão de Curso, se constatado e devidamente comprovado fraude escolar, plágio ou quaisquer ilicitudes, o acadêmico será sumariamente reprovado e impedido de participar da colação de grau.

**CAPÍTULO VIII**  
**DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS**

**Art. 28°** - O não comparecimento de um dos professores designados para a banca examinadora deve ser comunicado, incontinenti, por escrito ou verbalmente, ao Coordenador do Curso, que convocará imediatamente um professor substituto.

**§ Único** – O não comparecimento do aluno no dia da apresentação resultará na sua reprovação, salvo comprove estar impossibilitado por motivos de doença (amparado por atestado médico, regulamentado pela portaria 37 de 9 de março de 2016) ou outros casos de extrema gravidade.

**Art. 29°** - O professor orientador que julgar o TCC de seu orientando inapto para a banca examinadora deverá formalizar a COT, através do termo de liberação (Anexo F), indicando qual ou quais os principais problemas que obstem a indicação do TCC à banca examinadora e instruído com uma cópia do Trabalho de Conclusão de Curso do estudante de graduação.

**Art. 30°** - O acadêmico que, por qualquer motivo, abandonar, reprovar por falta ou por nota, deverá repetir integralmente o processo.

**Art. 31°** - As situações não previstas neste Regulamento serão encaminhadas e resolvidas pela Comissão de Orientação do TCC (COT).

Palmas, 02 de maio de 2017.

\_\_\_\_\_  
Presidente da Comissão de Orientação  
de TCC

\_\_\_\_\_  
Kleber Farinazo Borges  
Coordenador do Curso de Educação Física

**ANEXO A**

**TERMO DE COMPROMISSO DE ORIENTAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_  
professor (a) do Curso de Educação Física do IFPR, Campus de Palmas, assumo o  
compromisso de orientar o Trabalho de Conclusão de Curso do (a) acadêmico (a)  
\_\_\_\_\_ do \_\_\_\_ período no \_\_\_\_\_  
semestre letivo de \_\_\_\_\_.

Palmas, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Professor Orientador



.....  
.....  
Atribuir uma nota de 0 (zero) a 1,0 (um) frente aos seguintes indicadores:

<b>INDICADORES</b>	<b>NOTA</b>
<b>A. O TRABALHO ESCRITO (peso 6,0)</b>	
<b>1.Relevância do Tema:</b> O tema tem relevância no contexto da área específica do curso; (1,0)	
<b>2.Objetivação:</b> apreensão dos elementos constitutivos do fenômeno estudado. (1,0)	
<b>3.Coerência:</b> Elaboração de um processo argumentativo que não apresente contradições;(1,0)	
<b>4.Consistência:</b> argumentação sólida relacionada à fundamentação teórica metodológica;(1,0)	
<b>5.Escrita:</b> respeito a norma culta.(1,0)	
<b>6.Formatção:</b> uso das normas técnicas contidas no regulamento do IFPR.(1,0)	
<b>Nota Final do avaliador para o trabalho escrito:</b>	
<b>B. APRESENTAÇÃO ORAL (peso 6,0)</b>	
<b>1.Padronização:</b> formatação da apresentação visual de acordo com as normas de trabalhos científicos; (1,0)	
<b>2.Exposição teórico-metodológica:</b> clareza na exposição dos objetivos a partir da discussão dos dados analisados;(1,0)	
<b>3.Postura:</b> utilização de linguagem adequada e comportamento coerente com o nível de formação.	
<b>4.Qualidade dos slides:</b> clareza, capricho, organização, planilhas, tabelas ou gráficos autoexplicativos.(1,0)	
<b>5.Exposição dos resultados da pesquisa:</b> Clareza na apresentação dos resultados da pesquisa:(1,0)	
<b>6. Cumprimento do tempo de apresentação:</b> Tempo usado de forma eficiente e coerente com o pré determinado de 15 minutos;(1,0)	
<b>Nota Final do avaliador para a apresentação oral:</b>	
<b>SOMA DE A+B= DIVIDIDO POR 2= NOTA FINAL DO TCC DADO PELA BANCA:</b>	

Palmas, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura do Avaliador: \_\_\_\_\_







## ANEXO F

### TERMO DE LIBERAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Eu, \_\_\_\_\_,  
SIAPE \_\_\_\_\_, professor do curso de Educação Física do IFPR Campus  
Palmas, declaro para os devidos fins de apresentação que o (a) discente  
\_\_\_\_\_ do \_\_\_\_ período  
do curso de Educação Física, ( ) efetuou ( ) não efetuou os 10 encontros obrigatórios  
de orientação do seu trabalho de conclusão, e se encontra ( ) apto ( ) inapto a  
apresentar sua produção no dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, as  
\_\_\_\_\_ Hs.

A nota para produção do trabalho de TCC II a ser agregada na média final da  
disciplina é: \_\_\_\_\_.

Observações dos motivos, em caso da não liberação do aluno para apresentar seu  
trabalho à Banca Examinadora.

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Sem mais para o momento, dato e assino o presente.

Palmas, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Professor(a) Orientador(a)

## ANEXO G

### PARECER FINAL DA DISCIPLINA DE TCC II

Nome do aluno: \_\_\_\_\_

Tema do trabalho: \_\_\_\_\_

A COT em suas atribuições legais afirma que foram feitas todas as correções exigidas pelos integrantes da Banca Examinadora no tempo pré-estabelecido pelo Regulamento de TCC do IFPR Campus Palmas e dá seu parecer.

APROVADO ( )

REPROVADO ( )

<b>NOME DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO DE TCC</b>	<b>ASSINATURA</b>
1.	
2.	
3.	

Palmas, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**ANEXO H**

**TERMO DE APROVAÇÃO**

Este item é obrigatório. No momento da defesa este documento deve ser assinado pelos membros da banca e permanecer de posse do orientador para ser entregue ao orientado após conferir as correções sugeridas. Quando então poderá ser inserido em cada cópia do documento final que será gravado no CD a ser entregue à biblioteca.

NOME E SOBRENOME DO ALUNO (SEM NEGRITO)

TÍTULO: (SEM NEGRITO, ESPAÇO SIMPLES).

Trabalho de conclusão de curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em EDUCAÇÃO FÍSICA pelo Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

Conceito (nota): \_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr./Ms. ....

Presidente da Banca

---

Prof. Dr./Me/Esp. ....

---

Prof. Dr./Ms. ....

Palmas-PR

2017

ANEXO I  
TERMO DE COMPROMISSO

O Acadêmico ....., abaixo-assinado, do Curso de Licenciatura em Educação Física, do Instituto Federal do Paraná, declara que o conteúdo de seu Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: ....., é autêntico e original.

Palmas, ..... de .....de .....

(Assinatura)

## ANEXO III

### REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES

**Art. 1º** Atividade Acadêmica Complementar é toda atividade cuja somatória compõe a carga horária total do currículo pleno do Curso de Educação Física do IFPR – Campus Palmas e que não se configure como componente curricular já contemplado, atendendo aos seguintes objetivos:

- I – complementar a formação acadêmica da graduação;
- II – possibilitar a participação dos acadêmicos em projetos de ensino, pesquisa e extensão;
- III – orientar e estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho, estabelecidas ao longo do curso.

**Art. 2º** As Atividades Acadêmicas Complementares do Curso de Educação Física do IFPR – Campus Palmas devem contemplar uma carga horária de, no mínimo 200 horas, de acordo com a Resolução CNE/CP 02 de 19 de Fevereiro de 2002.

**Parágrafo Único.** A carga horária total das Atividades Acadêmicas Complementares deve ser cumprida no período de integralização do curso.

**Art. 3º** O cumprimento da carga horária referente às Atividades Acadêmicas Complementares far-se-á através da participação nas seguintes atividades, relacionadas à área de Educação Física, no âmbito da Licenciatura:

- I – eventos;
- II – cursos;
- III – projetos de extensão;
- IV – projetos de pesquisa;
- V – projetos de ensino;
- VI – monitoria acadêmica;
- VII – atividades científicas;
- VIII – grupos de estudos;
- IX – semanas acadêmicas.
- X – estágio extracurricular.

§ 1º São considerados eventos as atividades referentes a palestras, congressos, simpósios, conferências, clínicas, seminários, encontros e viagens de estudo.

§ 2º As atividades do estágio extracurricular podem ser aceitas como Atividades Acadêmicas Complementares até o limite de 40 (quarenta) horas.

**Art. 4º** A Atividade Acadêmica Complementar não pode ser aproveitada para a concessão de dispensa ou equivalência de disciplinas integrantes do currículo do curso.

**Art. 5º** O(A) acadêmico(a) deve protocolar suas atividades complementares na secretaria acadêmica através de formulário próprio, onde a mesma encaminhará para análise do Coordenador do Curso de Educação Física;

**Art. 6º** As Atividades Acadêmicas Complementares somente terão o seu aproveitamento escolar registrado depois de encaminhadas à Secretaria Geral pelo Coordenador do Curso de Educação Física.

**Parágrafo Único.** Anexo ao despacho das Atividades Acadêmicas Complementares realizado pelo Coordenador do Curso de Educação Física deverá constar a justificativa de possíveis indeferimentos.

**Art. 7º** Os casos omissos serão resolvidos por Comissão instituída pelo Coordenador do Curso de Educação Física;

**Art. 8º** Este Regulamento entra em vigor a partir desta data, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se Ciência.

**Cumpra-se.**

Palmas, 27 de Abril de 2017.

**Prof. Me Kleber Farinazo Borges**  
**Coordenador de Curso de Educação Física**

## ANEXO A

### TABELA DE ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

As Atividades Acadêmicas Complementares do Curso de Licenciatura em Educação Física do IFPR - Campus Palmas são condições obrigatórias para a conclusão do Curso e devem ser cumpridas em conformidade com o Regulamento aprovado pelo Colegiado de Educação Física.

As Atividades Acadêmicas Complementares estão classificadas em três eixos: Atividades de Ensino, Atividades de Pesquisa e Atividades de Extensão.

O(a) acadêmico(a) deverá realizar atividades nos três eixos, comprovando um mínimo de 40 (quarenta) horas em cada um deles. O(a) acadêmico(a) deverá cumprir um mínimo de 200 (duzentas) horas de Atividades Acadêmicas Complementares durante o período de integralização do Curso.

As Atividades Acadêmicas Complementares estão distribuídas conforme tabela abaixo, computando-se as excedentes como facultativas, para registro e certificação.

ATIVIDADES DE ENSINO	Horas Totais	Documentos Comprobatórios
Disciplinas cursadas em outros cursos de Graduação do IFPR, durante o Curso de Licenciatura em Educação Física do IFPR - Campus Palmas;	60	Cópia do Histórico
Disciplinas cursadas em outros cursos de Graduação de outras Instituições, durante o Curso de Licenciatura em Educação Física do IFPR - Campus Palmas;	60	Cópia do Histórico
Monitorias realizadas no âmbito do IFPR – Campus Palmas	120	Declaração
Outras Monitorias	60	Declaração
Projetos de Ensino	60	Declaração
Estágios não obrigatórios na área	60	Declaração
Representação Estudantil em Colegiados do Curso de Educação Física e outros de reconhecida relevância.	20	Portaria de Designação ou Declaração
<b>ATIVIDADES DE PESQUISA</b>	<b>Horas</b>	<b>Documentos</b>



	<b>Totais</b>	<b>Comprobatórios</b>
Participação em projetos de pesquisa ou iniciação científica, aprovados pelo colegiado do Curso e pelo COPE do IFPR – Campus Palmas.	80	Certificado
Trabalhos publicados em periódicos de reconhecida relevância: Computar 5 horas para resumos e 15 horas por artigo completo.	80	Certificado
Participação em Eventos com apresentação de trabalhos: Computar 15 horas para comunicação oral e 10 horas para painel ou pôster.	80	Certificado
Trabalhos de Iniciação científica conforme exigências do PIBIC. Computar 20 horas por trabalho.	80	Certificado
Monografias produzidas para concursos ou aquelas que não estejam inseridas nas exigências curriculares do Curso	60	Certificado ou cópia da Monografia
Participação em grupos de estudo e pesquisas.	80	Declaração
<b>ATIVIDADES DE EXTENSÃO</b>	<b>Horas Totais</b>	<b>Documentos Comprobatórios</b>
Eventos diversos (seminários, palestras, conferências, congressos, semanas acadêmicas, encontros nacionais e regionais, cursos de extensão, de atualização, clínicas, seminários e similares, etc.).	160	Certificado
Trabalho voluntário de reconhecida relevância para a especificidade da formação, orientado e assistido pelo IFPR ou outra entidade promotora.	80	Certificado

Palmas, 02 de maio de 2017.

---

Kleber Farinazo Borges  
 Coordenador do Curso de Educação Física  
 IFPR Campus Palmas

## **Anexo IV Normas de utilização da biblioteca**

### **Art. 1º - DO ACESSO**

I - A Biblioteca é de livre acesso ao corpo docente, discente e técnico-administrativo, podendo também, ser utilizada pelo público em geral unicamente para consulta.

II - O horário de funcionamento da Biblioteca será estabelecido pela Direção dos *Campi*, de acordo com o horário de aula.

### **Art. 2º - CADASTRO DE USUÁRIO**

I – A emissão da Carteira de Identificação será de responsabilidade da Diretoria de Ensino;

II – Aos alunos que não tem a Carteira de Identificação, deverá ser solicitado um documento oficial com foto;

III – Ao iniciar o ano letivo, o usuário terá automaticamente seu cadastro na biblioteca, de acordo com os dados fornecidos pela Secretaria Acadêmica;

IV – Caberá ao usuário comparecer à Biblioteca, com o seu Cartão de Identificação ou documento oficial, a fim de cadastrar sua senha eletrônica;

V - A senha eletrônica é pessoal e intransferível e a Biblioteca não se responsabiliza pelo uso indevido da mesma;

V – A utilização da senha, nas operações realizadas, corresponde à assinatura eletrônica no sistema.

### **Art. 3º - DO CANCELAMENTO DO CADASTRO E EMISSÃO DE “NADA CONSTA”**

I - O usuário que perder o vínculo institucional terá seu cadastro cancelado, automaticamente, com a emissão do documento “Nada Consta” pela Biblioteca;

II - Para emissão do “Nada Consta”, o usuário precisa quitar sua dívida com a Biblioteca. O prazo para a emissão é de até um dia útil.

### **Art. 4º - DOS SERVIÇOS**

I - Circulação de material: permite a retirada de material bibliográfico por prazo pré-determinado. O empréstimo domiciliar é permitido a alunos, professores e funcionários

do Instituto Federal do Paraná. Para este serviço, o usuário deverá apresentar o seu cartão de identificação, documento oficial com foto e/ou crachá funcional.

II - Empréstimo entre bibliotecas: efetua empréstimos em outras bibliotecas conveniadas, como prazo definido pela instituição fornecedora;

III - Ficha catalográfica: elaboração de ficha catalográfica de teses, dissertações, monografias, livros e outras publicações. É um serviço prestado pela Seção de Processamento Técnico da Biblioteca;

IV - Levantamento bibliográfico: presta atendimento ao usuário, auxiliando na busca, localização e obtenção de informações;

V - Normalização de trabalhos acadêmicos: auxilia os alunos na elaboração dos trabalhos acadêmicos e científicos de acordo com as “Normas para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos do Instituto Federal do Paraná”, baseadas na ABNT.

VI - Treinamento de usuários: orienta os usuários na utilização dos terminais de pesquisas e orientação no uso dos recursos e serviços da biblioteca;

VII - Reserva de material: reserva material que esteja emprestado, caso não tenha nenhum exemplar do livro solicitado pelo usuário;

VIII - Visita orientada: divulgação aos calouros, dos produtos e serviços oferecidos pela biblioteca. A visita deve ser pré-agendada, na seção de referência.

#### Art. 5º - DO EMPRÉSTIMO DE MATERIAL BIBLIOGRÁFICO

I – Será obrigatória a apresentação da Carteira de Identificação, ou documento oficial com foto e/ou crachá funcional no ato do empréstimo;

II – Ao efetuar o empréstimo, o usuário ficará inteiramente responsável pela preservação do material retirado;

III – Nenhum tipo de material da biblioteca deverá ser retirado sem efetivar o empréstimo no balcão de atendimento;

III – Não estarão disponíveis para empréstimo domiciliar:

a) Livros cuja demanda seja maior que o número de exemplares existentes;

b) Livros e/ou material que necessitem de cuidados especiais, por definição do Bibliotecário responsável;

c) Livros e/ou material de reserva e de consulta local;

- d) Material especial: CD-ROMs considerados como obras de referência;
- e) Obras de referência: atlas, catálogos, dicionários e enciclopédias;
- f) Publicações periódicas.

IV - Excepcionalmente, alguns materiais poderão ser usados fora da Biblioteca por um período de até quatro horas, pela comunidade interna;

V – Excepcionalmente, obras de consulta local poderão ser emprestadas somente na véspera de feriados e de recessos acadêmicos e nos finais de expediente uma hora antes do fechamento da biblioteca, devendo ser devolvidas obrigatoriamente até uma hora, após o início do expediente do primeiro dia útil subsequente;

VI – O usuário que não efetuar a devolução, conforme previsto nos artigos IV e V, terá como penalidade, a suspensão de um dia para cada hora de atraso;

VII - Não é permitida a retirada, de uma só vez, de dois exemplares da mesma obra.

VIII – Não havendo quantidade suficiente de determinado livro para atender a demanda de discentes e técnico-administrativos, será dada prioridade aos discentes.

#### Art. 6º - DO PRAZO DE EMPRÉSTIMO

I – Os prazos de empréstimo e quantidades são os seguintes:

<b>CATEGORIA DE USUÁRIO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>PRAZO</b>
Alunos de ensino médio/técnico/EaD	Até 02 títulos	07 dias
Alunos de graduação	Até 03 títulos	07 dias
Alunos de pós-graduação	Até 03 títulos	21 dias
Docentes	Até 10 títulos	21 dias
Técnico-Administrativos	Até 03 títulos	07 dias
Alunos de Graduação/Formandos	Até 05 títulos	07 dias

II – Os materiais permitidos para empréstimo são: livros, normas, folhetos, multimeios, teses e dissertações.

Parágrafo único: Os multimeios (CD-ROM, DVD, fitas de vídeo) poderão ser retirados pelo prazo de três dias, para todas as categorias de usuários.

#### Art. 7º - DA RENOVAÇÃO

- I – Serão permitidas apenas duas renovações via internet, dentro do prazo estipulado de empréstimo;
- II – Caso o usuário opte por fazer a renovação na biblioteca, os empréstimos somente serão renovados mediante apresentação dos materiais e da Carteira de identificação ou documento oficial com foto;
- III - Só serão renovados os materiais que não constarem reserva.

#### Art. 8º - DA RESERVA

- I – O usuário poderá efetuar a reserva de material que esteja emprestado;
- II – A reserva deverá ser realizada somente via internet, dos terminais existentes na biblioteca ou qualquer outro computador;
- III – O sistema de gerenciamento da biblioteca avisará o usuário, por e-mail, quando o material da reserva estiver disponível;
- IV - A reserva ficará à disposição do usuário por um período de 24 horas (01 dia);
- V – Caso o usuário desista da reserva ou não vá retirá-la, o material será guardado;

#### Art. 9º - DO EMPRÉSTIMO ENTRE BIBLIOTECAS

- I - O Empréstimo entre bibliotecas obedecerá às normas próprias de cada biblioteca conveniada;
- II – A solicitação deverá ser feita no Balcão de Empréstimo, mediante o preenchimento da Requisição de Empréstimo entre Bibliotecas.

#### Art. 10º - DAS PENALIDADES

O não cumprimento das formalidades constantes no Regulamento (disponível na íntegra no balcão de empréstimo) implicará nas seguintes penalidades:

- I – O usuário em débito com a biblioteca, não poderá efetuar, cancelar ou trancar matrícula, nem solicitar transferência;
- II – O usuário em débito, não poderá utilizar nenhum serviço da biblioteca, até que regularize sua situação;

III – Para cada dia de atraso na devolução será contado dois dias de suspensão por material;

IV– O atraso na devolução de material retirado pelo “empréstimo especial”, será contado um dia de suspensão por hora de atraso;

V – O usuário que extraviar material em seu poder deverá providenciar a reposição da obra e cumprir o período de suspensão correspondente entre a data de término do prazo do empréstimo e a efetiva reposição da obra.

VI – O prazo máximo para reposição é de 30 (trinta) dias a contar da data em que venceu o prazo para devolução;

VII - Aplica-se o presente Regulamento a todos os usuários da Biblioteca, sem exceção.

#### Art. 11º - DO USO DO GUARDA-VOLUMES

I - O guarda-volumes localizado à entrada das bibliotecas destina-se a guardar os pertences dos usuários apenas DURANTE a sua permanência neste local;

II - Não é permitida a entrada na biblioteca com bolsas, malas, mochilas, pastas, pacotes, sacolas e outros objetos;

III - A biblioteca não se responsabiliza pelos pertences e valores deixados neste local;

IV - O próprio usuário deve colocar seus pertences no guarda-volumes e cuidar da chave;

V - A perda, retenção e danificação da chave implicarão na reposição da mesma;

VI - O usuário deverá repor os danos que, porventura, causar às instalações dos guarda-volumes.

#### Art. 12º - DO USO DOS COMPUTADORES

I - O uso dos computadores é exclusivamente para pesquisas em sites de busca e/ou base de dados e trabalhos acadêmicos;

II - Não é permitido o acesso bate-papo (*chat*), transferência de programas (download), jogos, áudio e visita a páginas cujo conteúdo não seja de interesse técnico-científico;

III - O tempo máximo de uso é de 30 minutos, sendo permitida apenas uma pessoa por computador;

IV – Manter a ordem e disciplina para não prejudicar o silêncio na biblioteca.

## Art. 13º - DAS OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

São obrigações dos usuários:

- I – Deixar bolsas, malas, mochilas, pastas, pacotes, sacolas e outros objetos no guarda-volumes, na entrada da Biblioteca;
- II – Levar seus pertences ao sair da Biblioteca;
- III – Deixar sobre as mesas, o material utilizado nas consultas e empréstimo local, não os recolocando nas estantes;
- IV – Manter silêncio;
- V – Devolver o material emprestado para uso domiciliar na data estabelecida e, exclusivamente no balcão de empréstimo;
- VI – Comparecer à biblioteca quando solicitado;
- VII – Informar imediatamente a Biblioteca em caso de dano, extravio ou perda de material e providenciar sua reposição dentro do prazo estipulado;
- VIII – Manter seus dados pessoais atualizados no cadastro da Biblioteca;
- XI – Zelar pela conservação do acervo e patrimônio;
- X – Obedecer às normas estabelecidas neste Regulamento.

## Art. 14 - DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS

São direitos dos usuários:

- I – Utilizar o espaço físico da biblioteca para fins de pesquisa bibliográfica, estudo e leitura de lazer;
- II – Realizar empréstimo domiciliar do material bibliográfico, obedecendo aos critérios estabelecidos;
- III – Solicitar renovação do prazo de empréstimo do material, caso não haja reservas;
- IV – Agendar aulas a serem ministradas na Biblioteca, respeitando este Regulamento;
- V – Utilizar seu próprio material bibliográfico e laptops (informando no balcão de atendimento);
- VI - Utilizar os demais serviços disponíveis da biblioteca de acordo com as regras estabelecidas.

Art. 15º - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- I – No período de férias escolares, a Biblioteca atenderá em horário reduzido;
- II – É expressamente proibido fazer uso de aparelhos eletrônicos (telefone celular, rádios, *paggers*, *ipod's*, jogos eletrônicos e outros) nas dependências da biblioteca;
- III – Não é permitido o consumo de alimentos e bebidas;
- VI – Não é permitido entrar sem camiseta ou em trajes inadequados;
- V – Para não causar eventual constrangimento aos demais usuários, evitar carícias e namoro;
- VI - Ter acesso ao setor reservado ao trabalho dos bibliotecários ou servidores da Instituição.
- VII – Os casos omissos serão resolvidos pela Chefia da Biblioteca.